

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
MESTRADO EM HISTÓRIA CULTURAL

LUANA CARLA DE SOUZA SILVA

A HISTÓRIA DE UM LUGAR: o núcleo fundacional de Porangatu (GO)

GOIÂNIA-GO

2017

LUANA CARLA DE SOUZA SILVA

A HISTÓRIA DE UM LUGAR: o núcleo fundacional de Porangatu (GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura.

GOIÂNIA - GO

2017

S586h

Silva, Luana Carla de S.

A história de um lugar [manuscrito]: o núcleo fundacional de Porangatu (GO) / Luana Carla de S. Silva.-- 2017.

155 f.; 30 cm

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2017

Inclui referências f.149-155

1. Monumentos - História - Porangatu (GO). 2. Cultura popular - Aspectos religiosos - Porangatu (GO). I. Boaventura, Deusa Maria Rodrigues. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 908(817.3)(043)

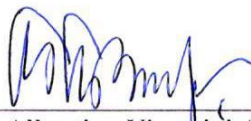
A HISTÓRIA DE UM LUGAR: O NÚCLEO FUNDACIONAL DE PORANGATU

Dissertação aprovada em 25 de abril de 2017, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura
PUC Goiás / Presidente



Profa. Dra. Albertina Vicentini Assumpção
PUC Goiás / Examinadora Interna



Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira
UFG / Examinadora Externa

Prof. Dr. Eduardo Sugizaki
PUC Goiás / Suplente

Profa. Dra. Marcia Metran de Mello
UFG / Suplente

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pois foi me apegando ao Senhor que tive forças para superar as dificuldades e os empecilhos surgidos durante esses anos, e foram muitos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura, pela paciência e sabedoria com que me orientou, pelas palavras de incentivo, pelas indicações bibliográficas, pelas correções e observações feitas de maneira precisa.

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Albertina Vicentini Assumpção e Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira, pela disponibilidade e observações valiosas, que contribuíram de forma significativa para esta dissertação.

À minha amiga Profa. Maria Juliana de Freitas Almeida, pela presença e auxílio constante.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) e do Museu Ângelo Rosa de Moura, pela paciência, educação e simpatia com que sempre me atenderam.

Aos professores do curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade de Goiás (PUC Goiás), turma 2015, por suas aulas preciosas que em muito contribuíram para meu desenvolvimento durante a pesquisa.

À Prof^a. Sílvia Neves Silva Azevedo e ao Prof. Max Lanio Martins Pina pela ajuda no início do curso.

Aos meus amigos, colegas e a todos que, de forma direta ou indireta, me auxiliaram de alguma maneira nesta trajetória acadêmica e contribuíram para que esta jornada fosse um pouco mais leve.

Ao meu esposo Carlos André F. da Silva, grande companheiro e incentivador, pelas palavras de encorajamento nas horas de angústia, por seu carinho e dedicação, pela segurança que me passava para que eu seguisse em frente.

Às minhas filhas, Débora Ellen e Andréia Vitória, minhas princesas, que ficaram tanto tempo sem minha presença em casa, pelas palavras de admiração ante meu esforço.

Aos meus pais, Osvaldo Brito de Souza e Maria José de Souza, pelo cuidado que sempre me dispensaram e pelas orações para que tudo desse certo.

Dedico este trabalho ao meu marido Carlos André Ferreira da Silva, meu grande companheiro, às minhas filhas Débora Ellen Souza Silva e Andréia Vitória Souza Silva, que me apoiaram durante esta jornada. Aos meus pais, Osvaldo Brito de Souza e Maria José de Souza, pelo apoio, amor e incentivo.

A cidade, estrutura física que suporta referências e fornece elementos para os símbolos e memórias coletivas, convive em nosso imaginário com a cidade labiríntica e moldável das vidas pessoais onde recordações compõem memórias sem lugar que fundam a cidade simbólica, diversa e semelhante na forma como se vê nomeada.

(BRESCIANI, 2008)

RESUMO

O trabalho propõe-se a levantar a história do centro fundacional de Porangatu, entendido aqui como um lugar de memória. Compreende-se como lugar aquele que adquiriu significado ao longo do tempo. É com o tempo que o lugar passa a fazer sentido para os indivíduos ou grupos que ali habitam. São as experiências vividas ali, que constroem a sua história, o seu passado, a sua memória. Atribui-se valor ao lugar pela intimidade que se tem com ele, pois mesmo acontecimentos simples e rotineiros com o tempo passam a ter profundo significado, criando no indivíduo ou grupo grande afeição pelo lugar onde ocorreram. A memória está enraizada em diferentes contextos da nossa experiência de vida: nos costumes locais, nas comemorações, nas relações familiares e sociais. Em Porangatu, esses momentos realizam-se nas festas, sobretudo as de cunho religioso. São momentos que reúnem toda a comunidade urbana e os moradores das fazendas. As festas tornavam-se momentos de confraternização e encontro, além de uma manifestação de fé. Outra festa importante para os porangatuenses é o Arraiá do Descoberto, a festa junina que a mais de três décadas ocorre na “praça velha” e que se tornou um marco para a cidade, momento de entretenimento, encontro e diversão há décadas, apesar de não ser uma manifestação religiosa. O núcleo fundacional de Porangatu é um lugar histórico que, para muitos dos seus moradores, merece ser preservado. Sua história está descrita na sua paisagem, nas suas ruas, nas características coloniais das casas e edifícios que ainda restam. O período da mineração em Goiás foi de descobertas e transformações para seu imenso território, percorrido pelas diversas expedições exploratórias, militares e científicas. Localizado em um importante território da capitania, o Sertão de Amaro Leite, surge em meio aos muitos arraiais, o Descoberto da Piedade. Entre tantos arraiais que se extinguiram com o desaparecimento do ouro, o Arraial do Descoberto permaneceu e se desenvolveu até se tornar parte importante da cidade de Porangatu. Seu núcleo histórico guarda ainda as marcas dos seus primórdios, da história da sua formação. Mas atualmente as transformações pelas quais tem passado vêm causando sua descaracterização.

Palavras-chave: Memória. Lugar. Núcleo Fundacional. Festas. Porangatu.

ABSTRACT

The work proposes to raise the history of the foundational center of Porangatu, understood here as a place of memory. It is understood as place that has acquired meaning over time. It is over time that the place becomes meaningful to the individuals or groups that live there. It is the lived experiences there that build their history, their past, their memory. Value is attributed to place because of its intimacy with it, because even simple and routine events over time have a profound meaning, creating in the individual or group a great affection for the place where they occurred. Memory is rooted in different contexts of our life experience: local customs, celebrations, family and social relationships. In Porangatu, these moments happen at parties, especially religious. These are moments that bring together the entire urban community and the inhabitants of the farms. The festivities became moments of fraternization and encounter, besides a manifestation of faith. Another important festival for the porangatuenses is the Arraiá do Descoberto, which has become a landmark for the city, a moment of entertainment, meeting and fun for decades, although it is not a religious manifestation. The foundational center of Porangatu is a historical place that, for many of its residents, deserves to be preserved. Its history is described in its landscape, in its streets, in the colonial features of the houses and buildings that still remain. The mining period in Goiás was of discoveries and transformations for its immense territory, crossed by the diverse exploratory, military and scientific expeditions. Situated in an important territory of the captaincy, the Sertão de Amaro Leite, appears among the many arraiais, Descoberto da Piedade. Among the many settlements that were extinguished with the disappearance of gold, the Arraial do Descoberto remained and developed yourself until it became an important part of the city of Porangatu. Its historic center still retains the marks of its beginnings, the history of its formation. But today the transformations in which it has passed gone it has caused its decharacterization.

Keywords: Memory. Place. Foundational Center. Festival. Porangatu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da localização do Amaro Leite	43
Figura 2: Mapa da localização do Arraial do Descoberto e do Sertão de Amaro Leite	51
Figuras 3 e 4: Arraial de Natividade, segundo desenhos de William John Burchell	57
Figura 5: Arraial de Porto Real, segundo desenhos de William John Burchell	57
Figura 6: Presídio de São José das Duas Barras, segundo desenho de William John Burchell	72
Figura 7: Presídio de São José do Araguay, segundo desenho de William John Burchell	72
Figura 8: Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade	86
Figura 9: Vista área da Praça da Matriz do Descoberto	88
Figura 10: Matriz Nossa Senhora da Piedade, Porangatu (GO)	89
Figuras 11 e 12: Vista parcial da Rua do Milagre	89
Figura 13: Entrada da Rua Dunga, antes da pavimentação	90
Figura 14: Entrega da Rua Dunga, já pavimentada	90
Figura 15: Rua do Milagre (Rua Pedro Ludovico)	90
Figuras 16, 17 e 18: Rua do Descoberto – local em períodos diferentes	91
Figura 19: Av. Marechal Deodoro da Fonseca	92
Figura 20 e 21: Casas na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, no Descoberto	93
Figura 22: Imagem de uma das primeiras pensões da cidade	94
Figura 23: Imagem da mesma pensão, após passar por restauração e pintura	94
Figura 24: Imagem da Matriz N. Sra. da Piedade, início dos anos 80	96
Figura 25: Imagem da Matriz N. Sra. da Piedade depois da restauração em 1998	96
Figura 26: Em sentido horário, imagens das modificações pelas quais passou a residência do primeiro prefeito de Porangatu ao longo dos anos	97
Figura 27: Imagem de uma das primeiras pensões da cidade	98
Figura 28: Arquivo Público Municipal Raul Belém, que ocupa o prédio da antiga pensão	98
Figuras 29 e 30: Imagens antigas da primeira cadeia pública da cidade de Porangatu (GO) construída em 1953	98
Figuras 31 e 32: Imagens da primeira cadeia pública da cidade de Porangatu (GO) nos dias atuais	98
Figura 33: Imagem da casa abandonada na Rua do Milagre	99
Figura 34: Imagem da casa abandonada na Rua do Milagre	99
Figura 35: Imagem da casa abandonada na Rua do Milagre	100
Figura 36: Imagem da casa abandonada na Rua do Milagre	100

Figura 37: Mapa de Porangatu, com a localização do Bairro Nossa Senhora da Piedade (antigo Descoberto).....	100
Figura 38: Poço do Milagre por volta dos anos 50.....	106
Figuras 39 e 40: Poço do Milagre.....	108
Figuras 41 e 42: Casas na Av. Marechal Deodoro da Fonseca	115
Figura 43: Imagem de casa na Rua do Milagre	115
Figura 44: Imagem de casa na Rua do Milagre	117
Figura 45: Imagem onde ficavam as casas demolidas na Rua do Milagre.....	117
Figura 46: Mapa de localização do Bairro Nossa Senhora da Piedade	119
Figura 47: Folia de Reis em Porangatu	122
Figura 48: Romaria de Santa Luzia, no município de Porangatu (GO)	130
Figura 49: Mapa do trajeto da romaria de Santa Luzia	132
Figuras 50, 51 e 52: Quadrilha dos idosos no Arraiá do Descoberto	142

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Celg	Centrais Elétricas do Estado de Goiás
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGG	Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
SANEAGO	Saneamento de Goiás
Sra.	Senhora
SP	São Paulo
n.p.	não paginado
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DO ARRAIAL DO DESCOBERTO NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DE GOIÁS	22
1.1 O lugar e a memória	22
1.2 A urbanização de Goiás no contexto da expansão do domínio português	31
1.2.1 As bandeiras de Bartolomeu Bueno da Silva, pai e filho	35
1.2.2 A participação dos jesuítas na expansão e domínio do território	39
1.3 O Sertão de Amaro Leite	41
1.3.1 Surgem os primeiros arraiais	44
1.4 A transformação de um lugar: Descoberto da Piedade no século XIX	48
1.4.1 O lugar fundacional	53
1.4.2 Agricultura e pecuária em terra de mineração.....	64
1.4.3 A disputa pela terra com os indígenas e a defesa do território.....	69
1.4.4 A emancipação político-administrativa do Arraial do Descoberto	77
2 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E ARQUITETÔNICA DO NÚCLEO HISTÓRICO DE PORANGATU	81
2.1 As estruturas físicas iniciais e o traçado do lugar	81
2.2 Os edifícios.....	92
2.3 As mudanças do espaço no século XIX e XX.....	101
2.4 O núcleo histórico de Porangatu nos dias atuais	113

3	AS FESTAS POPULARES DO DESCOBERTO COMO MANIFESTAÇÃO SOCIAL E DE FÉ	121
3.1	A procissão: a fé que move as pessoas.....	128
3.2	A quadrilha como momento de encontro social: as primeiras manifestações.....	138
	CONCLUSÃO.....	145
	REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

O Arraial do Descoberto, também conhecido como Arraial do Descoberto da Piedade, era o antigo nome do núcleo fundacional da cidade de Porangatu, localizada no norte de Goiás. A formação desse lugar teve origem na época da corrida do ouro, que ocorreu no interior do Brasil a partir do momento em que se encontrou o metal nos territórios de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Esse foi o período de desbravamento das bandeiras paulistas nas vastas terras desse sertão.

Descobertas e conquistas, estiveram presentes nesse contexto aurífero, mas também guerras, dificuldades, decepções e o esgotamento das minas de ouro fizeram parte da história da urbanização de Goiás e do surgimento de diversos arraiais. Os núcleos a partir dos quais se formaram várias cidades goianas, eram pequenos povoados denominados arraiais e, dentre eles, surgiu também o Descoberto da Piedade. Sob a denominação atual de Bairro de Nossa Senhora da Piedade, o lugar ainda guarda, ainda que de forma precária, as características e a memória dos primórdios da colonização da capitania goiana, que teve início no final do século XVIII e perdurou até o século e XX.

A partir do entendimento do conceito de lugar, a pesquisa buscou compreender como se deu o processo de formação e transformação desse centro tradicional de Porangatu, que surgiu no contexto de urbanização da antiga capitania de Goiás. Com o passar dos anos e com as diversas transformações ocorridas ali, esse espaço tornou-se efetivamente o maior ponto de referência e de memória da cidade, e, por isso, um relevante objeto para o estudo da história de Porangatu.

Pesquisas já foram realizadas sobre diversas cidades do estado de Goiás, entre as quais Goiânia, cidade de Goiás e Pirenópolis, mas poucos estudos debruçaram-se especificamente sobre Porangatu, sobre sua história, sua formação ou sobre seu centro histórico. Assim, mostra-se de fundamental importância estudar essa cidade que, como tantas outras, fez parte de um rico período da história das cidades brasileiras, contribuindo de forma significativa com a historiografia goiana.

Para realizar o estudo sobre o núcleo fundacional da cidade de Porangatu, foi necessário fazer um apanhado da história da formação da Capitania de Goiás. As bandeiras paulistas, o período aurífero, a estrutura formada em Goiás para atender a mineração, e principalmente a formação do Sertão de Amaro Leite, região onde o Descoberto estava situado. De São Paulo, partiram as bandeiras que desbravaram e conquistaram os territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A procura de ouro e mão de obra indígena trouxe para o

interior do país um tempo de conquistas, guerras, mitos e sonhos. Iniciava-se um período de grande migração para o interior do Brasil.

Na história da Capitania de Goiás, destaca-se a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, considerado o descobridor de Goiás. Depois do velho Anhanguera, foi a vez de seu filho, que tinha o mesmo nome do pai, e acabou herdando também seu apelido. Foi o Anhanguera filho que, após muita persistência, encontrou ouro nas cabeceiras do rio Vermelho, na região da atual cidade de Goiás.

As terras goianas tornaram-se uma imensa mina, e os arraiais foram formando-se ao longo do território e abrigando as pessoas que vinham no rastro do ouro. Primeiras povoações da capitania, esses arraiais deram origem às vilas e cidades de Goiás. A Capitania de Goiás abrangia naquela época as terras do atual estado do Tocantins, o que tornava a sua extensão imensa. Estradas e picadas foram abertas, seus rios passaram a ser usados como rotas fluviais para as viagens de exploradores bandeirantes e pesquisadores, e as povoações multiplicavam-se ao longo do território goiano.

O Arraial do Descoberto localizava-se no chamado Sertão de Amaro Leite, um vasto território percorrido por bandeirantes como Amaro Leite, que lhe deu o nome; por viajantes naturalistas como Castelnau ([1949]2000) e Phol ([1951]1976) e por militares, como Cunha Mattos [1874]1979]. O Sertão de Amaro Leite era passagem obrigatória para quem pretendia viajar da capital Vila Boa (cidade de Goiás), para as terras do extremo norte da capitania, onde ficavam localizados os arraiais de Porto Imperial (Porto Nacional) e Natividade, dentre outros, que atualmente fazem parte das terras do estado do Tocantins. O Descoberto ficava exatamente no caminho para esses locais e para o acesso aos rios Tocantins e Araguaia, e estava rodeado pelos rios Santa Teresa, Cana Brava e do Ouro, que eram também a rota fluvial usada pelos viajantes.

O ouro tão sonhado e tão buscado foi desaparecendo, até que os habitantes da capitania se deram conta de que não havia mais a mesma quantidade do metal no território e que a tendência era diminuir cada vez mais. Nesse período no qual o ouro desaparecia, muitos arraiais tiveram o mesmo destino. O pequeno Arraial do Descoberto poderia ter desaparecido como aconteceu com muitos outros, mas se manteve de pé. Foram vários os fatores que contribuíram para que se desenvolvesse até chegar a se tornar uma cidade, entre os quais a sua localização e a instalação dos presídios militares.

Mas a dinâmica econômica de Goiás tomou novos rumos após a crise da mineração, no fim do século XVIII e início do século XX. Foi então que as atividades agropecuárias passaram a ter maior importância no cenário da economia goiana. Deixava-se para trás o

brilho do ouro, mas à frente estava a prosperidade proporcionada pela produção agrícola, que começava tímida, e mais ainda pela criação de gado, que dinamizava o quadro econômico de Goiás.

Analisar e entender os fatores que envolvem a formação do Arraial do Descoberto e o seu desenvolvimento, assim como a importância do seu centro histórico para a cidade de Porangatu, as transformações pelas quais passou no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, e sua situação na atualidade são alguns dos temas de que trata este trabalho. Por meio da pesquisa documental, bibliográfica e fotográfica, foram analisadas as diferentes questões relacionadas ao núcleo fundacional de Porangatu, tais como sua formação, fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento, a trajetória até sua emancipação, dentre outros.

Com relação aos documentos sobre o tema, constatou-se uma extrema escassez de materiais. Entre os documentos dos séculos XVIII e XIX, quando ocorre a formação dos arraiais em Goiás, são poucos os que se referem à formação do Arraial do Descoberto. São documentos manuscritos de difícil leitura e constituídos por mapas escolares, cadernos de contagem fiscal, ofícios e até atas eleitorais. No Arquivo Histórico de Goiás, há apenas uma caixa de documentos especificamente sobre o Descoberto e outra sobre o Sertão de Amaro Leite, mas que faz várias menções ao arraial. No Museu Ângelo Rosa de Moura, de Porangatu, encontram-se alguns poucos documentos, que pertenciam ao Museu das Bandeiras da cidade de Goiás. Na historiografia goiana, o Arraial do Descoberto é bem pouco citado, sem muitas informações que ajudem a reconstituir a história do lugar. Nota-se dessa forma a grande importância de se estabelecer um estudo que mostre um pouco mais sobre esse arraial e sua história, e que apresente questões ainda não discutidas ou mostradas sobre a cidade de Porangatu nos seus primórdios.

Mas esse quadro aos poucos está mudando, graças à contribuição de trabalhos como o da professora Maria Juliana de Freitas Almeida (2016), *o Sertão de Amaro Leite*, que trata das descrições dessa região tão vasta e de grande importância para a história da capitania goiana, e na qual o Arraial do Descoberto estava inserido. Outro trabalho de grande pertinência é o da professora Edna Lemes Martins Pereira (2004), *Modernização e expansão do ensino em Porangatu na década de 1950*, no qual a autora aborda a questão da educação em Porangatu, a criação das primeiras escolas e o desenvolvimento do ensino na cidade.

A professora Walquíria dos Santos Soares (2002), com seu estudo *Configuração sócio-espacial de Porangatu*, dá uma contribuição muito significativa à reconstituição histórica da cidade e de suas configurações geográficas, trazendo informações sobre sua localização, clima, relevo, dentre outros detalhes que contribuem grandemente para o

conhecimento da região. Já o trabalho do professor Marcos Roberto Pereira Moura (2015), *Romaria de Santa Luzia: contribuições da fé para a construção de uma identidade territorial na comunidade de Santa Luzia - Município de Porangatu-GO*, aborda as características dessa manifestação religiosa que mostra a cultura e a fé dos porangatuenses, descrevendo o trajeto da romaria e detalhes da peregrinação e manifestação dos fiéis, além de também abordar aspectos geográficos da zona rural do município.

Esses trabalhos, dentre outros que vêm surgindo sobre a cidade de Porangatu, têm contribuído para a obtenção de informações importantes sobre a história, as características físicas e culturais da região. Apesar de serem ricas as informações sobre as terras de Goiás e Tocantins, e mais especificamente sobre o Sertão de Amaro Leite, onde está localizada Porangatu, antigo Descoberto da Piedade, a historiografia de Goiás ainda precisa contribuir mais para o conhecimento da região.

A presente dissertação trata da formação e transformação do núcleo fundacional da cidade de Porangatu, cidade localizada no norte de Goiás. Busca, portanto, entender a história desse lugar, o contexto histórico em que essa formação ocorreu, assim como suas características gerais, a arquitetura, o traçado, os tipos de construções e materiais utilizados, e a organização espacial. Para isso, são analisados os primórdios da história da mineração em Goiás e os fatores envolvidos no surgimento dos arraiais dessa capitania.

Abordam-se as mudanças que ocorreram no Descoberto, principalmente nas últimas décadas de sua história, quando o lugar passa por um processo de expansão do seu espaço e deixa para trás seu tempo de arraial ou de pequeno povoado e torna-se o centro histórico da cidade que começa ali, Porangatu. O processo de desenvolvimento da cidade trouxe consigo a descaracterização desse centro histórico, o qual é chamado hoje de “Praça Velha” ou Descoberto, e que, se ainda guarda vestígios dos tempos antigos, esses vêm se perdendo por falta de preservação. As transformações que sofre o velho Descoberto têm feito suas antigas características coloniais desaparecerem pouco a pouco.

Para a discussão sobre o sentido de lugar e memória, consideramos a visão de autores como Augé (2012), Bergson (2006), Bosi (1994), Certeau (2014), Diehl (2002), Halbwachs (2006), Tuan (2011, 2013), Leite (1998), Mocellim (2009), Nora (1993), Pollak (1998), dentre outros, além de diversos artigos sobre os temas. Todos eles foram relevantes para entendermos o Descoberto, núcleo fundacional de Porangatu, como um lugar de memória.

Para o entendimento da formação da Capitania de Goiás e conseqüentemente de seus arraiais, buscamos informações nos tradicionais textos dos autores José Martins Pereira de Alencastre ([1864]1978), com *Anais da Província de Goiás*; Raimundo José da Cunha Mattos

([1874] 19179), com *Chorographia Historica da Provincia de Goyaz*; e Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (1984), com *Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz*. Livros de grande relevância também foram consultados: *Notícias Gerais da Capitania de Goiás*, de Paulo Bertran (1996); *O Século do Ouro*, de Luís Palacín (1994); *História de Goiás*, de Luís Palacín e Maria Augusta de S. Moraes (2008); *As Comunicações Fluviais Pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX*, de Dalísia Elizabeth Martins Doles (1973); e *Vida e Obra de Silva e Souza*, José Mendonça Teles (1998).

Trabalhos mais recentes contribuíram de forma significativa para a produção de conhecimento sobre a história e as características políticas, econômicas e sociais de Goiás. A tese *Urbanização em Goiás no século XVIII*, da professora Deusa Maria Rodrigues Boaventura (2007), esclareceu fatos relevantes sobre desenvolvimento da capitania dentro do contexto político e econômico do Brasil e sua relação com a Coroa portuguesa, assim como a formação das bandeiras paulistas e os mitos envolvendo o ouro.

Também consultamos os livros: *Geografia; Goiás-Tocantins*, de Altair Sales Barbosa, Antônio Teixeira Neto e Horiestes Gomes (2005); *O Tempo da Transformação Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás*, de Luís Estevam (2004); e *Uma Ponte Para o Mundo Goiano do Século XIX: Um estudo da Casa Meia-pontense*, de Adriana Mara Vaz de Oliveira (2001), que nos forneceram ricas informações sobre o contexto histórico de Goiás.

Apesar da grande contribuição de todos esses autores, cabe destacar alguns cuidados com os textos dos autores do século XVIII, pois seus relatos são marcados por visões pessimistas sobre as cidades de Goiás, o que contribuiu para a consolidação da ideia de decadência e atraso da capitania. Nasr Fayad Chaul (2015) é um dos estudiosos que contestam essa visão de decadência de Goiás, que perdurou por longos anos, mas que deixam claro a importância da contribuição historiográfica dos viajantes que estiveram no território goiano. Chaul esclarece diversas questões relativas à situação econômica e ao dinamismo das atividades agropecuárias desenvolvidas em Goiás no período pós-mineração.

No que se refere ao Arraial do Descoberto, as informações sobre o lugar estão inseridas nos livros e documentos que tratam do Sertão de Amaro Leite. Algumas citações sobre o Descoberto são encontradas nas obras dos viajantes Francis Castelnau ([1949] 2000) e Johann Emanuel Pohl ([1951] 1976), que passaram pelo arraial em suas viagens. Os documentos do Arquivo Histórico de Goiás e do Museu Ângelo Rosa de Moura de Porangatu (GO) destacam mais especificamente informações sobre o Descoberto da Piedade. As dissertações de mestrado produzidas por professores da cidade apontam importantes aspectos

históricos, culturais e geográficos de Porangatu. Nos livros de Ata da Câmara Municipal, encontramos informações relevantes sobre as medidas tomadas para o desenvolvimento da cidade após sua emancipação.

Diante dessas questões, a dissertação **A HISTÓRIA DE UM LUGAR: O NÚCLEO FUNDACIONAL DE PORANGATU** estrutura-se em três capítulos.

O Capítulo 1, “A História e a Memória do Arraial do Descoberto no contexto da urbanização de Goiás”, traz uma discussão sobre os conceitos de lugar e memória e a relação entre eles, analisando os significados que são dados ao lugar pelas pessoas que nele vivem e a relação desse com a memória. O conceito de lugar pôde ser examinado por meio do sentido dos “lugares de memória” de Pierre Nora (1993), do “lugar antropológico” apresentado por Marc Augé (2012) e de espaço e lugar de Tuan (2011). Assim, consideramos a ligação da memória com o lugar, a memória coletiva e individual. O que são os lugares de memória? Por que eles existem? Dessa forma, procuramos compreender, entre outras coisas, a relação de sentimento que os antigos moradores do Descoberto ainda mantêm com o lugar. Qual a imagem de um antigo arraial que ainda permanece nítida na memória de muitos dos moradores do Descoberto, hoje, bairro Nossa Senhora da Piedade, ou “Praça Velha”?

Esse capítulo aborda, ainda, o processo de formação e transformação desse núcleo histórico dentro do contexto da urbanização de Goiás, e apresenta características importantes daquele momento da história goiana. E o surgimento do Arraial do Descoberto no território do Sertão de Amaro Leite faz parte desse contexto. Analisamos também as transformações ocorridas no Descoberto no século XIX e as características do lugar fundacional, a influência que sofreu com a implantação dos presídios militares e a importância de sua localização no caminho que ligava a capital Vila Boa ao extremo norte da capitania, nas atuais terras do estado do Tocantins.

No Capítulo 2, “A Organização Espacial e Arquitetônica do Núcleo Histórico de Porangatu”, apresentamos as estruturas iniciais e o traçado do atual núcleo do Descoberto de Porangatu, as características físicas de quando ainda era um arraial, os traçados das ruas, as primeiras construções, o aspecto que apresentava na época, as características de seus edifícios e o que traziam de comum em relação aos outros arraiais de Goiás. Destacamos também a presença da Igreja Matriz e sua importância no contexto de formação das povoações antigas. Entre os edifícios de destaque no Descoberto, estão a antiga residência do primeiro prefeito da cidade, que atualmente abriga o Museu Ângelo Rosa de Moura; uma antiga pensão e o prédio do Hotel Porangatu, o primeiro da cidade.

Foram várias as mudanças ocorridas no espaço entre os séculos XIX e XX, e para

compreendê-las as atas da Câmara Municipal de Porangatu foram valiosos documentos. Entre as decisões legais que ocasionaram diversas modificações na cidade e que atingiram o velho Descoberto, estão as determinações sobre a limpeza e a organização da cidade, a pavimentação das ruas, a iluminação pública, o saneamento e a formação de loteamentos. No bairro Nossa Senhora da Piedade, nome atual do núcleo histórico do Descoberto, foram abertas novas ruas, construíram-se praças e avenidas. A situação do bairro nos dias de hoje é preocupante, pois há pouca preservação, e o que se nota é a descaracterização pela qual vem passando nos últimos anos, que acarretam mudanças em seu aspecto físico, enquanto as edificações coloniais que ainda existem passam por reformas ou estão sendo demolidas.

O Capítulo 3, “As Festas populares como manifestação social e de fé”, faz um paralelo entre as festas religiosas que ocorriam no Descoberto quando ainda era um arraial e que permanecem ainda hoje. Constatamos que as festas atuais guardam bastante semelhança com as que foram presenciadas em outros locais da capitania de Goiás pelos viajantes naturalistas Castelnau ([1949]2000) e Pohl ([1951] 1976) no século XVIII. Atualmente, as festas religiosas em Porangatu ocorrem nas comunidades que são divididas nos bairros e apenas a festa da padroeira e a Romaria de Santa Luzia envolvem toda a comunidade católica da cidade. Destacamos, entre essas festas, a Romaria de Santa Luzia e a festa junina Arraiá do Descoberto. A romaria faz parte das manifestações religiosas da cidade e reúne um grande número de romeiros, que cresce a cada ano. O Arraiá do Descoberto não tem conotação religiosa e faz parte das festividades da cidade há mais de três décadas. É um momento de diversão, manifestação cultural, comidas típicas e quadrilhas, dentre outras atrações.

Procuramos com esta pesquisa contribuir para o conhecimento sobre a história da cidade de Porangatu e para a compreensão da grande importância histórica do seu núcleo fundacional. Constatamos, com os dados levantados, a necessidade da valorização e preservação do lugar, o Descoberto da Piedade, hoje “Praça Velha”.

1 A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DO ARRAIAL DO DESCOBERTO NO CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO DE GOIÁS

Os lugares íntimos são tantos quantos as ocasiões em que as pessoas verdadeiramente estabelecem contato. Como são esses lugares? São transitórios e pessoais. Podem ficar gravados no mais profundo da memória e, cada vez que são lembrados, produzem intensa satisfação, [...]. A cidade natal é um lugar íntimo. Pode ser simples, carecer de elegância arquitetônica e de encanto histórico, no entanto, nos ofendemos se um estranho a crítica.

(TUAN)

Este capítulo está dividido em duas partes: na primeira delas discute-se os conceitos de lugar e memória, assim como a relação entre eles. A abordagem desses conceitos tem como base os estudos de Augé (2012), Bergson (2006), Carlos (2007), Certeau (2014), Cristino, Silva e Nascimento (2016), Halbwachs (2006), Leite (1998), Mayol (2013), Mocellim (2009), Moreira (2011), Nora (1993), Pollak (1989), Santiago Júnior (2015), Tuan (2011), dentre outros. Na segunda parte, abordam-se aspectos da urbanização de Goiás e das transformações pelas quais passou o município de Porangatu (GO) no século XIX, bem como as características do lugar fundacional. A discussão dessas questões baseia-se nas obras de Almeida (2016), Azevedo (1987), Bertran (1996), Boaventura (2007), Castelnau ([1949] 2000), Medrado (1990), Palacín (1994), Palacín e Moraes (2008), Pereira (2008), Pohl ([1951]1976), Saint-Hilaire ([1847]1975), Santos (2002), Souza (1999), Teles (1998), dentre outros.

1.1 O lugar e a memória

Para que seja possível conceituar lugar e memória, é preciso discutir algumas das diferentes interpretações desses conceitos. O que é um lugar? Que significado tem “o lugar”? Quais as características do “lugar”? E a memória, como conceituá-la? Qual a relação do lugar com a memória? Qual a relação da memória com o “lugar”?

O lugar tem um significado bem mais amplo do que apenas o de uma localidade definida por coordenadas geográficas. Está além de um simples espaço ao qual se atribui medidas, talvez em quilômetros quadrados e pela distância em relação a outros locais, dentre outras características que o definem. O sentido de lugar também refere-se às experiências vividas pelas pessoas e que marcam sua história. São vivências, saberes e fazeres encontrados no cotidiano, momentos de grande importância que fazem o lugar ter um significado profundo para a sociedade que dele usufrui.

Para Leite (1998), o conceito de lugar tem sido alvo de diversas interpretações ao longo do tempo e pelos mais variados campos do conhecimento. Já Mocellim (2009) pontua que, para além de ser um mero espaço geográfico, o que o lugar representa depende dos significados que lhe são atribuídos, e que constituem o que define como “lugar tradicional”. O lugar, conforme o autor, é construído a partir da experiência e dos sentidos que vai adquirindo com o passar do tempo, e assim surgem seus significados, em suas relações culturais, sociais, familiares.

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...]
 O lugar pode adquirir profundo significado para o adulto mediante o contínuo crescimento de sentimento ao longo dos anos. [...]
 O lugar é um mundo de significado organizado. (TUAN, 2013, p. 14, 47, 219).

O lugar tradicional descrito por Mocellim (2009) é definido por Augé (2012) como “lugar antropológico”, e ambas as expressões possuem semelhanças com relação aos seus significados.

Reservamos o termo de “lugar antropológico” àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. (AUGÉ, 2012, p. 51).

Para Mocellim (2009), o que caracteriza os lugares é o fato de serem “altamente identitários”. São os lugares habitados, de relações sociais mútuas, de grande intimidade entre os que vivem ali e que se identificam com a história desse lugar e com cada canto dele.

Augé (2012), por sua vez, considera que

[...] o lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima. Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não têm que ser objetos de conhecimento. (p. 53).

O significado de “lugar”, para o indivíduo ou o grupo, depende também de um fator determinante: o tempo. E esse, conseqüentemente, está ligado também ao espaço. O tempo que se vive ou se viveu em um espaço e o tempo que esse espaço fez parte da vida desse indivíduo, e que está relacionado ao seu cotidiano pessoal ou coletivo.

O sentido de lugar é adquirido após um tempo. Quanto tempo? Podemos dizer, geralmente, que quanto mais tempo permaneceremos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós, ainda que essa seja apenas uma verdade grosseira. (TUAN, 2011, p. 14).

Conforme o autor, espaço e tempo são ideias que possuem significados variados em diferentes campos do conhecimento e da vida cotidiana. Explica ainda que é mais comum se associar espaço e lugar do que espaço e tempo, pelo menos no dia a dia. Para ele, o espaço não é uma ideia, e sim um conjunto de ideias, enquanto o lugar é um espaço estruturado. Tempo, segundo Tuan (2011), é outra ideia complexa e esquivada.

“Aqui” e “ali” implicam “agora” e “depois”. Aqui é agora e ali é depois, depois significa, também, um tempo passado ou futuro. Ali implica aqui, depois implica agora, mas o inverso não é necessariamente verdadeiro. [...]. “Remoto” significa “há muito tempo”. “Há muito tempo em um lugar distante” é o início tradicional das fábulas. [...]. Os termos espaciais “ponto de partida” e “meta” é, ao mesmo tempo, uma localização no espaço e uma posição no tempo. (TUAN, 2011, p. 9-10).

O espaço e o tempo fazem parte da história e neles formam-se os usos do lugar, as experiências vividas e que dão significado para as pessoas ou grupos. Desse modo, deixa de existir apenas um espaço e torna-se um lugar, o lugar das amizades, dos relacionamentos, dos momentos vividos ao longo do tempo, a exemplo do centro tradicional da cidade de Porangatu (GO).

Que ligação existe entre espaço e lugar? Como um espaço torna-se um lugar? O que é um espaço? O espaço dá sensação de liberdade, de amplitude. O espaço não é do indivíduo, não estabelece vínculo como o lugar. Mas se no espaço passa-se a construir momentos e história de vida, a estabelecer relacionamentos, vivências, vínculos, ele adquire significado, e torna-se um lugar. “Em suma, o espaço é um lugar praticado”. (CERTEAU, 2014, p. 184).

Não se define espaço e lugar sem que se fale de cultura. Conforme Tuan (2013), a cultura é desenvolvida unicamente pelos seres humanos, e para cada cultura pode existir uma definição diferente de lugar. A sensação de espaço e lugar dos esquimós, exemplifica, é bem diferente da que têm os norte-americanos. Por isso, pontua o autor, o que é apenas um espaço para alguns, sem nenhum significado, para outros pode ter grande importância, dependendo da cultura e até do sagrado. Na relação espaço e lugar, seus significados tendem a se fundir.

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e

estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa. (TUAN, 2013, p. 14).

Comumente relacionamos o espaço apenas a uma área a ser ocupada, a uma distância entre objetos, a uma vaga. Ferreira (2001, p. 308) define espaço como a “distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados”. O autor pontua, entretanto, que o espaço pode ser visto de maneiras diferentes, dependendo de quem o olha, ou de como se olha. E indaga: há espaço para mais uma pessoa? Para responder à questão, Tuan (2011) lembra que, na linguagem técnica, o espaço dos astrônomos tem pouco em comum com o espaço dos geógrafos ou dos arquitetos, o mesmo ocorrendo com o espaço de uma rua, de uma praça, de uma cidade, os espaços ocupados ou os espaços vazios. O espaço difere-se de lugar exatamente pelo significado que adquire, com o tempo, a experiência e a vivência.

Carlos (2007) afirma que há uma dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana, na qual se estabelece um vínculo entre o que vem de fora e o que vem de dentro, ou seja, todas as influências ao redor, que se estabelece no plano vivido e produz o conhecido e o reconhecido. Assim, pontua a autora, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as dimensões, pois o lugar recebe a influência da cultura, da tradição e dos hábitos, e tudo mais que vem de dentro, de seus habitantes, daqueles que vivem ali e direcionam os seus usos. No entanto, ressalta Carlos (2007), também recebe a influência do que vem de fora, daquilo que vai se edificando como consequência das mudanças em seu entorno, da evolução econômica, do crescimento e do desenvolvimento da cidade, e do processo constituído mundialmente, por exemplo, as influências do capitalismo, da divisão do trabalho e de todos os aspectos que giram em torno da economia.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p. 17).

O espaço no qual se situa o lugar pode passar por várias modificações e seus significados também acompanham essas mudanças. Entretanto, é sempre o lugar no qual se desenvolve um vínculo e as relações sociais. Os seus habitantes definem o sentido desse lugar, ainda que diante de muitas mudanças.

O lugar não é mais o mesmo que sempre foi. Ou mais, os lugares não são os mesmos que foram outrora. Um mesmo espaço pode mudar ao longo da história. Os espaços ocupados podem ser os mesmos, mas é certo que todas as mudanças nele promovidas são acompanhadas por uma ressignificação dos sentidos que lhe são atribuídos. São os mesmos espaços, mas diferentes lugares. (MOCELLIM, 2009, p. 77).

O lugar tradicional, na visão de Mocellim (2009), é aquele no qual atua a “solidariedade mecânica”, um conceito, segundo o autor, utilizado por Durkheim (1978) para demarcar um modo de vida, no qual são estabelecidos os vínculos morais entre os membros de um dado grupo social. Nesse contexto, a solidariedade ocorre dentro de cada grupo e de acordo com a posição que esses grupos ocupam na sociedade. Ou seja, não alcança os que se encontram fora dele.

O lugar e seus significados estão intimamente ligados à memória, tema que vem sendo debatido por autores como Bergson (2006), Bosi (1994), Diehl (2002), Halbwachs (2006), Nora (1993), Pollak (1998) e Santiago Júnior (2015), dentre outros. Pelas abordagens feitas por esses autores, percebe-se o quanto é complexo o estudo da memória, sobretudo, em relação às suas características e relações com o lugar. Para Bosi (1994, p. 39), “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”. Muitos lugares, pessoas, momentos, vivências e coisas passam pela memória, mas nem tudo que se vive é guardado exatamente como era. Muitas vezes esses fragmentos vão juntando-se em uma conversa, em um passeio pelo lugar, em uma casa, em uma rua, e assim a memória vai se desvelando.

Conforme Diehl (2002), a memória pode ser formada por elementos individuais e coletivos, e possui contextualidades, por isso, é possível atualizar-se historicamente. Pontua, ainda, que a memória está relacionada a vários fatores e intimamente ligada às tradições familiares e aos grupos, com suas características peculiares.

Já o interesse da historiografia pela memória, de acordo com Santiago Júnior (2015), parece ter sido o de transformá-la em fonte histórica. Nesse sentido, Diehl (2002) acentua que a memória pode sofrer de uma fraqueza, e, como qualquer outra fonte histórica, passa pelo desgaste imposto pelo tempo e se perde em muitos momentos, principalmente quando se distancia dos locais, objetos ou fatos ligados a ela. Transformada a memória em fonte histórica, é preciso se levar em conta esse desgaste que sofre com o tempo, analisando os tipos de informações obtidos por ela, as quais podem não ser precisas.

A memória, à medida que estiver localizada bem distante do fato, da época, do contexto tomado como objeto de pesquisa, tanto mais desgastada ela

estará. Esse desgaste pode chegar ao ponto que da memória apenas persistam restos, vivências, fragmentos do passado e, nesse caso, apenas lembranças descoloridas. (DIEHL, 2002, p. 118).

Para Nora (1993, p. 7), “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”. O autor esclarece que a curiosidade pelos lugares de memória está ligada a esse momento da história em que a memória vem se perdendo, e, por isso, o sentimento de continuidade está vinculado aos locais de memória, pois, sem eles, não há mais meios de memória. Ou seja, se é necessário que exista um lugar, um objeto ou qualquer coisa para que se lembre de algo, de um tempo ou de uma cidade, é porque não há memória, pois sem esses artifícios não se pode lembrar. Nessa perspectiva é que se pode notar o momento como de transformação, no qual o fenômeno da “mundialização, da democratização, da massificação e da mediatização” (p.8), vem causando o desmoronamento da memória.

E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica. Fim das sociedades-memória, como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão de valores, igreja ou escola, família ou estado. Fim das ideologias-memória, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro, [...]. (NORA, 1993, p. 8).

Este momento de mundialização, no qual tudo é imediato, a história e a memória parecem ser vistas de forma diferente. Neste mundo de mudanças bruscas e aceleradas, conforme acentua Nora (1993), há uma grande distância entre a memória verdadeira, que existia nas sociedades arcaicas e que guardava consigo os segredos e a história, e a memória que as atuais sociedades esquecidas fazem do passado, pois essa é levada pela mudança. Em meio a esse mundo de mudanças e novas visões, a história e a memória já não são vistas da mesma forma. De acordo com Nora (1993), a memória hoje não é inteira, não se manifesta de forma inconsciente, a memória atual é só história.

Moreira (2011, p.1) também sinaliza nessa mesma direção:

A memória, no sentido primeiro da expressão, é a presença do passado. A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional.

Segundo Nora (1993) a memória verdadeira é diferente daquela produzida nos “lugares de memória”, lugares onde não há memória espontânea. Esses lugares, conforme o

autor, são os museus, os arquivos, os cemitérios e as coleções, as festas, os aniversários, os tratados, os santuários, os monumentos, os lugares que se constituem como marcos, como testemunhas de uma outra era. Trata-se de uma memória construída por artifícios papáveis, visíveis, fruto de uma produção. E são nesses lugares de memória, que não se vive as verdadeiras lembranças, esses são apoderados pela história.

Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem. Eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, salvá-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. (NORA, 1993, p. 13).

Como o lugar se relaciona com a memória? Como a memória se relaciona com o lugar? O lugar faz lembrar, pois suas características, seus eventos trazem a memória, e a memória é ativada pelo lugar. Essa memória vem do exterior, daquilo que vemos, com o qual tem-se contato. É tudo aquilo que leva o indivíduo a se lembrar.

Halbwachs (2006) afirma que o local recebe a marca do grupo, e o grupo, a marca do local. Conforme o autor, os detalhes do lugar têm significado para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que eles ocuparam correspondem a diversos aspectos da construção da vida de sua sociedade.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente vimos. [...]

Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessárias testemunhas no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível. (HALBWACHS, 2006, p. 30-31).

No que se refere às lembranças antigas, Halbwachs (2006) afirma que elas se adequam ao conjunto das percepções do presente, porque não se baseiam somente na lembrança do indivíduo, pois devem levar em conta a dos outros indivíduos, pois só assim obtém-se maior confiança na exatidão dessas recordações. A memória é coletiva, faz parte da vivência do indivíduo em grupo, mesmo quando se trata de algo muito pessoal e individual. Até mesmo os locais, os objetos, a maneira como os organismos fazem parte do coletivo.

Nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo [...] nos lembram nossa família e os amigos que vemos com frequência nesse contexto. [...]

De fato, as formas dos objetos que nos rodeiam têm este significado. Não estávamos errados ao dizer que eles estão em volta de nós, como uma

sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos. [...]. Assim se explica como as imagens espaciais desempenham esse papel na memória coletiva. O lugar ocupado pelo grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Mas o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais. (HALBWACHS, 2006, p. 157-159).

Os lugares antropológicos carregam as marcas do sujeito e do grupo ao qual ele pertence. Ao se lembrar de um lugar ou dos fatos ocorridos ali, a memória suscitada é coletiva, pois, por mais que pareça um fato isolado, pessoal, existem, nesse lugar e em tudo à sua volta, as marcas do grupo ao qual o indivíduo pertence. A memória que vem à tona é a memória verdadeira, a verdadeira memória do passado. “A memória do corpo, composto por todos os sistemas sensório-motores que o hábito tem organizado, é, portanto, a memória quase instantânea e que subjaz à memória verdadeira passado”. (BERGSON, 2006, p. 165).¹

Em sendo coletiva, a memória não possui apenas uma função individual. Podemos afirmar, então, que a memória está relacionada a fatores intrínsecos às atividades sociais, sejam elas desenvolvidas no âmbito familiar, sejam de forma mais abrangente, envolvendo a comunidade onde se vive.

O centro histórico de Porangatu, antigo Arraial do Descoberto da Piedade, tornou-se um “lugar” que tem muita importância e significado para boa parte dos seus moradores. Todavia, para a maioria dos demais habitantes da cidade, aquele lugar já está caindo no esquecimento, pois muitos já nem se recordam mais das velhas casas que foram demolidas, de quem morava nelas ou onde ficava cada uma delas. Tornou-se, para eles, apenas um velho bairro da cidade, no qual é preciso andar por suas ruas, conversar com os antigos moradores para se ter um pouco das suas lembranças e de sua história.

De acordo com Santiago Júnior (2015, p. 246), “a memória entrou em debate historiográfico por muitas vias, destacando-se, no Brasil, sua incorporação via história oral na metodologia da pesquisa histórica”. A história oral deu aos subalternos, aos sem voz, o “direito à memória”, acentua. Apenas mediante os relatos orais, as entrevistas, as conversas com os velhos moradores do Descoberto da Piedade, foi possível desvendar parte da memória daquele grupo. Seu lugar é ali, de onde olham pela janela e ainda veem os vestígios do antigo arraial. Não se trata de um “Lugar de memória” como definido por Nora (1993), pois aquele lugar fundacional não se estruturou nesse sentido, passando por uma restauração geral que o

¹ Tradução livre do trecho: La memoria del cuerpo, constituida por el conjunto de los sistemas senso-motores que el hábito ha organizado, es pues una memoria cuase instatanea e la cual sirve de base la verdadera memoria del passado. (BERGSON, 2006, p. 165).

tornasse um lugar de visitação, um centro de preservação da memória e da história da cidade. Apenas os prédios que estão sob os cuidados da prefeitura têm essas características, mas não abrange ao lugar todo. No entanto não deixa de ser uma referência histórica do passado.

Os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história. História e memória são, ambas, narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma temporalidade escoada. São representações que mostram um “acontecido” que, a rigor, não é mais verificável ou sujeito à repetição. No entanto, o tempo passado não é irrecuperável, uma vez que, pelo imaginário, se faz presente no espírito, dando-se a ler e ver por meio de discursos e imagens. (PESAVENTO, 2007, n.p.).

Pollak (1989) corrobora as afirmações de Halbwachs (2006) de que a memória é coletiva. As paisagens, as datas e personagens, as tradições e costumes, folclore, músicas e até a culinária, fazem parte da produção da memória de um grupo, suas manifestações sociais, seu cotidiano, são como pontos de referência para a memória coletiva. Pollak (1989) também afirma que, na tradição durkheimiana, que, segundo ele,

[...] consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimento de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. (p. 3).

A memória está ligada ao lugar; o lugar, ao tempo; e o tempo, à memória e ao lugar. O espaço torna-se lugar pela convivência, pela experiência, pelo sentimento e pelo uso, fatores que criam vínculos entre os indivíduos ou grupos que ali convivem. O lugar tem significado, história individual ou coletiva vivida em um tempo já passado, mas que o presente chama, invoca, respondendo à lembrança pela memória. Por meio da memória, o passado vem à tona e se mistura ao presente. Esse presente não tem aquela pessoa do passado no “hoje”, pois aquele que invoca o passado e suas lembranças é outro, tem uma visão de mundo diferente, pensa e sente de maneira diferente. Esse passado está impregnado de lembranças coletivas, situações e lugares que são lembranças de muitos, em conjunto com as lembranças de um indivíduo. Por sua vez, esse conjunto traz sentido ao que Augé (2012), como visto anteriormente, denomina lugar antropológico, ou simplesmente lugar.

O lugar de memória foi criado por não existir mais a memória pura; é um recurso para buscá-la, um artifício que faz lembrar. O lugar está ligado à memória pelas

características do passado que são evocadas pelo sujeito ou grupo. A memória está ligada ao lugar porque ela o busca para chegar às lembranças do passado.

1.2 A urbanização de Goiás no contexto da expansão do domínio português

A política de ocupação e urbanização terras do interior do Brasil, segundo Boaventura (2007), teve início em meados do século XVII, em decorrência dos problemas econômicos relacionados ao preço do açúcar no mercado internacional. Outra questão relevante, conforme a autora, foi a perda das colônias lusitanas no Oriente, o que tornou premente encontrar soluções eficazes para enfrentar os problemas econômicos. A metrópole viu-se, assim, ante a necessidade de rever toda a sua estratégia de ocupação das terras brasileiras, ao mesmo tempo que passou a incentivar a expansão territorial para além do meridiano de Tordesilhas.

A presença do ouro no interior do Brasil atraiu o interesse não só da Coroa portuguesa, mas também de centenas de pessoas. Foram muitas as bandeiras oficiais e não oficiais que adentraram as matas e desbravaram lugares desconhecidos, enfrentando inúmeras dificuldades. O processo de urbanização de Goiás, todavia, foi reflexo de uma política bem mais abrangente do que apenas o desejo de enriquecimento de exploradores aventureiros e bandeirantes, conforme pontua Boaventura (2007). Também a metrópole viu na exploração do interior da colônia não apenas a possibilidade de resolver seus problemas econômicos, mas também fazer fortuna com a descoberta das primeiras minas de ouro.

Nas regiões centrais do atual território brasileiro, expressões dessa política se evidenciavam mais claramente no final do século XVII e início do século XVIII, com a efetiva descoberta do ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, e do firme propósito da Coroa de expandir seus domínios a oeste de Tordesilhas. (BOAVENTURA, 2007, p. 25).

O projeto de expansão territorial da metrópole portuguesa contava com uma organização política e administrativa que visava o controle das ações de desbravamento do território, tópico que será abordado mais adiante. A Coroa desejava expandir seus domínios, fazer a ocupação e legitimação territorial. Palacín (1994, p. 13) afirma que a descoberta de ouro de mina ocorreu na última década do século XVIII, quando se desencadeou o que denominou “corrida do ouro”.

Primeiro foi a vez de Minas. Pelo ano de 1690, um grupo de paulistas descobria ouro nos sertões ao norte de São Paulo, já antes transitados pelos

bandeirantes. [...]

Quando a produção de ouro em Minas entrava em sua fase de apogeu, um golpe de fortuna levou Pascoal Moreira Cabral ao descobrimento de ouro em Cuiabá. [...] descobriu, em 1719, nas remotíssimas paragens de Mato Grosso, jazidas tão ricas que, na expressão de Eschwege, o ouro se retirava da terra como nata do leite. (PALACÍN, 1994, p. 13-14).

Por estar Goiás localizado entre as terras de Minas, São Paulo e Mato Grosso, seu ouro, conforme Palacín (1994), não poderia ficar oculto por muito tempo. Palacín e Morais (2008, p. 17) pontuam que, “no primeiro século da colonização do Brasil, diversas expedições, ‘entradas’, ‘descidas’, ‘bandeiras’, percorreram parte do território do atual estado de Goiás”. Embora não haja notícias precisas, essas expedições, organizadas principalmente na Bahia, centro da colonização, eram ou de caráter oficial, destinadas a explorar o interior e buscar riquezas minerais, ou de empresas comerciais particulares, organizadas para a captura de índios.

De acordo com a documentação pesquisada por Palacín e Morais (2008), 16 bandeiras passaram por Goiás. De São Paulo saíram diversas delas, que iam até o extremo norte de Goiás buscando aprisionar índios. As viagens eram longas e podiam durar de dois a três anos. A primeira bandeira – que partiu de São Paulo e possivelmente chegou até os sertões de Goiás, no leste do rio Tocantins – foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593) (PALACÍN; MORAIS, 2008, p. 19). Os autores salientam, todavia, que o ouro só foi encontrado e explorado em Goiás décadas depois da descoberta de minas em Minas Gerais e Mato Grosso.

Havia, segundo Palacín (1994), pelo menos três razões para que se iniciasse a exploração das terras goianas imediatamente: a primeira, a busca de um caminho por terra para substituir a rota fluvial para Cuiabá; a segunda, os rumores da existência, nas serras e nos sertões, de abundância de ouro e prata, pois as minas de ouro descobertas em Minas Gerais e Mato Grosso “faziam aparte do Eldorado”; e a terceira, o momento político, que era oportuno para qualquer expedição que viesse alargar os limites reais da capitania, em especial mediante o descobrimento de ouro.

A busca por metais preciosos nesse sertão brasileiro estava rodeada de mitos, como era comum entre os europeus desde o período das grandes navegações, quando essas histórias fantásticas e fantasiosas e o medo do desconhecido acompanharam a trajetória de navegantes, desbravadores e todo o contexto que envolvia as novas descobertas e o sonho de riquezas e prosperidade no Novo Mundo. Para Boaventura (2007, p. 37), “a formação do território da Capitania de Goiás, assim como de toda a colônia, resultou de um processo de permutas

culturais a serviço de um projeto colonial imposto pelos portugueses”. Esse imaginário também acompanhou os expedicionários no processo de conquista dos territórios do interior do Brasil, uma região desconhecida e cheia de perigos e incertezas.

Notícias sobre as riquezas da terra começaram a ser disseminadas já no século XVI e foram divulgadas até o século XVIII, incentivando a empreitada rumo aos sertões do Brasil. Não se pode negar, contudo, que o sonho do ouro foi um fator de extrema importância para que houvesse a expansão dos domínios portugueses e, assim, se formasse a região de Goiás, como outros territórios que surgiram em decorrência da busca pelo ouro.

Esta era a imagem do Brasil, do século XVI, vista tanto pelos portugueses e europeus quando pelos que em terras brasileiras já viviam: o “Fim do Mundo”. A Idade Média ainda vivia sob o medo do obscuro, o medo de ultrapassar seus limites, já muito bem delimitados. Se fora tão difícil dobrar o cabo “Não” e o “Bojador”, imagina só o que seria uma investida mar afora em nome de um ideal, de uma certeza de uma minoria que guardava em mais absoluto segredo as razões que os faziam crer na existência de mundo além mar. (MELO, 2009, p. 57).

Os navegantes enfrentaram os perigos do desconhecido, a fúria das águas e tudo que seu imaginário, alimentado pelos velhos mitos, os fizesse pensar que existia nas águas e nas terras desconhecidas, tudo pela busca das tão sonhadas riquezas do Novo Mundo.

Embrenharam mar adentro, enfrentando “monstros marinhos”, tempestades, fome e doenças. Transpuseram a grande muralha da Mata Atlântica para se aventurarem sertão adentro, abrindo aldeamentos, feitorias, assentamentos, arraiais, vilas, cidades. Enfrentaram todo tipo de sorte e revés, o desconhecido, o mito da antropofagia e de animais grotescos transfigurados em metade homem metade animal, figurações do demônio. Conseguiram, de forma definitiva, ganhar o Novo Mundo. (LOUÇÃO *apud* MELO, 2009, p. 59).

Sertão adentro, muitos mitos povoaram a imaginação dos exploradores, o sonho de muitos tesouros, o Eldorado. Holanda (1989 *apud* BOAVENTURA, 2007, p. 38) afirma que a origem do Eldorado (mito sobre uma grande quantidade de tesouros de prata, ouro e pedras preciosas que existiria em uma cidade na selva sul-americana) surgiu com a conquista de Quito por Sebastian de Benalcazar, em 1533, a partir do ritual de um chefe indígena que mergulhava todas as manhãs em uma lagoa com todo o corpo coberto de ouro em pó. O mito do Eldorado fez diversas bandeiras deslocarem-se para o interior, e, com tantas histórias que se contavam, muitos locais foram percorridos até que finalmente se encontrasse ouro.

Na visão de Boaventura (2007), o mito do lago de Paraopava foi, ainda, o grande incentivo para a maior parte das expedições exploratórias que o perseguiram, visando

descobrir minas no sertão, notadamente a partir das águas do “grande rio” São Francisco. Destaca-se, dentre tantas bandeiras, a de Sebastião Paes de Barros, que saiu de São Paulo em 1673 e, conforme Palacín e Moraes (2008, p. 19), foi a maior das que tiveram como destino os sertões de Goiás. Ela contava com cerca de 800 membros e fixou-se na região da confluência dos rios Tocantins e Araguaia, dedicando-se à mineração.

Assim como outros mitos sobre lagos com tesouros ou minas em várias partes do Brasil, o de Paraopava incentivou o aumento da exploração do sertão de Goiás, e Para Boaventura (2007) para procurar tantas riquezas, acabou-se recorrendo à cartografia, mas o mito deveria se transformar em realidade, e o conhecimento do lugar deixar de ser uma vaga intuição.

A gradativa transformação se efetuou a partir das diversas incursões ao interior do território e dos consecutivos avanços da ciência cartográfica. Impulsionados pelo mito e ajudando a configurar um quadro aparentemente desconexo, os mapas se colocaram a serviço da averiguação do imaginário em direção à real visualização do espaço. (BOAVENTURA, 2007, p. 41).

Apesar de tantos mitos, os cientistas cartográficos deram importantes contribuições para o desenho do território brasileiro, e neste, o traçado do sertão do Brasil. Desse modo, houve, de acordo com Boaventura (2007), a produção de mapas, textos e tratados que descreveram a fantástica região mitológica do Brasil.

É nesse universo cartográfico e literário, entre outros, e movido de início enfaticamente pelas explicações míticas, que se encontravam os primeiros e imprecisos registros das terras sertanejas que faziam parte do território goiano. Neles, ora sim, ora não, estão representados o Araguaia e o Tocantins, colocando em relevo as suas condições de grandes eixos de acesso à Região Central do Brasil. [...]. Para as representações que envolveram mais diretamente o território de Goiás, os mapas de maior valor são os dos cartógrafos portugueses Antônio Sanches, de 1655, 1670 e 1675. De acordo com esses trabalhos, “o lago dourado vai sendo suprimido e substituído pelo esboço do Rio Araguaia, ilha do Bananal e a junção Araguaia-Tocantins”. (BOAVENTURA, 2007, p. 41).

Após os estudos cartográficos, as fantasias foram sendo desvendadas e tinha-se agora uma noção da realidade. Com o passar do tempo, foi possível identificar as verdadeiras características dos locais que, nos mitos, ganhavam formas fantásticas. No caso da lagoa Paraopava, trata-se apenas do rio Araguaia. Segundo Boaventura (2007), no mapa de Antônio Sanches, a lagoa de Paraopava (Araguaia) não existe, o que aparece são os rios Paraguai (Prata), São Francisco e Paraopava (Araguaia), com suas nascentes independentes. Entretanto, mesmo com o desvendamento dos mitos, o sonho de lugares fantásticos e de riquezas

grandiosas fez com que a procura do ouro continuasse, pois poderia até não existir lugares mágicos, mas o ouro estava ali, em algum lugar.

O sonho do Eldorado parecia falar mais forte do que a realidade, pois mesmo identificando as características reais dos locais com a ajuda da cartografia, depois de tantas incursões que não tiveram sucesso algum, parecia apenas que não haviam procurado direito e que algum dia um desses bandeirantes teria a sorte de encontrá-lo. Sem sombra de dúvida, os mitos e os sonhos de grandes riquezas foram a força motriz para a expansão e, depois, a urbanização do território goiano.

1.2.1 As bandeiras de Bartolomeu Bueno da Silva, pai e filho

A bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, apelidado pelos indígenas de Anhanguera, saiu de São Paulo em 1682, e desbravou o sertão à procura de ouro, mas também de índios. A grande necessidade da mão de obra escrava, tanto para a lavoura como para a mineração, já que não havia ainda o comércio negreiro da África para abastecer as capitanias, fez com que as bandeiras entrassem no sertão com o objetivo de capturar índios, “abusando dos santos fins da lei, que só permitia o captiveiro dos índios tomados em guerra justa” (TELES, 1998, p. 73), ou por causa da sua ferocidade e hostilidade.

[Anhanguera,] que na linguagem do paiz quer dizer Diabo Velho pelo estratagemma de acender aguardente em uma vasilha, com ameaça de abraçar todos os rios e todos os índios que se não lhe rendessem, seguido de um filho do mesmo nome, de idade de doze anos (que veio a ser descobridor d’esta capitania), e outros aggregados, chegou pouco mais ou menos em 1682 ao domicilio do pacifico gentio Goyá, que agora habitamos: e demorando-se algum tempo no meio das suas correrias, que comprehenderam grande parte d’este sertão a plantar roça que melhorasse a sustentação, reconheceu a riqueza do logar vendo folhetas de ouro bruto pendentes ao collo das índias: e com esta certeza, confirmada de algumas indagações, regressou ao seu paiz natal, seguindo da numerosa presa que tinha feito, a utilizar-se do fructo dos seus trabalhos [...]. (TELES, 1998, p. 73-74).

Boaventura (2007, p. 52) afirma que Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, estimulado pelas viagens do pai, embrenhou-se também no sertão goiano com sua própria bandeira, lançando, de fato, as bases das futuras minas de Goiás. Esse bandeirante carregava consigo os sonhos e mitos das bandeiras daquela época, entre eles, a crença em “folhetos de ouro pendentes no colo das índias” (BOAVENTURA, 2007, p. 52), além da certeza que seu pai tinha sobre a existência de ouro na região.

Conforme Alencastre ([1864]1979, p. 32),

O filho do Anhanguera, que, aos 12 anos de idade, havia acompanhado seu pai na primeira entrada, tendo ainda impressas na imaginação algumas reminiscências das aventuras por que passou, constando-lhe que convidativas promessas se faziam, que prêmios honrosos se conferiam a quem empreendesse novos descobrimentos, no seu regresso de Minas Gerais, por onde havia feito importantes explorações, apresentou-se ao capitão-general de S. Paulo, que então era Rodrigo Cesar de Menezes, dizendo-se desejoso de empreender uma nova entrada pelas terras descobertas por seu pai, até então completamente abandonadas e esquecidas.

Durante todo o período de exploração das minas em Goiás, os mitos continuaram a povoar a imaginação dos exploradores. Alencastre ([1864]1979) pontua que histórias sobre os Araés às margens do Araguaia, e os pesados folhetos de ouro que as índias da etnia usavam (vistos Bartolomeu Bueno da Silva, o pai) e as minas dos Martírios, faziam muitos se aventurarem à procura desses lugares de tanta riqueza.

Encontrei no arquivo da Secretaria da província de Goiás uma cópia do seguinte roteiro donde se vê alguns pormenores da descoberta feita por Bueno: aí se diz onde eram os Araés tão falados nas antigas crônicas e diários de viagens, e o encantado lugar dos Martírios, que alguns supõem o lugar assim chamado do Araguaia, e outros existir nas solidões do Xingu. (ALENCASTRE, [1864] 1979, p. 34).

Nunca foi comprovada a existência desse suposto roteiro deixado por Bartolomeu Bueno da Silva, o pai, mas a alusão a ele ainda causava euforia entre os exploradores muitos anos depois da formação de sua bandeira.

Palacín (1994) e Palacín e Morais (2008) afirmam que, em 1720, três paulistas da vila de Santana de Parnaíba – Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Padro – escreveram ao Rei D. João V solicitando-lhe permissão para explorar o interior da colônia. Em 30 de junho de 1721, o governador de São Paulo Rodrigo Cezar de Menezes confirmou a assinatura do contrato autorizado pelo rei, e ofereceu-se para organizar, à sua própria custa, uma bandeira ao sertão da capitania destinada ao descobrimento de minas. Em troca, Menezes ficaria com o montante arrecadado com o imposto cobrado pela travessia dos rios por três gerações, além de outras honras e vantagens que o rei costumava conceder nesses casos.

No início dos setecentos, conforme pontua Melo (2009), Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, e seus companheiros obtiveram uma resposta positiva dos pedidos que haviam feito a respeito da obtenção dos dividendos auferidos com a coleta de impostos, honras e vantagens. Anhanguera, o pai, esteve entre os primeiros expedidores das últimas décadas do século XVII, e, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, seguindo um roteiro deixado por antigos

bandeirantes e por seu pai, volta ao sertão de Goiás à procura da mina dos Martírios.

Dos roteiros que passaram de mão em mão, os mais célebres foram os dos Martírios, tendo chegado até nós. Parece que foram originados na bandeira de André Fernandes (1613-1615). [...] relatam que em certo trecho do rio Paraopava, os bandeirantes acharam gravuras nas pedras desenhos semelhantes aos instrumentos dos martírios de Cristo: Coroas de espinhos, cravos, martelos, lanças, escadas, cruzes, o galo que cantou à meia-noite etc. E informavam que no sertão à esquerda do rio Paraopava, dominado pelos índios Araés, havia muita riqueza em ouro. Essa época aurífera passou a ser conhecida por “minas dos Martírios”. (FERREIRA, 1978 *apud* MELO, 2009, p. 66).

A Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, foi concedido o cargo de superintendente das minas; a Ortiz, o de guarda-mor; e a Antônio Ferraz de Araújo, o de escrivão. Deram-lhes também um regimento, que os deveria guiar durante a expedição. O regimento atribuía à bandeira, como finalidade, “descobrir minas de ouro, prata e outros haveres”. (PALACÍN, 1994, p. 19-20). A bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, partiu então rumo às terras de Goiás em 3 de julho de 1722, carregada de mantimentos e objetos necessários para essa empreitada, mas também repleta de desejo de conquista, ambição e muitas ilusões.

O caminho que percorreriam já não era mais tão difícil como antes, visto que muitas expedições já haviam passado por ali. Entretanto, isso não quer dizer que seria fácil, pois muitos problemas ocorreriam nessa viagem e mudariam drasticamente o rumo da vida da maioria dos integrantes da bandeira. Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, estava determinado a encontrar ouro no território que corresponde, hoje, às terras goianas, aplicando nessa empreitada todas as suas forças. A bandeira era numerosa, com um total de quase 500 pessoas. (PALACÍN; MORAES, 2008).

Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, afirmava ter um roteiro para chegar até o lugar do ouro, mas esse roteiro nunca foi encontrado ou não foi suficiente para evitar que a bandeira se desencaminhasse. Os expedicionários ficaram perdidos durante meses no cerrado. A bandeira já havia se dividido em duas partes por causa de desentendimentos internos, e cada uma delas seguiu uma direção distinta. Nesse momento, muitos dos que continuaram com Anhanguera, como também era conhecido Bartolomeu, o filho, resolveram voltar para São Paulo em pequenos grupos e outros morreram de fome, pois o alimento não era suficiente para tanto tempo. Mesmo percebendo que a bandeira estava desfalcada e que sua situação era bem desoladora, Anhanguera não desistiu de seu objetivo. De acordo com Palacín (1994, p. 21), “a repulsa terminante do Anhanguera em admitir o fracasso – ‘mais fácil seria perder a vida’”.

Com sua bandeira já bem debilitada, contando com poucos companheiros, Anhangüera descobre ouro nas cabeceiras do rio Vermelho, na região da atual cidade de Goiás. A bandeira agora visava o início definitivo da exploração do território, tomando como certa a formação dos arraiais. A notícia dos achados das terras goianas espalhou-se rapidamente, e a região passou a contar com um grande afluxo de pessoas.

Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pretos e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição pessoal; homens e mulheres, moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares e clérigos; e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa [...]. (ANTONIL, 1963, p. 72).

Após três anos e três meses, já em 1725, ele volta triunfante para São Paulo com seus poucos companheiros, pois havia encontrado as tão sonhadas minas de ouro. “Bueno voltou ‘muito’ satisfeito, propalando que tinha encontrado cinco córregos auríferos, “um descoberto tão rico que prometia ser outro Cuiabá pela riqueza”, embora fosse muito superior na amenidade do clima e na facilidade das comunicações”. (PALACÍN, 1994, p. 22).

Rapidamente foi organizada outra expedição, com mais membros, cujo objetivo era abrir caminho para Mato Grosso por meio de Goiás. De acordo com Palacín (1994, p. 22), “sob o signo do ouro, iniciava-se a incorporação de Goiás à história”.

1.2.2 A participação dos jesuítas na expansão e domínio do território

Tanto o desbravar dos mares à procura de novas terras quanto o desbravar dos sertões brasileiros em busca de minas de ouro, índios e tesouros imaginados pelos exploradores receberam forte incentivo do governo português e contavam sempre com a presença da Igreja. É claro que, além da fé e do respeito ao seu rei, as vantagens esperadas por navegantes e bandeirantes não deixavam de ser um fortíssimo fator que os impulsionava a iniciar a jornada além-mar e além-terra, respectivamente. Para a Igreja, a expansão territorial portuguesa era a oportunidade para a extensão além-mar da evangelização, catequese e crescimento da fé católica.

A presença da Igreja na colonização era, portanto, sempre certa. Os próprios jesuítas formaram suas expedições, e por isso contribuíram para a colonização e desbravamento do interior do Brasil. Também criaram um sistema de aldeamento no Pará, cuja intenção era a aculturação indígena, ou seja, ensinar-lhes a fé católica e os costumes culturais do homem branco europeu, pois consideravam-nos bárbaros e sem religião, selvagens que precisavam ser

domesticados e dominados pelos que se denominavam civilizados.

A empreitada das várias expedições, tanto de bandeirantes como de missionários, teve um papel fundamental no conhecimento do território goiano. Afinal, tanto uns como os outros passavam meses, e mesmo até anos, desbravando a região, por terra e rios, e já tinham uma ideia de como o território era formado.

Não só com a cartografia é possível verificar as origens e a formação do território goiano. As várias expedições bandeiristas e missionárias, à medida que iam avançando em direção aos novos espaços internos do continente americano, contribuía para a sua conquista, efetivando o controle desse território e transformando-se, assim, nas verdadeiras protagonistas dessas ações. (BOAVENTURA, 2007, p. 44).

Os aldeamentos jesuítas organizavam diversas expedições fluviais, que, segundo Palacín e Morais (2008), subiram o rio Tocantins e chegaram a Goiás, mas sua intenção era somente capturar índios e levá-los para a aldeia no Pará. Não havia a intenção de ali fixar-se e, portanto, nem jesuítas nem bandeirantes formaram povoações de 1653 em diante.

A extensão territorial das capitanias de Mato Grosso e de Goiás, de acordo com Alencastre (1979), preocupava os administradores, especialmente em relação à segurança, pois a sua gestão e a aplicação da justiça tornavam-se cada dia mais difíceis. Assim, decidiu-se pela divisão correta entre as duas capitanias, definindo suas fronteiras. Ocorre, contudo, um desentendimento político durante essa divisão, causado pela interferência do Bispo de Mato Grosso, que não aceitava perder as terras da freguesia de Santana do Parnaíba para a Capitania de Goiás. Por esse motivo, os padres da Ordem de Santo Inácio foram expulsos da capitania de Goiás, pelo então governador, João Manoel de Melo, cumprindo determinação da carta régia de 19 de janeiro de 1759, que também ordenava o sequestro de seus bens.

A respeito desse conflito, manifestou-se o governador da Capitania de Mato Grosso:

Não obstante a dúvida que até o presente havia subsistido entre os meus predecessores e os governadores da capitania de Goiás a respeito dos limites de um e outro governo pela banda do leste e oeste, por opostamente confinam, contudo, havendo considerado a vastíssima extensão da capitania de Mato Grosso por todas as mais partes dos seus limites, e sendo moralmente impossível poder-se nela sustentar a pronta administração da justiça, nem a sua necessária defesa em uma fronteira tão dilatada [...] nenhuma dúvida se me oferece, conformando-me com a ordem de S.M. de 2 de agosto de 1748, expedida pelo seu conselho ultramarino a ambos os governos, em mútua divisão das duas capitanias se faça pelo referido rio das Mortes [...]. (MELO *apud* ALENCASTRE, [1864] 1979, p. 156).

Mesmo ficando estabelecida a divisão, Mato Grosso criou em 1838 a Vila de Santana

de Parnaíba às margens do Rio Parnaíba, em terras que Goiás sempre teve em sua posse. Alencastre ([1864]1979) ressalta que José, bispo de Cuiabá, escreve então um ofício ao de Goiás reclamando, em um tom ameaçador, a posse dessas terras, o que não resultou em uma situação confortável entre os governos das duas províncias os eclesiásticos.

Ilmo. Exmo. Sr. – Gratia et fortitudo ad salvandas grátis. – Como cada vez mais me convença de que a freguesia de Santana da Parnaíba, que foi criada por uma resolução da assembleia legislativa desta província de 22 de março de 1838, evidentemente está pertencendo a este bispado e província, pois que está fora de seus limites, e achando eu a maior oposição possível no presidente para a fazer restituir a seus legítimos administradores,[...] peço a V. Ex^a, que por caridade sane todos os males, que tem feito a que se possa ainda fazer, ou permitindo que a referida freguesia continue a ser sujeita a este bispado, ou então reclamando de sorte por ela, que Sua Majestade, e a assembleia geral a façam pertencer efetivamente ao bispado de V. Ex^a, fato que eu não pratico por mim só pro bono pacis, pois, se o fizer, ver-me-hei de certo em guerra viva com esta província. (José *apud* ALENCASTRE, [1864] 1979, p. 157).

Os padres regulares da Ordem de Santo Inácio foram presos e enviados aos seus conventos, mas o ofício acabaria por resultar na expulsão deles do Brasil, com a conseqüente volta para Lisboa. Porém, dois padres ficaram em Goiás, Manoel da Silva e Pedro Fidaldi, que residiam no Arraial de Natividade. Eles foram os responsáveis pela aquisição de fazendas no Sertão de Amaro Leite, entre elas a Pindobeira, localizada na região do Descoberto.

Nesse momento, conforme Alencastre ([1864]1978), os governantes notaram a crescente queda na renda da capitania. O brigadeiro Furtado de Mendonça, poucos dias depois de chegar à capitania, viajou para o norte para estudar as causas da queda na renda das intendências, e constatou que a corrupção que se notava no território goiano atingia até mesmo os padres. Desde a população ao governo, passando pelos padres, os procedimentos desonestos faziam parte do cotidiano.

Os eclesiásticos, que deviam instruir e edificar o povo com as santas doutrinas do Evangelho e das escrituras, e com a prática das virtudes e do desinteresse, eram ao contrário os mais ignorantes, os mais dissolutos e os mais ambiciosos. (ALENCASTRE, [1864]1978, p. 177).

Ao abordar o comportamento da sociedade e dos governantes, Alencastre ([1864]1979) afirma que assim como os que desonravam toda a autoridade do governo e da justiça, aqueles que deveriam ser exemplo para a sociedade e coibir as práticas erradas eram levados por uma cega e sórdida ambição, e optavam então pela impunidade e igualmente pela prática de atos desonestos. Nesse contexto de corrupção, ocorre a fundação de fazendas de

gado por padres jesuítas, usando o dinheiro de esmolas, que deveriam ser destinadas ao recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação dos Remédios. Esse desvio na utilização dos recursos foi apenas uma entre tantas outras irregularidades cometidas pelos eclesiásticos.

O padre Manoel da Silva, quando andava pelo Maranhão, projetava fundar em São Luís o recolhimento das Ursulinas do Coração de Jesus, que depois recebeu o nome de recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação dos Remédios. Munido de licença dos seus prelados, andou pelo interior recolhendo esmolas, conseguindo uma boa quantia. Segundo Marques (1870) e Rodrigues (2010) (*apud* ALMEIDA, 2016), houve grande mobilização para a construção do recolhimento e a população contribuiu com muitas esmolas, tanto para a construção como para a manutenção da instituição. Entre as doações, havia objetos de pequeno valor até fazenda, gado, escravos e dinheiro.

No entanto, ainda conforme os dois autores, o recolhimento das Ursulinas não recebeu nada dessas doações, pois o padre Manoel da Silva aplicou tudo o que arrecadou na compra de fazendas de gado nas minas de Natividade. O bispo do Pará foi então até o Maranhão, onde ficou sabendo dos procedimentos do padre, tendo escrito, então, ao governador de Goiás solicitando providências. Os padres Manoel da Silva e Pedro Fidaldi foram presos, enviados para Lisboa e tiveram seus bens recolhidos. De acordo com Alencastre ([1864]1978), só na capitania de Goiás e às margens dos rios das Almas, Santa Tereza e Cana Brava existiam seis fazendas, que possuíam juntas duas mil cabeças de gado, além de outras mil espalhadas em outros lugares. Pertenciam aos jesuítas as fazendas Recolhimento, Ortigas, Pindobeira, Gilbuez, Gadobrado, e mais uma sexta, que de acordo com Alencastre ([1864]1978) não constava nos papéis consultados. Em uma época em que bandeirantes e jesuítas desbravavam as terras do sertão de Goiás, a compra dessas fazendas às margens dos rios Santa Tereza e Cana Brava por padres jesuítas auxiliou o povoamento da região.

1.3 O Sertão de Amaro Leite

Em 1739 quando assumiu o governo da província de Goiás, D. Luis de Mascarenhas incentivou a organização de expedições para a procura de veios de ouro e por sua ordem foram organizadas explorações na Serra Dourada, onde se descobriu o minério. Outra expedição, comandada por João da Veiga Bueno, Amaro Leite e Baltazar Gomes Alarção (ALENCASTRE, [1864] 1979), chegou ao rio Rico.

Depois de essa expedição fazer o exame de muitos terrenos auríferos e ter explorado alguns dos afluentes dos rios Araguaia e Parnaíba, João da Veiga regressou a Goiás,

enquanto Amaro Leite e Alarção, acompanhados de alguns índios, construíram canoas e seguiram em direção ao Araguaia à procura dos Araé. Nesse percurso, os dois expedicionários voltaram contra a corrente depois de atravessarem a ilha do Bananal. Chegaram ao rio Maranhão, fizeram o reconhecimento de um vasto e rico sertão, que recebeu o nome do seu descobridor, passando a ser denominado Sertão de Amaro Leite. (ALENCASTRE, [1864] 1979).

O Sertão de Amaro Leite fez parte do trajeto de inúmeras expedições de bandeirantes, militares, geógrafos e vários viajantes naturalistas estrangeiros, dentre eles, Johann Emmanuel Pohl, Auguste Saint-Hilaire, Francis Castelnau, que tiveram a oportunidade de percorrer o território descrevendo suas características naturais, assim como a sociedade que percebiam ter se formado ali. Segundo Teixeira (2013), é o olhar europeu sobre o sertão goiano, “ainda que esse olhar seja carregado de estereótipos, gerido segundo seus parâmetros de civilização”. (p. 95).

As terras que compunham o Sertão de Amaro Leite – entre as quais se encontrava o Descoberto da Piedade – foram palco de muitas transformações. Uma extensa faixa de terra não explorada, dominada pelos temidos índios Canoeiro (POHL, [1951]1976), passa a ser desbravada por diversas expedições exploratórias em busca das ricas minas de ouro. Essa imensa região estendia-se até o atual estado do Tocantins, nas terras de Natividade, e à divisa com a Bahia, Piauí e Maranhão (Figura 1). Muitas das decisões político-administrativas da capitania refletiram sobre essa região, por exemplo, a prioridade dada à mineração, proibindo-se o desenvolvimento de qualquer outra atividade para não atrapalhar a exploração do minério (PALACÍN; MORAIS, 2008).

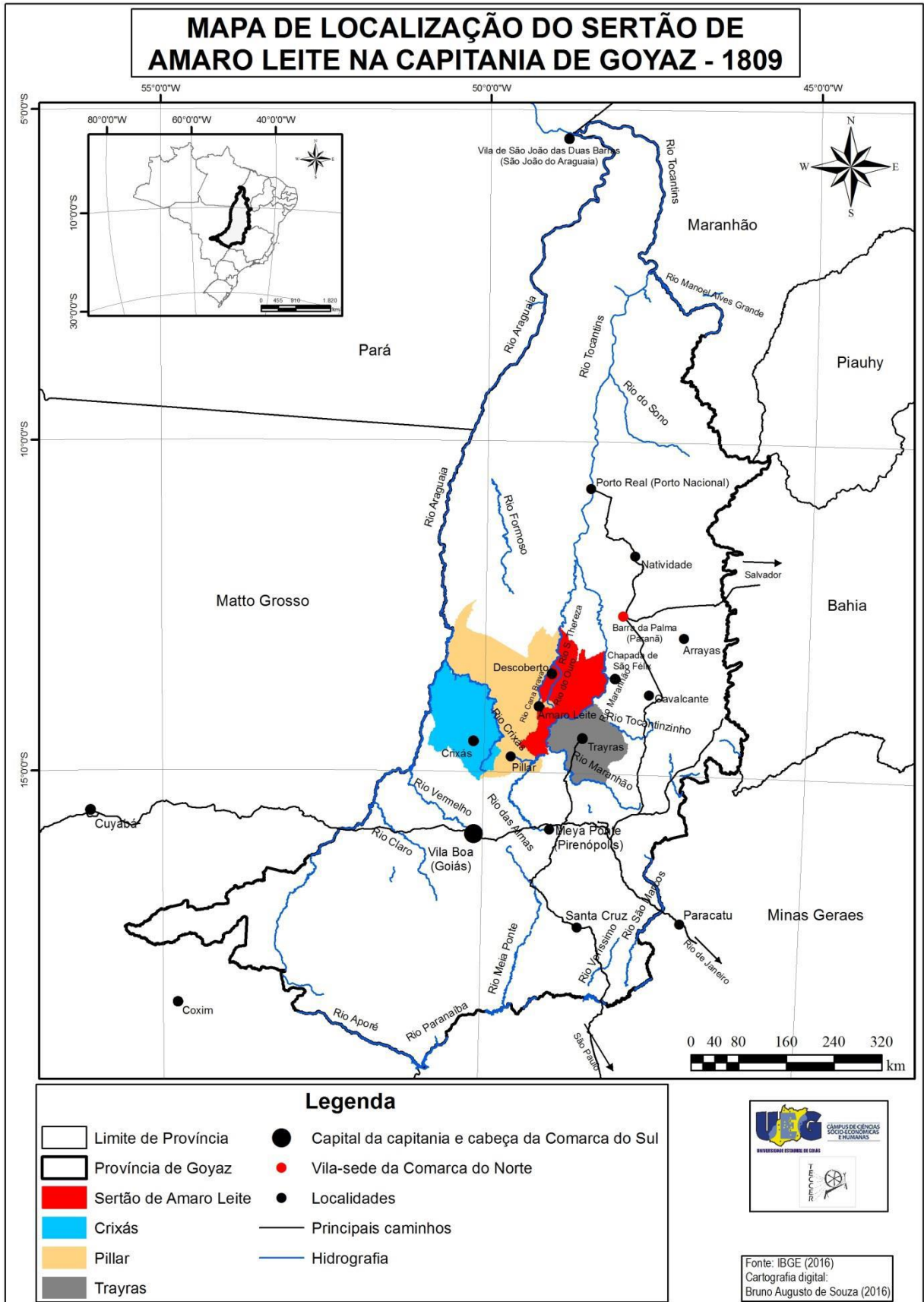


Figura 1 - Mapa da localização do Sertão de Amaro Leite
Fonte: Almeida (2016, p. 41).

O Sertão de Amaro Leite, em toda a sua extensão, não escapou às nefastas consequências quando do declínio da mineração. Entretanto, essa região se desenvolveu, com a busca por outros recursos produtivos, surgindo a criação de gado e as atividades agrícolas, que de início eram precárias e de subsistência. A formação de fazendas nessa região foi importante para que as povoações locais não se extinguissem.

1.3.1 Surgem os primeiros arraiais

Em 1728, Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, implantou sua primeira povoação no território goiano, na capela da Barra. Posteriormente, os habitantes dali se mudaram para o local seria erguido o Arraial da Senhora Sant'Anna (ALENCASTRE, [1864] 1979), origem de Villa Boa de Goyaz.

De acordo com Palacín (1994), o companheiro de Bueno, Manuel Rodrigues Tomás descobriu em 1731 ricas jazidas de ouro nos contrafortes na serra dos Pirineus, cuja exploração deu origem ao arraial de Meia Ponte, erguido às margens do Rio das Almas, atual Pirenópolis. A cada descoberta, mais pessoas iam para a região das minas e formavam arraiais. O sonho de encontrar ouro tornava-se cada vez mais próximo. Muitas outras minas foram descobertas ao longo do território – Maranhão, Água Quente, Traíras – e, nas matas da região do rio Araguaia, a de Crixás. Assim, a busca por novos descobertos continuava. Todos os anos, no período da seca, formavam-se bandeiras nos próprios arraiais, que avançavam para o interior do sertão.

Mas não eram somente as bandeiras regularizadas e autorizadas pelo governo que exploravam essas terras. Havia muitos exploradores aventureiros. Para garantir os domínios da Coroa e seu propósito de expandi-los a oeste de Tordesilhas, algumas providências foram tomadas, dentre elas, uma organização política e administrativa na capitania de Goiás, criada pelo governo, que visava o controle das ações de desbravamento.

Regulamentos para as terras mineiras, jurisdições que incidiram sobre os exploradores aventureiros, levantamentos cartográficos para o conhecimento da região, demarcação de novos territórios, combinação de um sistema de partilha de terras, ou de direitos sobre elas, e o estabelecimento de algumas povoações e aldeamentos articulados entre si foram alguns dos fundamentos dessa nova política de exploração econômica, ocupação e legitimação territorial, confirmada pelo Tratado de Madri e consolidada na segunda metade dos Setecentos. (BOAVENTURA, 2007, p. 25).

As providências para que a política de expansão ocorresse de acordo com as normas da metrópole fizeram com que em Goiás surgissem diversos arraiais e fosse criada a primeira

vila, com seus respectivos órgãos administrativos.

Em Goiás, especialmente, essas reorientações do governo português fizeram surgir mais de cinquenta arraiais em um território que desde os primeiros momentos do século XVIII foi controlado por regimentos, levantamentos cartográficos, criação de caminhos, instituição da Prelazia, da capitania, fundação da capital (Vila Boa), definição de procedimentos jurídico-administrativos, instalação de intendências, formação de aldeamentos, casas de fundição e postos alfandegários. (BOAVENTURA, 2007, p. 25).

As medidas tomadas pelo governo para proteger a mineração eram bastante discutíveis, pois impediam o desenvolvimento da região onde estavam as minas. Ao que parece, a Coroa desejava retirar todo o minério, sem se importar se deixaria para trás uma terra vazia e esquecida quando o ouro acabasse. Ademais, os sonhos e mitos que moviam governantes e exploradores faziam-nos pensar que as minas de ouro no sertão eram fontes inesgotáveis.

Traçada a primeira via de comunicação para Goiás, a mesma que percorreu Bartolomeu Bueno e seus aventureiros, foi proibida a abertura de novas estradas e vedado o trânsito por aquelas que, apesar disto, o povo, para sua comodidade, houvesse aberto em diferentes direções. (ALENCASTRE, [1864]1979, p. 17).

Até mesmo a navegação nos rios da região foi proibida, assim como a instalação de indústrias. Tudo que parecesse atrapalhar o desenvolvimento da mineração e o controle dos extravios estava proibido na capitania. A situação da região tornava-se cada vez mais difícil, pois as necessidades básicas tinham de ser supridas, e, com as proibições vigentes, o acesso à capitania era difícil, o que aumentava o sofrimento e as privações daqueles que ali viviam. “Morria-se de fome, mas a mineração não parava. Só havia uma indústria livre: a mineração, o trabalho das bateias e almocafres; mas esta mesma sujeita à capitação e censo [...]”. (ALENCASTRE, [1864] 1979, p. 18).

Nesse contexto de urbanização no período aurífero, muitos arraiais e vilas desapareceram assim que as minas de ouro se esgotaram. A economia da capitania, voltada para a mineração – inclusive, por decretos da Coroa portuguesa, que não queria que nada atrapalhasse a extração do minério –, teve de passar também por adaptações. As riquezas encontradas em Goiás faziam fama em toda a colônia, fama essa que atraía muita gente atrás do mesmo sonho: encontrar ouro.

Depois das notícias de ouro nos sertões do Brasil, aos poucos as pessoas começaram a migrar para a região do Arraial de Sant’Anna e para a região dos Araé, atrás das minas

milagrosas que teriam montanhas de ouro, dos lagos encantados e das minas dos Martírios. Logo depois da chegada de Bartolomeu, o filho, ao território goiano, foram lançados os fundamentos da mineração e a atividade começou a ser executada.

As novas expedições e caravanas, que entraram de todas as direções, iam levando seus arranchamentos nos sítios e lugares que Calhamaro, Hortiz, Araujo e Manoel Rodrigues Tomaz escolheram, para fundarem os seus estabelecimentos de mineração.

“Assim foram criados os Arraiais de Ouro Fino, Meia Ponte, Traíras e outros muitos”. (ALENCASTRE, [1864]1979, p. 45).

A partir daí diversos outros arraiais foram sendo formados, uns menores, outros maiores. As expedições por todo o sertão não pararam e, logo que se encontrava ouro, por ali formava-se mais um arraial. No território goiano hoje pertencente ao estado do Tocantins, surgiram o Arraial da Barra, o Arraial de Anta, o Arraial de Santa Rita, o Arraial de Ouro Fino, o Arraial de Pilões, o Arraial de Corumbá, o Arraial de Piedade, o Arraial de Amaro Leite e o Arraial de Traíras, dentre outros citados por Palacín e Morais (2008). Os arraiais foram sendo formados por todo o território, acarretando a necessidade de organizar sua administração. Com a ascensão do Arraial da Sant’Anna a Vila Boa de Goyaz, um centro administrativo, vão sendo criados os julgados, e, incorporados a eles, vários arraiais, de acordo com sua localização e proximidade.

O trabalho desenvolvido nas minas era sobre-humano, e muitos escravos morreram nessa corrida ambiciosa pelo ouro. A mineração era prioridade para os exploradores e para a Coroa, que criou inúmeras proibições para que nada atrapalhasse a busca pelo ouro, determinantes para dificultar o desenvolvimento de outras atividades no sertão de Goiás.

Além de todas as dificuldades sociais, estruturais e econômicas que a província sofria, o enfrentamento com os índios era um motivo a mais de preocupação para a população e para os administradores. Guerras sangrentas foram travadas com os indígenas, que não aceitavam a invasão de suas terras e a escravidão à qual seu povo era submetido.

Mesmo nos arraiais, a situação era difícil. Conforme Palacín (1994), muitos casos de violência, assim como assassinatos, eram constantes na época, provocando uma desordem que era notável: “Se devemos dar fé ao Conde dos Arcos, os primeiros povoadores de Goiás eram, em grande parte, fugitivos da justiça, extraviadores de ouro que vieram refugiar-se na espessura dos matos e no inculto dos sertões.” (p. 33). Isso fez com que, mesmo na época em que o ouro era abundante e a riqueza existia nos arraiais, a desordem, a violência e muitos protestos de insatisfação se tornassem comuns, como afirma Palacín (1994, p. 33):

Silva e Souza se apraz em contrapor a riqueza dos arraiais às desordens morais e ao clima de violência dos primeiros tempos [...]. Assim como são magnificadas as riquezas, os escravos, os preços e a carestia, também o são os pecados. Isso não quer dizer que a cobiça, a promiscuidade, a prática de toda a sorte de violência, os males endêmicos nas minas não fossem especialmente virulentos nas enxurradas de aventureiros dos primeiros anos.

Além disso, em 8 de novembro de 1727, começa a ser cobrado o quinto do ouro das minas de Goiás, tributo que não agradava à população. Isso fez com que, mesmo na época em que o ouro era abundante e a riqueza existia nos arraiais, a desordem, a violência e muitos protestos de insatisfação fosse comuns:

Silva e Souza se apraz em contrapor a riqueza dos arraiais às desordens morais e clima de violência dos primeiros tempos [...] Assim como são magnificadas as riquezas, os escravos, os preços e a carestia, também o são os pecados. Isso não quer dizer que a cobiça, a promiscuidade, a prática de toda a sorte de violência, os males endêmicos nas minas não fossem especialmente virulentos nas enxurradas de aventureiros dos primeiros anos. (PALACÍN, 1994, p. 33).

Com os problemas causados pelas desordens na capitania, principalmente em Meia Ponte, Palacín (1994) diz que o conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo, criou uma estrutura administrativa que seria mais firme: as minas foram divididas em dois distritos, o de Sant'Anna e o de Meia Ponte; nomeou-se um ouvidor para a capitania de São Paulo; e de Minas saiu, para se fixar em Goiás, uma companhia de 44 praças. Segundo Palacín (1994), com a captação sobre a mineração desenvolvia-se, ao mesmo tempo, o aparelho da arrecadação econômica.

Como em todos os lugares onde havia sido descoberto ouro, o fluxo de pessoas sempre era intenso, e com ele surgiam os problemas de desordens e perturbações, segundo Alencastre ([1864]1979). Por causa disso, foi proibida a entrada em novos descobertos sem a licença do governo. Com o tempo, a imigração foi enfraquecendo pela falta de segurança nas estradas, como também da rigorosa fiscalização que acompanhava a mineração, o que levava à diminuição dos lucros, ao abandono das lavras e à queda da renda. (ALENCASTRE, [1864] 1979).

Muitos arraiais foram abandonados, populações deixaram suas casas e o trabalho e se refugiavam em arraiais mais populosos para fugirem da fúria dos ataques indígenas. Mas diversos outros arraiais foram também sendo formados ao longo da província e novas minas foram descobertas: em 1741, a de Santa Luzia e em 1753, a de Anicuns. O período do governo do Conde de São Miguel, a partir de 1754, é característico desse fenecimento dos

arraiais:

Nos primeiros dias do seu governo alguns mineiros de Santa Rita, explorando o Rio do Peixe e seus afluentes, descobriram um riquíssimo veio, junto ao qual formou-se desde logo um grande arraial, a que deram o nome de Tesouras. [...] mas ou porque se esgotassem as lavras, ou porque a população fosse chamada a exercer a sua indústria em pontos mais vantajosos, em pouco tempo rareou a população, desabaram as casas, derrocou-se o tempo, desapareceu a paróquia e, por último, extinguiram-se completamente os vestígios de sua existência. (ALENCASTRE, [1864]1978, p. 135).

A capitania de Goiás tornou-se independente de São Paulo em 8 de novembro de 1744, mas sua administração foi muito difícil, entre outros fatores, segundo Alencastre, ([1864]1979) pela distância dos arraiais uns dos outros, o que os tornavam difícil o policiamento duma população cheia de pessoas inescrupulosas, onde o extravio de ouro era frequente.

1.4 A transformação de um lugar: Descoberto da Piedade no século XIX

O Arraial do Descoberto, ou Descoberto da Piedade, faz parte do vasto e rico território descoberto pela bandeira de Amaro Leite, e que ficou conhecido posteriormente como Sertão de Amaro Leite, local explorado tanto pelos bandeirantes paulistas como pelos padres jesuítas que passaram a viver naquela região para expandir a fé católica. Entre as fazendas de gado compradas de forma ilícita pelos padres jesuítas no Sertão de Amaro Leite estava, como visto anteriormente, a Pindobeira local onde se formou o Arraial do Descoberto. Esse arraial surgiu, portanto, na época da corrida do ouro, ficava nas proximidades dos rios Santa Tereza, Canabrava e Rio do Ouro.

Como os veios foram esgotados rapidamente, o Descoberto foi um lugar de pouca representatividade para a economia aurífera da capitania na época da corrida do ouro, visto tratar-se de um pequeno arraial, em uma área muito distante de Vila Boa, a primeira vila da capitania, além de ser cercada pela presença dos índios Carijó ou Canoeiro, como afirma Cunha Mattos ([1874]1979, p. 119).

É muito pequeno e assentado sobre o córrego do Gongue; fica doze léguas distante de Amaro Leite ao rumo do noroeste. Tem 37 casas humildes e uma delas serve de oratório. O terreno é rico em metais e pastos, mas as hostilidades dos índios Carijós ou Canoeiros e tem feito decair da sua antiga prosperidade.

Com um povoamento bastante irregular, diversos fatores relevantes contribuíram para a formação de Goiás, sendo possível citar a corrida do ouro, a garimpagem de pedras preciosas e cristal de rocha, os caminhos que foram abertos para se chegar aos arraiais e a construção de postos aduaneiros e de fiscalização, chamados registros, em lugares estratégicos, tais como regiões de fronteiras e/ou pontos de passagem de rios e em entroncamentos importantes de estradas e caminhos. (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2005). Também é preciso ressaltar a construção de presídios, postos de policiamento e de vigia do território, também estrategicamente localizados, bem como os caminhos ou picadas que eram abertos para se ter acesso aos arraiais e servir de passagem.

O Arraial do Descoberto sofreu influência da maioria desses fatores, pois surgiu no caminho que ligava o Sertão de Amaro Leite a Porto Imperial e Natividade, dentre outros locais situados nas terras do atual estado do Tocantins. Nesse arraial, existia um posto de fiscalização (registro), e em suas proximidades, o presídio de Santa Cruz. Outras atividades vão ser de grande importância para Goiás, principalmente depois que o ouro já não era mais encontrado como nos primeiros anos da mineração.

Transcorrido meio século de colonização o fruto engrouvinhava: as minas de ouro que os bons anos de 1750 livravam 25 mil quilos de metal a cada ano, nesses anos de 80 não desterravam mais do que uns 8 mil quilos, a terça parte do que brotava uma geração antes. [...]

As minas de Goiás vivem de ilusão e dívidas. [...]

O declínio da mineração de ouro em Goiás fez-se de maneira gradativa, espichando ao longo da segunda metade do século XVIII.

Na verdade, nunca cessou, mesmo que fosse atividade subalterna. Ainda hoje, nas velhas regiões garimpeiras, a faiscagem de ouro nos córregos mede-se pelo alto ou baixo salário rural, ou pelo desemprego do peão nas fazendas. (BERTRAN, 1996, p. 1-2).

Com o esgotamento das minas, outros fatores impediram que o Arraial do Descoberto desaparecesse. Apesar de a mineração continuar a ser prioridade, tanto para a Coroa portuguesa quanto para os colonos, a agricultura e a criação de gado acabaram por ter uma significativa contribuição no desenvolvimento do território de Goiás. As fazendas da região também contribuíram para o desenvolvimento do lugar, uma vez que as terras do local eram vistas como muito boas para o plantio e a criação de gado. Dessa maneira, a agropecuária contribuiu para a formação das cidades da capitania de Goiás, mesmo que seja destacada por alguns autores como uma atividade de subsistência.

O território goiano-tocantinense estava desde o início predestinado a ser uma das mais importantes fronteiras humanas e econômicas do Brasil de vocação agropastoril. Esse povoamento que teve na atividade agropastoril o mais

importante fator, [...].

Tudo começou com o ouro, mas em tudo isto há uma imbricação de fatores, dado que, numa relação de causa e efeito, a mineração dependia da atividade agropastoril para abastecer as minas bem como das estradas para levar até aos arraiais auríferos os homens que garimpavam e as provisões que alimentavam. (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2005, p. 59-63-64).

Em uma época em que bandeirantes e jesuítas desbravavam as terras do sertão de Goiás, a compra de fazendas de gado às margens dos rios Santa Tereza e Cana Brava por padres jesuítas auxiliou o povoamento da região do Descoberto. (Figura 2).

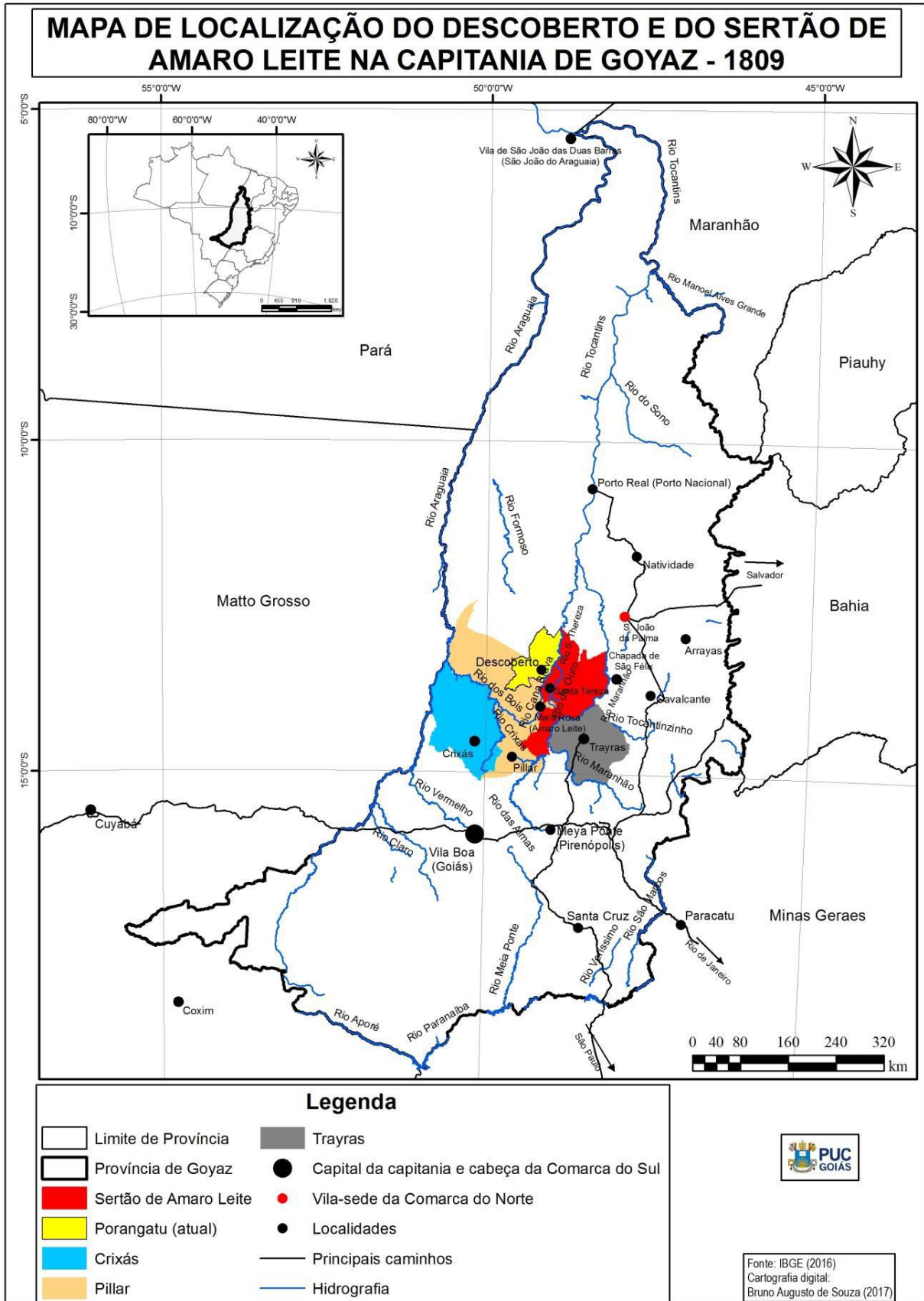


Figura 2 - Mapa da localização do arraial do Descoberto e do Sertão de Amaro Leite
Fonte: IBGE (2016) e cartografia digital de Bruno Augusto de Souza (2017).

É possível notar, diante dos comentários de Cunha Mattos ([1874]1979) sobre o Descoberto, que o arraial foi uma terra próspera em um período anterior ao que foi objeto de sua obra, quando o local era rico em metais e pastos. Mas, apesar disso, Cunha Mattos enfatiza que a hostilidades dos índios Canoeiro levou ao fim a antiga prosperidade do local. Ainda segundo o autor, a província de Goiás era dividida em duas comarcas: a de Goiás, que ficava no sul e a de São João das Duas Barras, ao norte, na qual se localizava o arraial Descoberto da Piedade.

A Comarca de Goiás [...]. Fica dividida da província de S. Paulo pelo rio Paraná, até à confluência deste com o rio Grande; [...] e inclinando-se ao noroeste, encontra a Chapada dos Veadeiros, e cabeceira do rio Capitinga, que se mete pela esquerda no rio Tocantins. Das cabeceiras do Capitinga corre ao sudoeste até que se perde na margem direita do Maranhão, segue o meio deste grande rio até ao lugar em que conflui com o das Almas; logo tomando por este último por espaço de 1 ½ léguas até a foz do córrego do Taquaral, segue pela margem esquerda dele até à serra do Passa Três; e tomando pelas vertentes desta, ao rumo noroeste, vai tocar no rio dos Bois, o qual tomando uma direção para oeste, entra na margem direita do rio Crixás Grande, que se mete no Araguaia 3 léguas ao norte do registro² da Piedade. [...]. Divide-se a comarca de Goiás em seis julgados ou jurisdições, e tem uma cidade, e cinco arraiais notáveis, e dezenove menores, assim como quatro aldeias de índios cristãos. [...] foi onde se erigiu a vila de São João das Duas Barras, cabeça da comarca do norte. [...]. Divide-se esta comarca em nove julgados ou jurisdições, e tem duas vilas, doze arraiais notáveis, dezesseis menores e três aldeias de índios cristãos ou pacíficos. (CUNHA MATTOS, [1874]1979).

A comarca de Goiás, conforme Cunha Mattos ([1874]1979,p. 111), dividia-se em seis julgados ou jurisdições, e tinha em cidade e cinco arraiais maiores e 19 menores, assim como quatro aldeias de “índios cristãos”. Já a comarca de São João das Duas Barras dividia-se em nove julgados ou jurisdições e possuía duas vilas, 12 arraiais notáveis, entre os quais o Descoberto, 16 menores e três aldeias de “índios cristãos ou pacíficos”.

O povoamento aurífero ocorria de forma bem irregular, pois dependia das descobertas de minas. Quando o ouro cessava em um lugar, as pessoas mudavam dali à procura de novas lavras. Palacín e Morais (2008) descrevem três zonas de povoamento durante o século XVIII que tiveram relativa densidade: a do centro-sul, com uma sucessão

² Registro era o antigo nome de um posto aduaneiro e de fiscalização. Geralmente era instalado nas regiões fronteiriças do território ou em pontos de passagens de rios e em entroncamentos importantes de estradas e caminhos. (BARBOSA, TEIXEIRA NETO, GOMES, 2005, p. 63).

incoerente de arraiais no caminho de São Paulo ou em suas proximidades; a da região do Tocantins, no alto Tocantins ou Maranhão, que pertencia à correição do norte; e a que abrangia uma vasta extensão de terras entre o Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia, considerada como o verdadeiro norte da capitania.

Essa última região possuía características áridas e suas povoações ficavam bem dispersas, provavelmente por causa da extensão territorial, dentre elas, os arraiais de São Félix, Cavalcante, Natividade e Porto Real (atualmente Porto Nacional). Por causa da mineração, pequenos povoados surgiram fora dessa região, distantes uns dos outros, como Pilões, Crixás, Couros e Pilar. Eram vastas áreas despovoadas no sertão de Goiás, região que viria a ser povoada bem mais tarde, com a expansão da pecuária e da lavoura, durante os séculos XIX e XX. Com a diminuição constante do trabalho nas minas, populações inteiras abandonavam os arraiais e, assim, muitos deles foram extintos. A agricultura e a pecuária ajudarão a escrever uma nova história para as terras que seriam o futuro estado de Goiás e tanto o Sertão de Amaro Leite como o arraial do Descoberto da Piedade farão parte desse contexto, no qual deixarão de existir como arraiais, para dar lugar às cidades de Mara Rosa e Porangatu, com uma nova delimitação territorial.

1.4.1 O lugar fundacional

Inúmeras foram as expedições que percorreram o território onde se localizam o Sertão de Amaro Leite e o Descoberto da Piedade. Dentre elas, as expedições dos viajantes naturalistas europeus, que, segundo Gomes Filho (2015, p. 66), “durante todo o século XIX transitaram pelo interior do Brasil em busca de anotações da fauna, flora e costumes brasileiros [...]”. De acordo com o autor, esses viajantes descreveram a sociedade e as características dos arraiais por onde passaram sob o prisma europeu, comparando tudo que presenciavam com os costumes dos lugares de onde tinham vindo. Seus relatos de viagem, conforme acentua, tornaram-se importantes fontes de pesquisa do território brasileiro e especialmente do sertão goiano.

Almeida (2016) afirma que, por causa da sua grande extensão e localização geográfica, era inevitável que os viajantes que percorressem a província de Goiás no século XIX passassem pelo Sertão de Amaro Leite, como o fizeram Pohl, Cunha Mattos e Castelnau. Nesse território, prossegue o autor, existiam alguns pequenos núcleos urbanos com a atividade de mineração, e entre eles estava o arraial do Descoberto, localizado entre as comarcas do norte e do sul.

O Sertão de Amaro Leite, ou o território geralmente compreendido debaixo desta denominação, tem de sul à norte a extensão de cerca de oito léguas, [...] é limitado ao sul pela serra do Passatrez; ao poente pelas serras dos Bois, [...] e pelo rio Canabrava; ao nascente pelo rio Maranhão desde a barra do rio das Almas. E depois pelo Tocantins até o rio Santa Tereza, fechando ao norte abaixo da povoação do Espírito Santo do Peixe. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 240).

Entre as descrições comuns aos relatos dos naturalistas estrangeiros, estão as belezas exuberantes da natureza do território goiano. Pela forma como descreviam os locais, fica clara a admiração que sentiam por tamanha beleza e singularidade. Castelnau ([1949]2000), por exemplo, descreve da seguinte forma a estrada que ligava Goiás a Salinas, a descida do Araguaia e o forte de São João das Duas Barras:

A estrada era, como de ordinário, muito má; mas nos fez atravessar cinco léguas de lindas matas. Pela tranquilidade das águas magníficas era o aspecto deste lugar do belo rio em que acabávamos de entrar. [...]
Acima da corredeira têm as águas a tranquilidade de um lago. Os campos que margeiam os dois lados do rio são planos como os dois dias precedentes. [...]
No dia 20, fizemos sete léguas e meia, através de uma região muito pitoresca, [...]. (CASTELNAU, [1949]2000, p. 164-179-218).

Ao falar sobre a bandeira de Bartolomeu Bueno em Goiás, Saint-Hilaire ([1847]1975) descreve muitos rios, como o dos Pilões, o Paranã, o Rico e o Tocantins, não deixando de relatar as dificuldades que havia no caminho em 1726, quando Bartolomeu Bueno da Silva, varou os sertões, encontrando matas que não possuíam sequer picadas, enquanto as numerosas cachoeiras eram obstáculos frequentes na jornada. Mostrando as riquezas naturais dessa terra, tal como a presença de muitas e belas montanhas, serras exuberantes e morros, os viajantes descreviam o belo e rico sertão de Goiás.

Pohl ([1951]1976, p. 151-159) admirava-se com a raridade das plantas e a beleza da vegetação:

Neste planeta encontrei algumas plantas raras, especialmente uma nova espécie de Lasiandra, uma antiga réxia, que denominei Lasiandra Papyrus. [...]
Chamam a nossa atenção, às vezes, a notável exuberância da vegetação. As palmeiras, sobretudo, adornadas com suas grinaldas de fetos e de plantas parasitas, acrescentavam peculiar encanto à região.

Mas como estavam acostumados com os ares europeus e com as facilidades de pesquisa encontradas por lá, não raro os viajantes pesquisadores se aborreciam com as dificuldades encontradas no trajeto. Sertão adentro, tanto as características de um lugar de

mata, cheia de inseto e outros incômodos, quanto a distância percorrida e a temperatura elevada, tão diferente da Europa, eram grandes problemas para eles, Phol ([1951]1976) e Castelnau ([1949]2000). No entanto, por alguns momentos esqueciam-se das dificuldades ao contemplar as belezas ao seu redor, como ocorreu com Pohl ao viajar do Arraial de Trairás até Água Quente.

Ressentíamos nós todos das consequências das desacostumadas intempéries, pois o ardente calor do dia também não atuava benéficamente sobre nós e revelava seu efeito sobretudo pelo esfalfamento, que agora, em nossa peregrinação, muito nos estorvava. Sentíamos, às vezes, incômodos diversos, como, por exemplo, dor de cabeça, congestão, hemorragia nasal, náusea, vômito; até borbulhas nos brotavam no rosto. [...]

A nossa trilha passava frequentemente por pequenos mananciais, cujas margens eram orladas de reneálmias e milhares de buritizeiros (*Mauritia vinífera*). Não vira ainda, desses, tamanha quantidade reunida. Repousei os olhos na bela vista que apresentavam essas árvores magnificamente desenvolvidas com 17 metros de altura, coroas espalmadas e grandes folhas flabeiliformes. O encanto da paisagem era realçado pela Serra Dourada, que se erguia majestosa ao fundo, [...]. (POHL, [1951] 1976, p. 178-179).

Outra descrição comum entre os viajantes naturalistas, assim como entre os de outras expedições, como a de Cunha Mattos, por exemplo, que era militar, era sobre a decadência e atraso da região. No que se refere ao Sertão de Amaro Leite, chamava a atenção deles principalmente o estado em que se encontrava o território que abrangia o Arraial do Descoberto. Os grandes vazios que existiam ali, a distância desses locais até a capital Vila Boa e as dificuldades de estradas e comunicação faziam com que esses viajantes, com seus olhares eurocêntricos, descrevessem essa região de uma forma depreciativa. Pohl ([1951]1976), por exemplo, apresentava o sertão do norte goiano como uma terra de pobreza, de pessoas indolentes, onde havia muita ociosidade, atraso.

Esse tipo de descrição era comum nos relatos de Castelnau ([1949]2000) sobre os povoados ou arraiais, ao caracterizá-los como muito pequenos, com população diminuindo cada vez mais, como a de Porto Real, ou sobre o empobrecimento generalizado das jazidas e o abandono das moradias. A Aldeia do Peixe é descrita por ele como um lugar onde as casas achavam-se espalhadas sem nenhuma ordem, e cujos habitantes viviam em extrema pobreza. Já Saint-Hilaire ([1847]1975) fala de Goiás da época do governo de D. Marcos de Noronha, e observa que “a época de decadência e da miséria iria suceder em breve à riqueza e da prosperidade”.

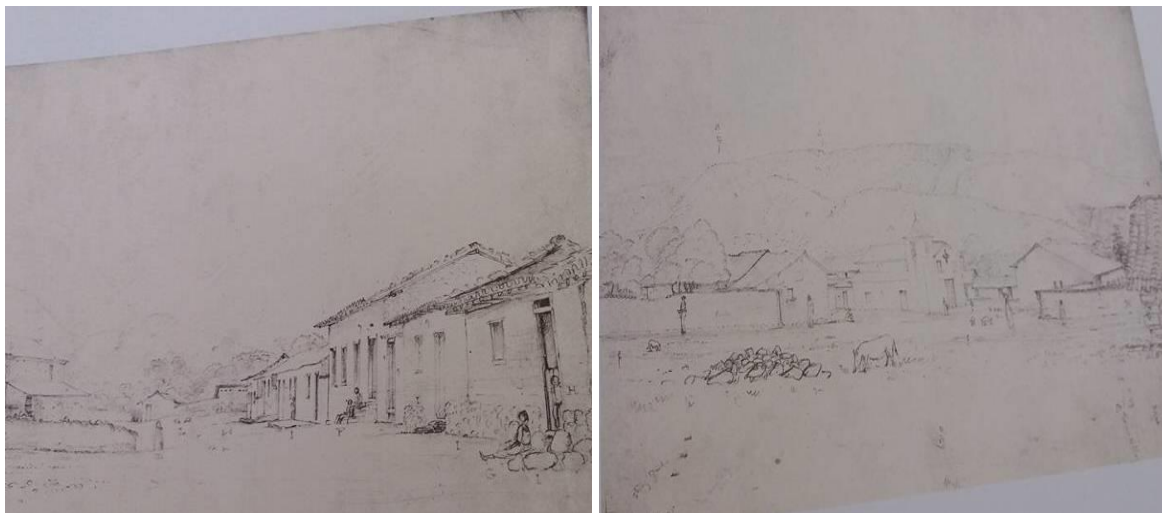
Pohl ([1951]1976) vê com preconceito o relacionamento entre brancos e negros na colônia e fala das mulheres empobrecidas, envoltas em um manto de qualidade inferior, que

frequentam a missa da madrugada. Ele compara o comércio e os ofícios ali desenvolvidos com os da Europa, “relativamente à posição que ocupam, está bem inferior à dos seus congêneres negociantes ou artífices locais na Europa, em qualquer sentido” (POHL, [1951] 1976, p. 142). Descrevia o povo como ocioso, sem vontade de trabalhar para melhorar sua situação. Por muito tempo essa visão negativa relatada pelos viajantes naturalistas marcou a história de Goiás e especialmente o Sertão de Amaro Leite. Trata-se, segundo Chaul (2015, p. 31), de “um mundo distante dos padrões europeus e difícil de ser compreendido pelos viajantes do Velho Mundo”.

Mas diversos estudos realizados ao longo dos anos têm mostrado que esse sertão teve muito mais riquezas e prosperidade do que era apresentado. Seu comércio e o desenvolvimento da agropecuária fizeram desse território bem mais do que um vazio no meio da capitania de Goiás, relegado ao atraso e à decadência. Como causas da decadência de Goiás, são citados, com insistente frequência, os seguintes fatores: falta de mão de braços escravos, parcas e quase intransponíveis estradas, mínima urbanização, despovoamento, ócio, baixa produção etc. [...]. (CHAUL, 2015, p. 28-29).

Bertran (2015) considera que Chaul faz uma crítica historiográfica, de revisão do paradigma que mais dano causou à compreensão da história de Goiás, segundo ele, Chaul questiona o conteúdo negativo em matéria de autoestima cultural e social. Tal paradigma, conforme autor, tem como base o conceito de decadência, que, segundo o autor, percorre toda historiografia do século XVIII e parte do século XIX, sendo repetidamente acompanhado pela definição de atraso.

Um dos motivos para essa disseminação desse conceito, conforme Bertran (2015), foi o contrabando, então intenso na capitania na época e difícil de ser controlado. Assim, justificava-se a diminuição nas remessas de ouro, pois “convinha, portanto, às autoridades coloniais, como precaução política, antes bradar ao trono a decadência da mineração, do que pôr a mão no fogo pelo seu desempenho”. (BERTRAN, 2015, p. 3). As Figuras 3 e 4 a seguir trazem imagens do arraial de Natividade e a Figura 5, as de Porto Real, e nelas pode-se observar que ambos os arraiais aparentavam uma imagem de simplicidade e não de decadência como relatado por viajantes e outros autores.



Figuras 3 e 4 - Arraial de Natividade, segundo desenhos de William John Burchell
Fonte: Ferrez (1981).



Figura 5 - Arraial de Porto Real, segundo desenhos William John Burchell
Fonte: Ferrez (1981).

Ao contrário do isolamento amplamente divulgado ao longo do século XIX, o Sertão de Amaro Leite era na verdade, de acordo com Almeida (2016), uma região dinâmica e integrada aos acontecimentos tanto da província como do Império, e até mesmo do mundo.

Conquistar o sertão passava necessariamente pela dominação dos povos indígenas que o habitavam, motivo que norteou todas as demais ações, inclusive a Colonização Militar, política de ocupação territorial que promovia a defesa das fronteiras e o controle de vastas regiões mediante o enfrentamento aos inimigos internos e externos. Essa política foi viabilizada na província de Goiás pela implantação dos Presídios Militares. [...] o Sertão de Amaro Leite, durante todo o século XIX, como grande parte da Província ante o declínio da mineração, se amparou na pecuária. (ALMEIDA, 2016, p. 7).

Estevam (2004) mostra que, com uma configuração heterogênea, o espaço socioeconômico brasileiro resulta da forma como o país incorporou a divisão internacional e inter-regional do trabalho. Entende o autor que foram as articulações da colônia brasileira com a metrópole que criaram as condições para o surgimento de diferentes núcleos no território, por exemplo, os de Goiás. Conforme Estevam (2004), o dinamismo econômico de Goiás não foi o mesmo de São Paulo e outros locais que alcançaram um desenvolvimento mais significativo na época. Mas, acentua, existiram relações comerciais, enquanto as atividades da pecuária e da agricultura tornaram-se de grande importância para o território goiano.

Chaul (2015) ressalta que os relatos dos viajantes europeus traziam a ideia de isolamento, amargura, tristeza, indolência e de uma economia fraca. Segundo o autor, praticamente só Bertran preocupou-se com a revisão do estigma de decadência em Goiás. É claro que o desenvolvimento econômico em Goiás foi bem diferente do ocorrido em outras regiões brasileiras, mas as peculiaridades que envolvem cada região têm muito a contribuir para essas diferenças, como afirma Estevam (2004, p. 9-10):

As regiões fazem parte integrante da dinâmica geral do processo capitalista brasileiro; todavia, os germes de transformação – em cada fração do território – tomaram forma diferenciada em função de peculiaridades temporais, espaciais e institucionais. Neste caso, a dinâmica regional não pode ser apreendida somente no movimento dos eventos nacionais, e sim pela interação do mesmo com a realidade particular de cada região.

Goiás foi taxado como lugar decadente e atrasado durante muito tempo. Era identificado pelos viajantes europeus como uma região de pessoas indolentes ou ociosas (POHL, [1951] 1976), como lugar miserável e de extrema pobreza (CASTELNAU, [1949]2000) ou cujas pessoas não possuíam instrução. (SAINT-HILAIRE, [1847]1975). Mas o dinamismo econômico e o desenvolvimento das atividades agropecuárias foram bem mais significativas do que afirmavam os viajantes, assim como a ideia de decadência e atraso teve uma versão bem diferente, sob o olhar de outros autores, tal como Chaul (2015 A). A pecuária e a agricultura, mesmo em meio às avaliações negativas que Goiás recebia, eram meios para o desenvolvimento da capitania.

[Em] Goiás, representante memorial do atraso dentro de um país supostamente subdesenvolvido, havia a expectativa do desenvolvimento econômico por meio da pecuária, como forma de sair do marasmo, fruto do esgotamento da mineração. [...]
As propostas de superação do atraso na Primeira República fundamentavam-se na expectativa da ascensão da agricultura [...]. (Idem, p.134-135).

De acordo com Chaul (2015), a fase da decadência teria ocorrido no século XIX e a de atraso, na Primeira República. Todavia, acentua o autor que desde o início da colonização, em meio ao contexto da mineração e pós-mineração, Goiás teve a agricultura e a criação de gado como atividades. Como já mencionado anteriormente, cada região brasileira teve suas peculiaridades, e, no caso de Goiás, cabe destacar a localização, as características geográficas e naturais e a própria prioridade do colonizador de explorar inicialmente as minas de ouro.

Estevam (2004, p. 10) destaca:

[...] de um lado [...] Goiás é resultado histórico particular do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, que não se trata de um espaço isolado e sim de fração integrante e interdependente da sociedade nacional. De outro, Goiás constituiu um “mundo à parte”, que tem espaço, movimento e ritmo de tempo próprios, balizados por progressos, retrocessos, diversidades, heterogeneidade e contradições específicas.

Para mostrar as características da formação econômica de Goiás, Estevam (2004, p. 11) afirma que o enfoque utilizado por ele em sua obra, *O Tempo da Transformação Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*, ele “buscou captar a interação entre o processo de formação nacional e a dinâmica sócio-econômica de Goiás que foi assumindo gradativamente feições particulares”. Assim, diante dessas particularidades locais, nota-se que, por ter uma grande extensão territorial, a povoação em Goiás ocorreu de forma lenta e variada, com se espalhando por quase todo o território goiano na segunda metade do século XVIII.

Estevam (2004) também acentua que a qualidade das terras goianas foi logo percebida, pois praticamente todo o território possibilitava seu aproveitamento agropecuário. Essa qualidade das terras segundo o autor pode ter sido um forte condicionante para o desenvolvimento da agricultura mesmo durante período da mineração, a distância entre as minas e a dificuldade de abastecimento, acabaram por incentivar a exploração agropecuária desde o início.

O Arraial do Descoberto da Piedade era passagem para quem viajava da capital Vila Boa até os arraiais de Natividade e Porto Imperial, dentre outros, situados no atual estado do Tocantins. A implantação dos presídios militares, sobre os quais se discorrerá mais à frente, vai ter uma grande influência no desenvolvimento daquela região, território dominado pelos índios Canoeiro e que necessitava de proteção para a circulação de mercadorias no norte da província. No contexto que envolve essa parte norte da província, as atividades agropastoris vão dar um novo rumo a esse pequeno arraial situado em um longínquo ponto do Sertão de

Amaro Leite.

De acordo com a análise empreendida até agora, constata-se que a mineração foi o fator primordial para o surgimento não só do Descoberto da Piedade, como também de outros arraiais. Mas não há nada que comprove a importância aurífera do lugar, como ocorreu em outros arraiais. Não há relatos documentais que mostrem que a exploração de ouro na região foi significativa para a capitania. Bertran (1996), que escreveu sobre quase todos os arraiais da província de Goiás, discriminando as localizações das minas, suas características, lavras que possuíam e a quantidade de ouro nelas encontrada, bem como os nomes de alguns de seus descobridores, não faz referência a Descoberto da Piedade.

Na revista *Corografia*, publicação trimestral do Instituto Histórico, Bertran (1874) cita o registro da Piedade e o arraial do Descoberto, o qual o descreve como muito pequeno, com um terreno rico em metais e pastos. Mas o local é mais citado apenas como lugar de passagem da maioria dos viajantes ou como ponto de referência para a localização de arraiais maiores como o de Traíras e Porto Imperial.

Das cabeceiras do Capitinga corre ao sudoeste a encontrar o ribeirão do Arraial Velho; seguindo o curso d'este até que se perde na margem do Maranhão, [...] e tomado pelas vertentes d'esta, ao rumo do noroeste, vai tocar no rio dos Bois, o qual tomando uma direção para oeste, entra na margem direita do rio Crixás Grande, que se mette no Araguaya 3 léguas ao norte do registro da Piedade. [...]

Do arraial de Pilar hão de os efeitos ser conduzidos ao rio Crixás, ou ao do Ouro em carros por caminho muito planos, através dos arraiais de Amaro Leite e Descoberto da Piedade ao porto de Serra de Campo [...].

[...] e muito conviria que achassem remadores prontos no registro da Piedade [...]. (BERTRAN, 1874, p. 223-282-285).

Segundo Teles (1998), em 20 de outubro de 1823, Silva e Souza foi nomeado membro do Conselho da província, função que exerceu com brilhantismo até o ano de 1832. Em 1831, assumiu a presidência do Conselho, pois o presidente que o dirigia saiu depois da abdicação ao trono do Imperador Pedro I. Com o objetivo de conter os contrabandos, que prejudicavam consideravelmente a arrecadação do ouro pelo governo, Silva e Souza criou vários registros, dentre eles, o de São João de Duas Barras. Ainda segundo Teles (1998), no fim do governo de Silva e Souza, existiam em Goiás 18 postos para combater os contrabandos, conhecidos como “contagem” um dos quais ficava no Descoberto de Amaro Leite.

Não só o contrabando era um constante problema para a província, pois também os ataques indígenas representavam uma barreira a ser vencida para o desenvolvimento, o

povoamento e a segurança da região. Os nativos resistiam em abandonar suas terras e, além de defendê-las do invasor, faziam investidas violentas contra os conquistadores.

[...] ainda restava vencer um obstáculo, que se opunha ao aumento da população, que era a fúria dos cayapós da parte do sul, e do norte os chavantes, acroás e carcabas, que a cada passo faziam roubos, incêndios e mortes, ou por sua congênita ferocidade, ou vingança dos primeiros sertanistas, que entraram nas suas aldeias, cobriram os campos de cadáveres, conduzidos, como em triunfo [...]. (TELES, 1998, p. 81).

A preocupação em colocar postos de fiscalização para combater o contrabando em Amaro Leite e Descoberto da Piedade mostra que a movimentação de pessoas e mercadorias nessa região era significativa. Ao descrever as características do Arraial de Amaro Leite, Cunha Mattos ([1874]1979, p. 119) mostra a importância da sua localização:

Este arraial fica entre o rio Maranhão e o Araguaia, 22 léguas distante do porto d'Água Quente, do Pilar 21, e de Traíras 18, pelo porto de Manoel Martins. Tem 36 casas de telhas e quatro de capim [...] o arraial de Amaro Leite também recebe o nome de Santo Antônio dos Morrinhos ou Lavrinhas; e o seu distrito é muito bom para criar gado de todas as qualidades. Os índios carijós-canoeiros cometem grandes estragos nestas terras.

Os relatos disponíveis sobre a mineração no Descoberto da Piedade baseiam-se nas histórias contadas pelos moradores do lugar e repassadas a pessoas como o viajante Henrique Itiberê (1926, n.p.), que conta a sua passagem por lá em 1926:

Fundado ao tempo da febre dos descobrimentos auríferos feitos na era colonial pelos portugueses, servidos de numerosa escravatura, o arraial deve sua origem e seu nome à riqueza do ouro existente em seu solo. Conta-se que um desses desbravadores do sertão meterem-se por aquelas bandas, acompanhado de muitos escravos peritos em serviço de mineração. As margens de um correjo, observando os signaes da existência do precioso metal, faz trabalhar a bateia, e o ouro foi colhido em abundância. O lugar onde se descobriu tamanha riqueza teria o nome de Descoberto.

Conforme os relatos de Itiberê (1926), após a descoberta de ouro nesse lugar, começaram a chegar outros mineiros e fundou-se um grande arraial. Para a lavagem da areia, eles usavam a água de uma lagoa que ficava a cerca de três quilômetros. Nesse local, de acordo com o viajante, era possível observar os vestígios das antigas escavações do veeiro aurífero. A tradição popular justificava o desaparecimento do ouro com a história de um mineiro que não cumpriu uma promessa feita à Nossa Senhora da Piedade:

Refere a tradição local que tendo sido descoberto um riquíssimo veeiro de ouro, que ia sendo trabalhado com muito proveito, de se de repente a sua

inundação pelas águas subterrâneas, impossibilitando a continuação da sua exploração. O mineiro Joaquim de Barros, invocando a proteção de Nossa Senhora da Piedade, padroeira do lugar, fez promessa de dar à santa todo o ouro que colhesse no primeiro dia, si elle ficasse esgotado as águas do veeiro. Para allí dirigiram-se ao dia seguinte, maravilham-se ante o milagre encontraram secco o poço [...]. O ingrato foi levar a essa coletoria [...] esquecendo-se da promessa feita à santa. O resultado foi que no dia seguinte, o local appareceu novamente inundado e nunca mais se parou de fazer a sua exploração. (ITIBERÊ, 1926, n.p.).

Itiberê (1926) descreve as belezas e as características físicas dos locais pelos quais passou ao viajar pelo sertão goiano e discorre um pouco sobre o cotidiano do Arraial de Descoberto, onde permaneceu por algum tempo escutando as histórias sobre a formação do lugar, a época do ouro e as festas religiosas que ali ocorriam. Itiberê viajou de São José do Duro, passando pela Vila do Peixe, Natividade, Porto Nacional e pelo Descoberto, até chegar à capital da província. Descreve com admiração as belezas naturais que via, desde os pastos e as planícies aos rios, bem como o que percebia como uma natureza de “majestoso caudal”.

Em junho do corrente anno empreendemos uma viagem de S. José do Duro, no norte do Estado a Capital, numa extensão approximada de 180 leguas, toda vencida nas costas de muares, em caminho primitivos abertos a casas de animaes, pois na zona percorrida, de população diminuta e pequeno trafego, não ha ainda estradas abertas ou conservadas pela administração pública.

Do peixe ao arraial do Descoberto, a distância de 47 leguas de bons caminhos, por serem em terrenos geralmente planos e que só seu fim de percurso passa a ficar ondulado, [...] de um lado as cercavas do morro das Pias e do outro a serra Anna Luzia, divisor das águas entre o rio Santa Thereza e seu affluente o Cana Brava. Descoberto está no coração do território goyano, a meio caminho da Capital, [...] distância de 90 léguas. Comunica-se com várias localidades ao Norte e ao sul, [...] ao nascente e ao poente [...]. (ITIBERÊ, 1926, n.p.).

A formação desse arraial, a febre do ouro e os acontecimentos milagrosos locais foram descritos por Itiberê (1926) conforme ouvira dos relatos dos moradores do lugar. Muita coisa na história do arraial que deu origem a Porangatu pode ser lenda, ou conter algum exagero, mas é com base nesses relatos de antigos moradores do lugar que o passado desse núcleo histórico é contado.

A história contada pelos pioneiros desta cidade reflete bem o clima e o ambiente em que vivia o povoado. Eram garimpeiros, aventureiros, escravos, bandeirantes que adentravam o sertão goiano à procura de ouro. Pelas histórias, o município e seus veios d'água, córregos e rios, sempre deixavam nos seus leitos, pepitas enormes que deu origem ao episódio do negro

Dunga³, escravo do bandeirante João Leite⁴, que não querendo ficar sob a tutela do seu senhor, foi garimpar, encontrando uma enorme pepita sendo com isso exaltado pelo seu senhorio em praça pública. (CORREIO PORANGATUENSE, 1979, n.p.).

Castelnau ([1949]2000) afirma que o Descoberto teve sua origem com a descoberta de uma mina de ouro, minério que era encontrado por toda parte, mas também conta outras características do local de forma bem depreciativa.

Passamos o dia seguinte em Descoberto, ocupando-nos na determinação de sua posição geográfica. Esta mísera povoação compõe-se de umas quinze ou dezoito casas, [...]. Em outros tempos foi bem maior; mas atualmente sua população está decrescendo, em consequência do abandono das minas e principalmente do medo dos selvagens, [...].

O povoado de Amaro Leite, como o de Descoberto, foi fundado pelos catadores de ouro; atualmente está quase completamente abandonado, em virtude dos ataques dos canoieiros. [...]. Os habitantes vivem na mais extrema pobreza, fato comum em quase todos os distritos em que se pratica a extração dos metais preciosos. (CASTELNAU, [1949]2000, p. 234-236).

A visão dos viajantes sobre a região era a de um passageiro, “um relato de viagem” (CERTEAU, 2014), e não de quem vivia a realidade do lugar. A previsão de Castelnau ([1949]2000, p. 236) sobre o Descoberto, por exemplo, de que “era mais do que provável que este miserável povoado desapareceria dentro de pouco tempo”, não se concretizou. Aquilo que o viajante via como miserável e pobre, os habitantes enxergavam como o seu lugar, onde havia a possibilidade de buscar dias melhores dentro dos novos contextos que iam surgindo após o declínio do ouro.

Segundo Gomes Filho (2015), para quem os olhares estrangeiros sobre Goiás foram uma das mais importantes fontes de pesquisa sobre a história do estado, especialmente em relação ao século XIX, narrativas dos viajantes povoaram o imaginário do leitor com informações históricas questionáveis. Conforme o autor, os viajantes encontraram em Goiás

³ De acordo com Braga (2009), o bandeirante João Leite trazia em sua bandeira um encarregado da talha e da sondagem, o “nego Dunga”. “É comentado em várias anotações sobre a bandeira de João Leite, que no local onde hoje é a cidade Porangatu, deu-se a história do ‘nego Dunga’, que encontrou nas imediações da fazenda Pindobeira, uma enorme pepita de ouro. Ele a cortava com um canivete todos os dias, para ir pagando a ‘tamina’, livrando-se dela que lhe fora imposta por João Leite, seu patrão”. (p. 173-174). A história do nego Dunga é muito conhecida na cidade, inclusive, uma das ruas do velho Descoberto tem seu nome.

⁴ Braga (2009, p. 173) ressalta que “a origem da cidade vem do início da mineração, que atraiu o bandeirante João Leite em 1592”. Não há informações precisas sobre esse bandeirante João Leite, que muitas vezes é confundido com João Leite da Silva Ortiz, genro de Bartolomeu Bueno da Silva, “O Anhanguera”. Mas, de acordo com Alencastre (1979), Bartolomeu Bueno da Silva seguiu viagem em direção ao sertão de Goiás somente em 1722, com seu genro João Leite da Silva Ortiz. Galli (2007) afirma que Ortiz teria nascido por volta de 1672 e faleceu em 1730. Americano do Brasil (1961) menciona a presença de Ortiz no sul de Goiás, em Meia Ponte e Vila Boa, e nas terras de Minas Gerais. Não há nenhum relato da presença dele no norte de Goiás. Não foi encontrada informação sobre quem foi realmente o bandeirante João Leite que esteve nas terras do Descoberto.

um contexto bem particular, em uma época em que a produção aurífera estava em declínio (fim do século XVIII), situação que se refletia também na ocupação urbana. Nessa mesma época, a região litorânea estava passando por um processo de urbanização e industrialização, e, acostumados com o desenvolvimento visto na Europa, os viajantes europeus viam a capitania de Goiás como decadente e atrasada. “Goiás foi percebido como uma província material e culturalmente à mercê da modernidade e progresso”. (GOMES FILHO, 2015, p. 68).

1.4.2 Agricultura e pecuária em terra de mineração

A extração do ouro estava acabando em toda a capitania de Goiás, mas mesmo durante o período de auge da mineração, havia, mesmo que timidamente, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária em alguns locais, para subsistência ou comércio interno. Essas atividades fizeram parte do contexto de desenvolvimento de Goiás e do Descoberto da Piedade.

O episódio narrado, juntamente com a documentação investigada, não nos permite afirmar a antecedência da pecuária em relação à mineração no Sertão de Amaro Leite, mas podemos dizer que, no mínimo, as duas atividades (pecuária e mineração) aconteceram de forma simultânea, apesar das dificuldades impostas à criação de gado, devido às constantes represálias perpetradas pela população indígena. (ALMEIDA, 2016, p. 39).

Chaul (2015, p. 33), no entanto, entende que “muitos se surpreenderam quando Paulo Bertran, em seu livro *História da terra e do homem no Planalto Central*, redescobriu o Goiás que os Bartolomeus de todas as épocas não conheciam e mostrou que a pecuária precedeu a mineração”. De qualquer forma, a pecuária e a agricultura estiveram presentes na formação do território goiano e, ainda que de início fossem atividades subsidiárias ou menos significativas, sua importância foi notada.

Itiberê (1926), ao descrever as características dos lugares por onde passava, fala da criação de gado na região de Porto Nacional até a Vila do Peixe, está descrita como constituída por terras planas, e cujas fazendas eram parte da sua riqueza. “[A] criação de gado vacum consistiu a principal riqueza do município, e as fazendas de criação espalharam-se em vasta planície, dotada de abundantes aguadas, fornecidas por imensos ribeiros, riachos, verêdas e lagoas com seus pittorescos burityzaes”. (ITIBERÊ, 1926, n.p.).

Segundo Alencastre ([1864]1979, p. 17), “um imenso lençol de ouro se desenrolava às vistas ávidas do mineiro ambicioso”, mas foram poucos os anos de grandeza e

prosperidade. Assim como os viajantes naturalistas, Alencastre tinha uma opinião negativa sobre a situação da Capitania de Goiás. Com o ouro acabando e um novo contexto social surgindo em meio a essa nova realidade, só via como decadência essa época de transição. Como para a Coroa portuguesa a mineração era prioridade, por muito tempo outras atividades não tiveram meios para se desenvolver na província, conforme visto anteriormente.

Mas mesmo quando a mineração estava em seu auge, era possível notar a presença de outras atividades nos relatos de alguns autores, como Alencastre ([1864]1978, p.17-18), por exemplo:

[...] via-se o comércio do interior fiscalizado e vexado; a lavoura quase de todo abandonada; a indústria da criação limitada e interdita; o fisco insaciável; o monopólio exercido pelo próprio governo, matando a indústria particular e tornando impossível qualquer concorrência. [...] Morria-se de fome, mas a mineração não parava.

Apesar de todas as dificuldades impostas pelo próprio governo, as limitações quanto ao desenvolvimento de outras atividades, por exemplo, a agricultura, a criação de gado e o comércio, existiam. E o Sertão de Amaro Leite foi um importante território para a proliferação dessas atividades, conseqüentemente o Descoberto da Piedade, também se tornou um lugar de importância para os novos rumos econômicos que Goiás tomaria após o fim das atividades mineradoras.

Teles (1998) afirma que todos os que chegavam à recém-descoberta da província de Goiás, em trazendo em mente o desenvolvimento que viam no litoral, a taxavam como um lugar decadente, pobre e atrasado, não levando em conta que sua exploração teve início em meio a um ambiente natural de mata fechada e virgem. No entanto, salienta o autor que o padre Luiz Antônio da Silva e Souza, que chegou a Goiás no fim de 1790, já via o desenvolvimento da agricultura como um meio para que a capitania tomasse novos rumos. Por esse motivo, afirma o autor, o padre publicou no jornal *Matutina Meyapontense*, o “Catecismo da Agricultura”, no qual dava instruções a respeito de como a população da província poderia aproveitar a terra, como deveria explorá-la, de maneira que a agricultura promovesse o desenvolvimento e o sustento da população.

Apesar de fazer parte daqueles que viam Goiás como um lugar de pobreza, o padre Silva e Souza, conforme afirma Teles (1998), também sonhava com o desenvolvimento e a prosperidade local, promovidos não só pela agricultura, mas também pela criação de gado.

E que quadro tão brilhante se apresenta agora à minha imaginação! Eu vejo reduzidos à sociedade civil tantos milhões de habitantes selvagens, que nos

rodeiam, tornados em cidadãos úteis e laboriosos: vejo povoados as margens de tantos rios navegáveis, girando por todas as partes as embarcações com as produções do país [...] vejo marchar de um passo igual a agricultura e a mineração, cobertas de rebanhos as campinas. (SILVA; SOUZA *apud* TELES, 1998, p. 33).

Assim como outros autores, Silva e Souza relata a selvageria dos nativos e os descreve como indolentes. Essa visão preconceituosa não levava em conta o tipo de vida a que os indígenas estavam acostumados, nem respeitava sua cultura, na qual o maior bem era a terra e a família. Para os colonizadores, o desenvolvimento estava acima de qualquer outra coisa, inclusive, do respeito ao modo de vida indígena. O desenvolvimento implicava a submissão desse povo às propostas de desenvolvimento dos conquistadores ou enfrentá-los por meio da guerra.

Azevedo (1987) descreve Amaro Leite como uma região de clima ameno, abundante de férteis matas e campos próprios para a criação de gado *vacum* e cavalar, e tabuleiros ricos de capim de muitas qualidades. São essas características do Sertão de Amaro Leite, além de outros fatores, que contribuíram para que o Arraial do Descoberto se desenvolvesse. A necessidade da agricultura já era sentida na colônia, mas nos primeiros anos representava uma atividade subsidiária, como afirma Doles (1873, p. 31):

Até o século XIX a agricultura revestir-se-á de cunho eminentemente subsidiário, em parte devido à resistência dos mineiros em abandonar totalmente as decadentes lavras, em parte, porque os impostos sobre os produtos *agropastoris* sempre foram muito pesados, [...]. O sonho de riqueza e de prosperidade, alimentado pelo ouro, precisava de um suporte, dado pelas atividades *agropastoris*. Afinal, a população precisava se alimentar, sendo necessária a produção de gêneros alimentícios como arroz, feijão, carne, entre outros.

Bertran (2015) via Goiás como uma sociedade de economia agrária desde fins do século XVIII, e sob a definição negativa de subsistência, a que ele denomina economia de abastância. No caso, abastância tem o sentido de bastante, ou seja, não significa abundante. Portanto, conforme o autor, em Goiás era produzido aquilo de que se precisava, o que supria as necessidades, sem, no entanto, fazer dessas atividades uma coisa sem importância para a província. Segundo Chaul (2015, p. 101), “a pecuária não significou um período longo de decadência, e sim uma lenta, mas progressiva recuperação de rendas e comércio, de desenvolvimento dentro das possibilidades do estado”.

Pode-se notar, diante dessas características da situação de Goiás após o auge da mineração, que evidentemente os termos decadência e atraso não se aplicavam ao estado, pois

o que ocorreu logo após o brilho do ouro começar se apagar foi justamente o contrário de uma situação de atraso. Chaul (2015) advoga que foi justamente a pecuária que proporcionou o desenvolvimento do mercado interno e que, segundo ele, serviu de base para a ascensão plena da agricultura. O brilho cedia assim lugar ao rastro do gado.

Ainda conforme Chaul (2015), a pecuária e a agricultura eram atividades que se complementavam na economia de Goiás. No entanto, até a primeira metade do século XIX, a atividade agrícola não floresceu, acabando por conduzir a economia a um estado de subsistência. Mas o autor pontua que a agricultura era um exemplo de que Goiás, em suas características sociais, políticas e culturais, não se adequava à tão difundida ideia de atraso. Na realidade, nota-se que Goiás se ergueu das dificuldades impostas pelo fim da mineração, usando a pecuária e a agricultura como suporte.

A decadência, conforme argumentamos, não se justificava como termo explicativo para a sociedade goiana do pós-mineração; consideramos mais adequada à compreensão da situação histórica de Goiás a ideia de crise, nos moldes propostos por Le Goff. Também inadequado é o termo “atraso”, pois o período em que é utilizado nas análises da sociedade goiana é justamente aquele em que vamos notar um desenvolvimento econômico considerável, se comparado ao que marcou a transição da mineração para agropecuária. (CHAUL, 2015, p. 129).

O comércio inevitavelmente teve sua pertinência na Capitania de Goiás, afinal, era necessário que as mercadorias fossem transportadas de um lugar para outro, principalmente os gêneros alimentícios. Por mais que tímido que fosse, havia um comércio interno. A preocupação do governo com a navegação mostrava que o comércio fluvial tinha uma representação significativa para a província, principalmente nos rios Araguaia e Tocantins.

Castelnau ([1949]2000) descreve as belezas encontradas às margens do rio Araguaia e a sua imensidão, assim como os seus limites:

A vegetação das margens do rio era muito espessa, mas formada ordinariamente de árvores pouco elevadas. [...]. O rio Araguaia forma ao limite entre os Estados de Goiás e Mato Grosso. [...]
Antes do pôr-do-sol, alcançamos a extremidade sul da ilha do Bananal, que aparece em alguns mapas com o nome de ilha de Santana e é talvez a maior ilha fluvial do mundo. Pelo volume das águas que tínhamos à nossa frente e pela praia arenosa em que nos achávamos, dir-se-ia termos chegado a alguma costa oceânica, contribuindo para que essa ilusão fosse mais perfeita os animais que pulavam à nossa volta. (p. 164-165).

O destaque dado ao rio Araguaia nas pesquisas sobre Goiás não envolve apenas sua imensidão e beleza, mas também sua utilização para o comércio da província como a rota

fluvial mais importante da colônia, já que sua extensão facilitava o acesso a lugares como o Pará, Mato Grosso, dentre outros. Algumas das características da navegação pelos rios Araguaia e Tocantins são destacadas por Azevedo (1987, p. 72):

A sua origem é na serra das Divisoes ou systema goyano perto do paralelo 18°. Desde o começo já tem o mesmo nome com que desagua no Tocantins; Pela margem direita recebe, a 122K abaixo de Leopoldina o rio do Peixe e a 88K abaixo d'este ultimo entra o Crixáassu uqe Collecta para o Araguaya as aguas que banham o município de Pilar. Depois de descrever algumas curvas, o Araguaya funde-se com o Tocantins para formar o Baixo-Tocantins. [...] desde os tempos coloniais, várias tentativas se fizeram para estabelecer uma linha de comunicação fluviaio entre o Pará e Goyás.

O Araguaia também era cobiçado como caminho fluvial para transporte de mercadorias entre províncias:

[...] o governador José de Almeida Vasconcelos incumbiu Antonio Tavares Lisboa de levar até Belém um carregamento de gêneros; devendo, também, para garantia da navegação, fundar, à margem do grande rio, aldeamentos para os índios javaés. [...]

Em 1791, no governo de Tristão da Cunha Menezes, Thomaz de Souza Villa Real desceu pelo Araguaia até o Pará, afim de trocar um grande carregamento de couros e crystaes de rocha. [...]

Incumbindo ao desembargador Segurado da navegação do Alto-Tocantins, volveu as vistas exclusivamente para o Araguaya e em Maio de 1806 fez partir de S. Ritta uma mançao de 5 Canoas [...], levando um carregamento de 1.640 arrobas que consistiam em assucar, algodão, tabaco e quina. (AZEVEDO, 1987, p.75-76).

Percebe-se que a navegação e o comércio pelos rios Araguaia e Tocantins foi importante desde o início da colonização e dos primeiros anos de exploração das terras goianas. Assim, tanto o comércio maior entre as províncias quanto o comércio interno a Goiás estiveram em muitos momentos ligados à navegação dos dois rios.

Depois de haver estudado todas estas peças officiaes, e a importantíssima questão da navegação dos rios, e da povoação de suas margens, tive a honra de submeter a aprovação do Governo Imperial a maneira, poruqe pretendia executar as ordens [...]

A navegação do Tocantins parece me o meio mais efficaz para promover a prosperidade da província de Goyas: O Araguaya, da sua confluencia no Tocantins par cima, [...] oferece menor número de obstáculos naturaes para ser navegado [...]. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 135-136).

Documentos referentes a registros das atividades econômicas desenvolvidas no Arraial Descoberto mostram que havia um comércio atuante no local, de venda de cabeças de gado vacum e de carne seca, desde 1795. Essas informações estão contidas nos cadernos da

coletoria e nos cadernos de contagens de Nossa Senhora da Piedade, 1795 a 1797 nos quais se anotavam os rendimentos referentes ao comércio de carne seca do gado do Arraial do Descoberto.

1.4.3 A disputa pela terra com os indígenas e a defesa do território

A agricultura e a pecuária ajudaram a escrever uma nova história para as terras do estado de Goiás, e tanto o Sertão de Amaro Leite como o Arraial do Descoberto fizeram parte desse contexto que teve a agropecuária como a principal atividade econômica da região. Mas para que o comércio se desenvolvesse, a navegação crescesse e as atividades agropecuárias rendessem o esperado, trazendo crescimento não só econômico, mas também populacional nessa região, um problema teria de ser enfrentado: dominar os temidos Canoeiro, tribo indígena que povoava o lugar. Era comum nos relatos dos viajantes, tanto de expedições científicas com militares, a descrição dos Canoeiro e dos ataques aos povoados e fazendas da dessa região. Eles eram temidos pela violência e pela destruição que provocavam por onde passavam.

Quase na mesma direção, a oeste, além do rio Maranhão, nas chamadas Terras Novas do Descoberto de Nossa Senhora da Piedade, perto de um lago, brota de cinco fontes, o Ribeirão das Caldas. Por ocasião da minha estada aqui, aquelas regiões eram inacessíveis aos viajantes por causa dos perigos apresentados pelas tribos de índios selvagens que ali habitam, especialmente os canoeiros, temidos pela sua selvageria e crueldade. [...]. Há pouco tempo se haviam aventurado a um ataque nas proximidades do Rio Maranhão e vários moradores de além do rio, especialmente Amaro Leite, foram em parte expulsos e em parte assassinados da maneira mais cruel. (POHL,[1951] 1976, p. 211-214).

Castelnau ([1949]2000) relata a presença dos temidos Canoeiro naquele território, assim como nas proximidades da ilha do Bananal. Segundo ele, esses indígenas eram os mais temíveis e encontrados em toda a península que se estendia do rio Araguaia ao rio Tocantins, habitando as duas margens desse, desde o norte passando pela povoação de Peixe, até ao sul de Amaro Leite.

Tanto o colonizador, os exploradores bandeirantes em sua busca por domínio do território e exploração das minas auríferas e da terra, quanto os viajantes europeus e as expedições militares que percorreram Goiás descreviam os indígenas como selvagens, capazes de ataques violentos e das piores atrocidades. Nenhum daqueles que chegavam a Goiás levava em conta o fato de estar invadindo um território que não lhe pertencia, matando

e escravizando o índio para seu propósito de civilização. A justificativa usada era o progresso e o desenvolvimento, em nome dos quais milhares de indígenas foram mortos, outros tantos escravizados. Ao lutar pela sua sobrevivência, pela defesa da sua terra e de sua família, eram considerados selvagens e violentos, mas o colonizador, não.

Não é de se admirar, portanto, que os pobres selvagens tomem igualmente providência para a sua segurança e que pretendam aniquilar os seus adversários ou, pelo menos, conservá-los amedrontados e assegurados. Esse é o caso especialmente dos canoieiros, limitado a leste e a oeste pelos colonos que às vezes dão razão ao seu ódio e inveja dos índios e até tentam escravizá-los. Não fossem tão cruéis em suas ações, os canoieiros, não perdoando qualquer cristão, e há muito tempo estariam exterminados, desalojados ou escravizados. (POHL, [1951] 1976, p. 213).

A fama dos Canoeiro espalhava-se por todo o território goiano e acabar com seus ataques às fazendas da região tornou-se uma prioridade para o desenvolvimento dos planos tanto do governo da capitania como dos colonos.

Das ribanceiras do Rio Maranhão, em Minaçu, às margens do caudaloso Araguaia viviam os Canoieiros – valentes, traiçoeiros e hábeis canoieiros, vindo daí a origem do seu nome. Se os civilizados fizessem qualquer coisa da qual não gostassem, partiam para vingança imediata. Os vaqueiros da fazenda Veríssimo, propriedade do Sr. João Correia, mandaram certa vez rebanhar o gado pelos campos e seus cães perseguiram uma índia e a morderam-na muito. Após alguns dias, a esposa do Sr. João estava na fonte juntamente com duas crianças. Os índios canoieiros chegaram e mataram a mulher e os meninos. Cortaram-lhe os seios, as vestes e a esquartejaram, levando os seus anéis e um grande cordão de ouro que ela usava no pescoço. Os fazendeiros pediram socorro urgente a todos seus vizinhos, inclusive ao povo do Descoberto. [...]. Praticavam crueldades inúmeras. Estes acontecimentos horrorizaram a população rural, que vivia assombrada, foi mais ou menos no ano de 1928. Eles mataram e esquartejaram a esposa de Dionísio Barros, no córrego Feijão do Rio Santa Tereza e assim tantos atos de selvageria que praticavam [...]. (CORREIO PORANGATUENSE, 22/09/1979, p. 5).

A matéria mostra as ações violentas cometidas pelos Canoeiro na região, mas em nenhum momento apresenta tudo o que os colonos já haviam feito às tribos indígenas para tomarem suas terras e escravizarem seu povo em nome do desenvolvimento da mineração, do crescimento da capitania e da implantação das fazendas de gado em uma terra que não lhes pertencia. Os milhares de índios mortos nas guerras de conquista não são levados em conta em boa parte dos comentários que se fazem sobre a ação dos nativos em defesa do seu povo.

Na visão do colonizador, só existia selvageria por parte do índio. O fato de os colonos serem civilizados e estarem em busca de conquista e desenvolvimento em nome da

Coroa portuguesa justificava sua missão. Segundo Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2005, p. 58),

[...] o território goiano-tocantinense atual foi regionalmente constituído sobre os antigos territórios dos povos e tribos indígenas que aqui viviam antes da chegada dos colonizadores. Nesse contexto, os canoieiros e xavantes eram considerados “os menos propensos à vida gregária que outras nações indígenas”.

Almeida (2016, p. 80) pontua que “para conter o ‘problema dos canoieiros’ foram utilizadas expedições punitivas oficiais ou não”. Outra medida tomada diante da situação de guerra com os Canoeiro foi a implantação dos presídios na região.

A população aglomerada na margem esquerda do Tocantins lança vistas sobre a esquerda, onde se encontram os férteis campos de Amaro Leite infestados de pelo feroz, e audaz Canoeiro: empregando-se a 2ª Companhia de Pedestres, que nenhum serviço prestou nos Presídios do Araguaya, em rebater as instruções d’este índio; [...].

O Governo Imperial julgou o território de Amaro Leite nas mesmas condições do das margens do Araguaya, que não poderão attrahir população ainda à custa de consideráveis sacrifícios, e por isso ordenou que alí se reproduzissem os Presídios: Para formar a do norte, collocar-os em Genipapo, Amaro Leite, e Descoberto. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 40-42).

Entre os anos de 1854 e 1864, foram criados os presídios de Sertão de Amaro Leite, e, de acordo com Doles (1977), a partir de 1846 é iniciada a implementação de medidas para preparar a navegação do rio Araguaia, e algumas dessas medidas foram orientadas para a dinamização da catequese. E para expandir o povoamento no Araguaia, foi determinado pelo governo imperial a construção de cinco presídios em 1849. Sobre a construção dos presídios, disse o presidente da província de Goiás, Eduardo Olímpio Machado, em 1850:

Podemos considerar os Presídios a necessidade mais urgente da navegação do Araguaya; por quanto, sem Presidio, não é tão cedo, que se povoarão suas desertas margens, e, sem povoação, não he possível, que a navegação vá por diante. Segundo as instruccões, que expedio-me o Governo Imperial em data de 29 de janeiro do anno passado, devem ser fundados 5, a saber – no Porto de Manoel Pinto, nas extremidades meridional e septentrional da Ilha do Bananal, [...]. (*apud* MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 46).

Os presídios militares eram núcleos de colonização, organizados para desenvolver o povoamento do norte da capitania e proteger a região contra os ataques dos índios. De acordo com Doles (1973, p.72), ali desenvolviam atividades agropecuárias:

Estes núcleos de colonização militar, ao final da década de 50 prosperavam. O Presídio de Santa Bárbara era então o mais florescente, não só por uma população de 89 pessoas, um rebanho bovino de 311 cabeças e 79 cavalos, como por prestar socorros aos comerciantes que ali passavam com suas canoas carregadas de produtos do Pará e que eram vendidos em S. José do Tocantins e Traíras a preço menor que o da capital.

É a partir de meados do século XIX, segundo Almeida (2016), que a colonização militar é autorizada pelo governo, por meio da Lei nº 555, de 15 de junho de 1850, tendo sido implantada segundo modelo trazido da Europa, e “adaptado às peculiaridades brasileiras” (BRUGGEMANN *apud* ALMEIDA, 2016, p. 112). Durante a década de 1850, foram construídos presídios em Goiás e implantadas colônias em Mato Grosso. “Em Goiás os primeiros presídios, também chamados de quartéis - aldeamentos, tiveram sua fundação ainda no século XVIII, localizados no atual Triângulo Mineiro, tendo por finalidade combater os Kaypós do sul”. (RAVANANI, 1986-1987 *apud* ALMEIDA, 2016, p. 118-119).

De acordo com Almeida (2016), a navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins era vista como única alternativa para a criação de companhias de comércio e navegação, alternativa que se fortaleceu com os relatos do naturalista Castelnau.

Os presídios localizados próximos ao rio Araguaia eram destinados a favorecer a navegação e a ocupação do território. Já os presídios contíguos às margens do rio Tocantins, pretendiam conter os avanços dos povos indígenas e assegurar a ocupação da terra por colonos. As Figuras 6 e 7 a seguir retratam os presídios de São João das Duas Barras e São João do Araguay, ambos localizados às margens do rio Araguaia.

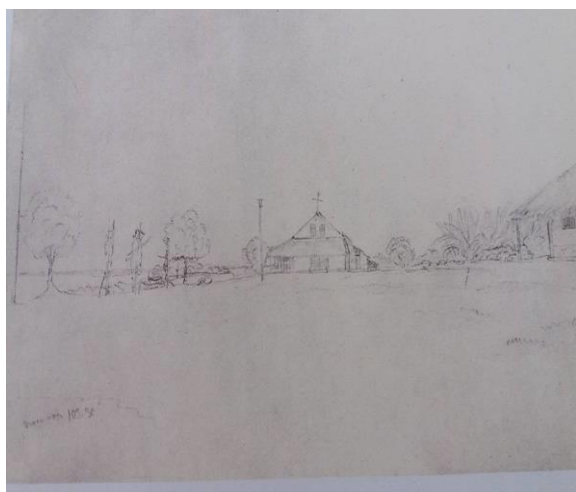


Figura 6 - Presídio de São João das Duas Barras, segundo desenho de William John Burchell
Fonte: Ferrez (1981).



Figura 7 - Presídio de São João do Araguay, segundo desenho de William John Burchell
Fonte: Ferrez (1981).

Um documento de 1890 da Delegacia de Polícia de Amaro Leite, traz a proposta de construção de um presídio no Sertão de Amaro Leite, exatamente por causa da segurança, ameaçada pelos ataques indígenas: “Tenho a grata satisfação de apresentarvos o que penso a cerca do presídio do Amaro Leite, talvez o mais necessário em aquele sertão, que antes fôra despovoado pelos índios que permanecem naquela região, cumpre despostas a sua correção [...]”. (ARQUIVOS... 1890-1898, n.p.). A implantação dos presídios, segundo Almeida (2016), tem ação direta e imediata sobre os Avá-Canoeiro, pois os ataques dessa tribo aos arraiais eram constantes, ocasionando inúmeros prejuízos e eventos violentos. Tomadas pelo medo, as pessoas acabavam indo embora para outra região.

Os sertões de Amaro Leite eram o principal teatro das malfeitorias dos canoeiros, que os percorriam em todas as direções; com o estabelecimento dos presídios eles tem emigrado para além das contravertentes do Araguaya. Em maio passou na altura do ribeirão de S. Domingos, aquém de Amaro Leite, uma porção de guerreiros ; a 14 de junho no córrego dos Algodoeiros entre Amaro Leite e o presídio de S. Antonio foi vista uma numerosa maloca; [...] A 18 de julho o comandante do presídio de S. Cruz, vendo fogo no território de Barro Alto, que está de outro lado do Rio Canabrava, signal, que os índios dão de sua existência em alguma parte, expedio uma patrulha para esse ponto com recomendação de evitar, quando possível fosse, qualquer choque sanguinolento, [...] com tudo apoderaram-se de uma índia moça com duas filhas menores, que conduzirão, a qual sendo bem tratada, para que se deu ordem, poderá servir de interprete em outro encontro; esta maloca era bem numerosa. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 232-233).

Tanto a localização dos presídios como sua função no sertão goiano, principalmente no que diz respeito ao território de Amaro Leite e Descoberto da Piedade, favoreceram esses locais contra os ataques dos Canoeiro e o desenvolvimento das fazendas de gado.

Os presídios formavam uma linha de segurança: o de Santa Bárbara e o de Santo Antônio impediam o avanço dos indígenas sobre o Sertão de Amaro Leite e protegiam a Estrada de Pilar a Porto Imperial, enquanto o de Santa Cruz defenderia a estrada pelo norte do sertão, e o rio Canabrava, que acumularia, além da defesa, a função de entreposto comercial. (ALMEIDA, 2016, p. 93)

Os presídios militares beneficiariam muito a região próxima aos rios Santa Tereza e Canabrava, importantes fontes fluviais naquele território, a localização desse território foi decisivo para que a implantação dos presídios militares ocorressem ali.

Pelos exames, a que mandei proceder sobre os pontos, por onde deveria passar esta estrada desde a vila de Pilar até o presidio de Santa Cruz, e d'este até o ribeirão de S. José próximo da barra do rio S. Tereza no Tocantins, reconheceu-se que ella podia ser feita, passando pelos trez

presídios [...].

Dando navegação o rio Canabrava sete a oito mezes do anno, com 70 leguas de viagem por terra se farão as communicações da capital com o norte de novembro a junho, [...].

De Pilar ao presidio de S. Cruz são 48 leguas, sendo 13 ao de S. Barbara, 15 d'este ao de S. Antonio, e 20 d'este ao de S. Cruz.

Os quasi extinctos arraiais de Amaro Leite e de Nossa Senhora da Piedade do Descoberto ficão na estrada, o 1º 11 leguas além de S. Barbara, [...] e 9 aquem de S. Cruz. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 250-251).

Os presídios de Santa Bárbara, Santo Antônio e Santa Cruz ficavam nas proximidades do Descoberto, de acordo com a descrição constante do Relatório dos Governos da Província de Goiás, de 1854-1856. Em defesa da agricultura e da criação de gado, justificava-se o massacre dos Canoeiro. No documento também são encontrados dados sobre a população dos presídios e a situação da lavoura e do gado daquela região como mostra a citação a seguir.

A população do presídio de Santa Barbara he de 50 pessoas, a do de Santo Antonio de 60, e o de Santa Cruz de 48, incluídas na do 1º 20 praças, na do 2º 20, e na do 3º 24. Nos dous 1º há abundancia de gêneros alimentícios, no de S. Cruz porem a colheita foi diminuta, não só por terem sido destruídas pela caça as roças, que se fizerão à margem do rio Canabrava [...]. As praças do de S. Barbara já receberão gado; as pastagens são tão boas que os mesmos bezerros, que ali chegarão em total estado de magreza engordaram em pouco tempo. [...]. Concluirão se as estradas, que partem para Porto Imperial, e por fazer-se a picada que deve ir ter aos campos da margem esquerda do rio S. Tereza, procurando a serra das Trombas, e resta acabar a que vem ao Descoberto; [...]. (MEMÓRIAS GOIANAS 7, 1997, p. 26).

O relatório de 1873 da Comissão Recenseadora da Paróquia de Amaro Leite descreve a localização do presídio de Santa Cruz exatamente na região do Descoberto da Piedade e da fazenda Pindobeiras.

[...] as listas e declarações, bem como da fazenda da Serra de Campos, e todo o arredeado do Arraial, e ter arrecados nas fazendas dos Picos Furquilha, e Corrente por José Pereira Durão, e o estimado presidio de Santa Cruz e Pindobeiras [...] para a 5ª seção fica marcado na estrada que segue da Paroquia do norte para a cidade de Porto Imperial, o começo na fazenda da Serra de campos, Furriel dos Pitão, Arraial ou Povoação do Descoberto seus arrabeados até o Buriti [...]. (ARQUIVOS... 1873, n. p.).

Nesse mesmo ano de 1873, foi feito o recenseamento da Paróquia de Amaro Leite. De acordo com o documento da comissão censitária, de 15 de julho daquele ano, a paróquia era dividida em cinco seções, e para cada uma delas era nomeado um comissário recenseador, o qual organizava as listas de famílias, das fazendas, povoados, arraiais e sítios. O Descoberto

fazia parte da 5ª seção, junto com as fazendas Boa Vista, Sant'Anna e São Joaquim. O recenseador colheu as assinaturas e as declarações dos chefes das famílias da fazenda de Serra de Campo⁵ e de toda a redondeza do arraial, sendo também citados no documento os presídios de Pindobeira e de Santa Cruz.

O nome Pindobeira remete a uma das fazendas adquiridas pelo Padre Manoel da Silva, provavelmente muito próxima de onde se estabeleceu o presídio de Santa Cruz.

[...] Para a 5ª seção fica marcado na estrada que segue da Paróquia do norte para a cidade, de Porto Imperial, o começo na Fazenda do Pitão, Arraial ou povoação do Descoberto seus arrabeados até o Buriti e Fazendinha a direita as fazendas da Forquilha, Picos, e tornando a direita, e tornando a direita estrada do estimado presídio de Santa Cruz e Fazenda Pindobeiras, e o Descoberto de volta ao sul da Paróquia a fazenda de Gregório na estrada antiga, São Joaquim, Boa Vista, Sant'Anna, Sucupira e Gonçalo Pinto [...]. (ARQUIVO, 1873, n.p.).

O Descoberto era uma área que o governo da província tinha a intenção de povoar, para desenvolver o imenso deserto que eram as terras do sertão e propiciar o crescimento das atividades agrícolas, pecuárias e comerciais.

Em utilidade da capitania tem animado a navegação do Araguaia e Tocantins: [...] El-Rei Nosso Senhor [...]. Tem dado as necessárias providências para a fundação do novo presidio na foz do rio Manoel Alvares, fazendo comandante o alferes Antonio José Gomes de Oliveira Tição, [...] que desinfeste de índios a navegação, e providencie as necessidades dos navegantes.

Para facilitar a mesma navegação, e ministrar-lhe os socorros necessários, fez uma expedição de oitenta homens e alguns casais para a fundação do novo presidio de Santa Maria no meio do grande deserto despovoado, que existia entre o Porto da Piedade e S. João das Duas Barras [...]. (TELES, 1998, p. 106).

A intenção de povoar a região do rio Araguaia e as dificuldades encontradas para efetivá-la também são colocadas por Doles (1973, p. 73): “Assim, no início da década de 60, a vital questão do povoamento do Araguaia permanecia sem solução, visto que Leopoldina representava o início da rota e daquele ponto até S. João do Araguaia, em cerca de 300 léguas, permanecia ele desabitado [...]”.

O incentivo à navegação, principalmente nos rios Araguaia e Tocantins, mas também nos rios do Ouro, Canabrava e Santa Tereza, citados por Almeida (2016) e Teles (1998), dentre outros autores, parecia uma grande oportunidade de alcançar o desenvolvimento

⁵ Atualmente existe um povoado chamado Serra de Campo, que está situado às margens da BR-153, entre as cidades de Porangatu (GO), o antigo Descoberto, e a cidade de Santa Tereza de Goiás (GO).

sonhado para a província. Mas era necessário garantir a segurança para a navegação, e, nesse contexto, a construção dos presídios foi importante para assegurar o povoamento da região, a segurança nos povoados, sobretudo, contra os ataques dos índios, e coibir o contrabando.

Sendo dous os fins, que tem em vista o Governo Imperial na fundação d'esse Presídios Militares – proteger e animar a navegação do Araguaya, e atrair povoadores para suas margens fertilíssimas [...].

O Governo Imperial determinou que se fundassem cinco presídios às margens do Araguaya tendo em vista atrair povoadores para esses vastos terrenos, e proteger a navegação fluvial entre esta, e a província do Pará pelo Araguaya. (MEMÓRIAS GOIANAS 5, 1996, p. 184-230).

Com os presídios, os colonos teriam mais segurança para morar, plantar e criar gado na região, pois os ataques dos Canoeiro já haviam afastado muitas famílias, que fugiam com medo das suas invasões, caracterizadas por extrema violência:

Depois de haver estudado todas estas peças oficiais, e a importantíssima questão da navegação dos rios, e da povoação de suas margens, tive a honra de submeter a aprovação do Governo Imperial [...] A navegação do Tocantins parece me o meio mais eficaz para promover a prosperidade da província de Goiás [...]. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 136).

O Descoberto era um ponto estratégico para a instalação de presídios, pois ficava no caminho para Porto Imperial e Traíras e no acesso aos rios Araguaia e Tocantins. Como já visto, o arraial tinha um posto de combate ao contrabando.

Depois de algum tempo fundar-se-aos novos presídios adiantando-se para o norte nas margens do Canabrava, e do rio Santa Tereza navegável oito mezes no anno. O rio do ouro ou Santa Tereza, cuja confluência se acha a margem esquerda entre o Porto Imperial e a Palma, merece atenção [...]. (MEMÓRIAS GOIANAS 6, 1997, p. 139-140).

Os presídios a que o texto se refere eram os de Santa Bárbara, Santo Antônio, Santa Cruz, Santa Leopoldina e o de Monte Alegre. O presídio de Santa Cruz ficava nas terras do Descoberto, sendo descrito pelo relatório apresentado à Assembleia Provincial de Goyaz, na sessão ordinária de 1859, pelo presidente Dr. Francisco Januário da Gama Cerqueira, da seguinte maneira:

Este presidio começa já a ser bastante utilidade ao comercio e navegação, para a província do Tocantins [...] ali já tem chegado por mais de uma vez canoas carregadas de diversos gêneros, principalmente de sal [...]. Consta a guarnição de 23 praças [...] o total da população é de 89 pessoas, sendo 44 homens e 45 mulheres. Existem 311 cabeças de gado vaccum, e 79 animaes cavallares em grande parte pertencentes às praças. Nada posso dizer, por

falta de informações, a respeito da colheita do anno que findou. (MEMÓRIAS GOIANAS 7, 1997, p. 267).

O relatório apresentado por Alencastre em 1861 à Assembleia Provincial descreve o serviço desenvolvido nas lavouras e na criação de gado no presídio de Santa Cruz:

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, na Sessão ordinária de 1861, pelo presidente da província José M. P. de Alencastre. Rio de Janeiro Tipografia Imperial e Constitucional... (1861-1865).

Arquivo Casa de Câmara e Cadeia – Santa Cruz de Goiás (impresso).

Está situado a 83 léguas da capital, 10 ao norte do Descoberto, na margem do Canabrava, confluyente de Santa Theresa e tributário do Tocantins. Há ali um capelão, um carpinteiro e um ferreiro contratados, e uma população de 68 pessoas.

Além do serviço da lavoura dedicão-se os povoadores de Santa Cruz ali no seguinte pé:

Gado vacum: da guarnição, 161 cabeças; dos particulares, 27 cabeças.

Gado suíno: 45 cabeças. (*apud* ATAÍDES, 2001, p. 275-276).

Podemos notar que os presídios eram locais que propiciavam o desenvolvimento da região onde eram instalados. Pois ali as atividades agropastoris proporcionavam meios para que a população sobrevivesse em meio ao sertão de Goiás com os próprios recursos que produziam, além da proteção que tinham contra os ataques indígenas às suas lavouras. O que não acontecia em locais onde não havia presídios, que tinham suas lavouras constantemente atacadas.

1.4.4 A emancipação político-administrativa do Arraial do Descoberto

De acordo com documentação do Arquivo Histórico de Goiás, em 1891, o Descoberto era chamado de Distrito do Descoberto, município de Pilar, que por sua vez era comarca de São José do Tocantins (Niquelândia). Essa descrição está registrada em uma ata de mesa eleitoral.

No relatório do recenseamento de 1873 da Paróquia de Amaro Leite, que traz as listas de famílias e a população abrangente, assim como a descrição das fazendas da região, o Arraial do Descoberto é citado no documento, o que reafirma sua dependência do distrito de Amaro Leite. As mudanças políticas com relação à definição de comarcas e municípios, ou mesmo a fatores relacionados a esses aspectos e que atingissem Amaro Leite, consequentemente lhe atingiria também.

Segundo dados do Ministério da Agricultura (1946), houve durante o século XX

algumas mudanças com relação ao pertencimento do Arraial do Descoberto a comarcas, municípios e distritos. O ofício da Justiça de 1916 refere-se ao Descoberto ainda como distrito de Pilar, assim como o mapa escolar de 1922. Os mapas escolares de 1929 da escola mista do Descoberto já se referem ao distrito como pertencente ao município de Jaraguá. Por sua vez, no boletim da escola pública de 1ª classe do sexo feminino, de 1935, aparece como município de Santana. Em 1933, o distrito de Amaro Leite e, em consequência, o Arraial do Descoberto pertenciam ao município de Santana, atual Uruaçu. Em 1943 torna-se Porangatu. Em 1946, o Estatuto da Cooperativa Agrícola e Industrial de Porangatu situa a cidade como pertencente ao município de Uruaçu, comarca de Jaraguá. Silva (2001) diz que a cidade de Mara Rosa, antigo distrito de Amaro Leite, foi fundada em 1953 e emancipada em 1963.

Perini (2002) discorre sobre as mudanças na configuração do estado:

O norte goiano, como hoje conhecemos, foi o antigo Médio Norte do velho estado de Goiás, que um dia foi rasgado ao meio, fez nascer seu estado-irmão, o Tocantins. Os bandeirantes, primeiros brancos que chegaram ao lugar, saíram do antigo Arraial de Sant'Anna seguindo a Serra Dourada em busca dos ricos aluviões das terras dos índios cixás e alcançaram as planícies de Amaro Leite (Mara Rosa), São José do Tocantins (Niquelândia), e Descoberto (Porangatu). (p. 143).

Documento do Ministério da Agricultura (1946) ressalta que o Descoberto da Piedade fazia parte desse território e, de acordo com a documentação estudada sobre a região, vai buscar recursos para sobreviver a esse período de crise do ouro, dedicando-se à criação de gado e na agricultura. Inicialmente, subsistência, depois de algum tempo a agropecuária vai ter uma notável importância para o lugar. Essa importância é materializada em 1946, quando foi criada na cidade, então já com a denominação Porangatu, a Cooperativa Agrícola e Industrial.

Nas décadas seguintes ao esgotamento das minas, as fazendas na verdade até numerosas, mas que praticamente só criavam gado, passam a produzir o que realmente se requer de uma propriedade rural tradicional: cereais básicos e outros produtos [...] arroz, feijão, milho, cana, mandioca, leite, carne etc. (TEIXEIRA NETO, 2007, p. 20).

As fazendas que se formaram nas imediações do Descoberto, assim como a colonização militar e a construção dos presídios, foram importantes para que o arraial não se extinguisse. Já as mudanças ocorridas na política administrativa da capitania de Goiás, com relação à demarcação do território e à formação de vilas, comarcas e municípios, propiciam à região um novo rumo para sua história. Atualmente, a região de Porangatu (Descoberto) tem

grande destaque no norte de Goiás no que diz respeito à pecuária. As terras da região são muito valorizadas e atraem fazendeiros de muitos outros estados e regiões do país, que para lá se dirigem a fim de criar e comercializar gado. De acordo com Teixeira Neto (2007, p. 15),

[...] é muito raro que uma cidade, uma vez implantada, morra de todo quando cessa a motivação que lhe deu origem. Via de regra ela encontra uma nova motivação. No caso das cidades goiano-tocantinenses que nasceram à beira das minas – as que resistiram ao tempo e ao desmoronamento da empreitada mineradora – só tinha um caminho a percorrer: o caminho da roça.

O território goiano-tocantinense é visto por Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2005) como predestinado desde o início a ser uma das mais importantes fronteiras humanas e econômicas do Brasil com vocação agropastoril. Além da agropecuária, apontam ainda a mineração e a abertura de estradas como alguns dos principais fatores da povoação de Goiás. Ligados a esses fatores estariam outros de fundamental importância nesse contexto de povoamento, tais como: os postos aduaneiros e de fiscalização, os postos de policiamento e vigia do território, conhecidos como presídios, os pousos de tropas e boiadas e os aldeamentos feitos para catequizar os índios.

Porangatu é conhecida por sua pecuária, que se destaca no estado com a criação e a comercialização de gado. O gado já era uma fonte de renda importante para o lugar há muito tempo, desde a época quando ainda era um arraial, de acordo com Henrique Itiberê (1926, n.p.), “[a] principal riqueza do município e o gado vacum, que apresenta belos, typos, sendo fazendas com sua maior parte em terras devolutas”.

Fazenda Pindobeira, “Descoberto do Dunga”, e finalmente Porangatu palavra tupi que significa por (bela) Angatu (paisagem), foram alguns dos nomes desta cidade. O atual nome foi aprovado pela Lei nº 8305, de 31 de dezembro de 1943, data em que passou a município, o povoado Descoberto. (CORREIO PORANGATUENSE, 1979, p. 9).

De acordo com Soares (2002), a velha corruptela chamada Descoberto – iniciada no século XVIII durante o ciclo da mineração, sobre o divisor das águas do rio Santa Tereza e de seu afluente, Canabrava –, teve um povoamento heterogêneo. Distante dos centros litorâneos, manteve uma atividade de produção apenas para a subsistência e o minerador esteve voltado para a exploração da pecuária como modalidade de sustentação. Afirma ainda a autora, que o fluxo migratório continuou e, ao longo do século XX, viabilizou certa acomodação da pecuária no município, propiciando a consolidação da criação de gado.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em divisão

administrativa referente ao ano de 1911, o distrito com a denominação de Descoberto figura no município de Pilar. Pelo Decreto estadual nº 1.204, de 4 de julho de 1931, desmembram-se do município de Pilar os distritos de Santana, Amaro Leite e Descoberto, para formar o novo município de Santana. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito figura no município de Santana. Pelo Decreto-Lei estadual nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Descoberto passou a denominar-se Porangatu e pertencia ao município de Santana, Uruaçu. Com a Lei estadual nº 122, de 25 de agosto de 1948, o então distrito desmembra-se de Uruaçu e torna-se sede do atual município de Porangatu, ex-Descoberto, mas oficialmente instalado apenas em 1º de janeiro de 1954.

2 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E ARQUITETÔNICA DO NÚCLEO HISTÓRICO DE PORANGATU

A imagem da cidade constrói, pela hierarquia dos seus predicativos, um sistema de ordem que comunica um código, um modo de entender, avaliar e valorizar a cidade. É institucional e, no nível simbólico, corresponde a uma didática que ensina o que é e quem é quem na cidade. A imagem hierarquiza o espaço urbano na medida em que é sua referência: a praça central, o edifício pós-moderno, o monumento histórico, a rua que se dimensiona na imagem de uma avenida ou de um beco. Pela percepção coletiva da imagem, ensina-se a identificar o poder que organiza a cidade e dela se utiliza para perpetuar-se.
(FERRARA).

Neste capítulo são analisadas as características iniciais do Descoberto da Piedade, sua estrutura e traçado, suas edificações e as transformações que o núcleo fundacional da cidade vem passando nos últimos anos. Destaca-se também a feição desse núcleo histórico nos dias atuais.

A investigação conta com o suporte nos relatos de Castelnuovo ([1949]2000), Cunha Mattos ([1874]1979) e Pohl ([1951]1976), viajantes que tiveram oportunidade de passar pelo Descoberto da Piedade quando ainda era um arraial. Fotografias antigas de acervos pessoais e do Museu de Porangatu (GO), também foram valiosa fonte de pesquisa. Para a descrição do traçado do lugar, da arquitetura, da estrutura das casas, da igreja e de outros edifícios, foi de suma importância a contribuição dos estudos de Boaventura (2007), Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2007), Brandão (2004), Chaul (2015), Ferrara (2000), Le Goff (1998), Marx (1980), Nora (1993), Oliveira (2001) e Souza e Pesavento (2008), dentre outros.

2.1 As estruturas físicas iniciais e o traçado do lugar

O espaço urbano é constituído de características que identificam as relações ali estabelecidas, os espaços marcados pelas relações comerciais, religiosas, sociais, familiares, dentre outras.

[...] a abordagem do espaço urbano percorre o conhecimento dos aspectos físicos e materiais e a caracterização das relações sociais que o constroem, esquadrihando seu processo de formação, através de sua história, dos seus tempos e dos seus homens, aproximando-se da imaginação coletiva, ou idéia que fazem dela. (OLIVEIRA, 2001, p. 91).

Esse espaço urbano é composto pelas imagens urbanas, imagens essas que permitem ao homem fazer uma leitura da cidade, interpretá-la, indagá-la. “É como se a cidade fosse um texto, e o papel do cidadão fosse lê-la, compreendê-la, e perceber o sentido de sua

abordagem”. (SOUZA, 2008, p. 109). E o imaginário pode produzir, dessas indagações, um significado para esse lugar que foi observado. Castello (2007, p. 14) afirma que “lugar é um espaço qualificado, ou seja, um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais”.

Assim, esse espaço é definido como lugar que é observado e qualificado por meio das experiências vividas ali, como também pelas imagens que apresentam. Segundo Ferrara (2000, p. 115) “as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadoras do conhecimento dela”. A imagem e o imaginário urbano acompanham a relação do homem com o espaço, seu sentimento por ele, sua visão sobre ele.

A imagem corresponde à informação solidamente relacionada a um significado que se constrói numa síntese de contornos claros que a faz única e intransferível. Ao contrário, o imaginário corresponde à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação dos significados, atribuir significados a significados; [...]. Pelo imaginário a imagem urbana de locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados passa a significar mais pela incorporação de significados extras e autônomos do que em relação à imagem básica que lhe deu origem. A imagem é um dado e corresponde a uma concreta intervenção construída na cidade, o imaginário é um processo que acumula imagens e é estimulado ou desencadeado por um elemento construído ou não, porém, claramente identificado com o meio e o cotidiano urbanos. (FERRARA, 2000, p. 118).

De acordo com Pallasmaa (2013, p. 119), “as cidades e as edificações, assim como outros objetos feitos pelo homem, estruturam nossas experiências existenciais e lhes conferem significados específicos”. As experiências nesse ambiente, que possui determinadas edificações, as relações estabelecidas ali e as vivências pessoais ou coletivas do cotidiano vão dar significado à cidade, ao bairro e ao lugar específico onde elas ocorrem.

A sintaxe da imagem urbana é um desafio visual da percepção que registra, flagrando-a nos seus elementos distintivos: cores, formas, texturas, volumes, localização, tempo histórico. Essa visualidade é proporcional à familiaridade com que se desenvolve a relação diária do usuário urbano com aqueles elementos, ou seja, é mais ou menos distinta e percebida quanto mais é distinguida pelo olhar habituado ao cotidiano das suas características visuais. Percebe-se a imagem à medida que é reconhecida, descrita e identificada. Emblemática, a imagem é o resgate físico e visual de marcas memoráveis da cidade que, por meio dela, escreve a sua história documental de episódios, datas estéticas e personagens. (FERRARA, 2000, p. 119).

Uma característica destacada por Oliveira (2001, p. 145) é que a conotação assumida pelas ruas das cidades brasileiras coloniais, como meios de ligação ou caminhos, sem sentido de permanência, começou a ser alterada no século XIX. “As ruas se destacam na cidade

brasileira tradicional, entre os inúmeros vazios”. Marx (1980) também chama a atenção para as características das ruas estreitas e com pouco espaço, que abrigam construções dispostas umas ao lado da outra, formando um paredão, configuração que atrapalhava a permanência nelas. “A ineficiência da rua como local de encontro era proporcionada entre outras coisas pela própria maneira de edificação da cidade, onde as moradias, coladas umas às outras, formavam um bloco quase único, não dando chance ao espaço público”. (OLIVEIRA, 2001, p. 145).

De acordo com Boaventura (2007), os arraiais setecentistas de Goiás organizavam-se espacialmente a partir de sínteses urbanas extremamente complexas, que foram o resultado de várias experiências portuguesas. Essa forma portuguesa de fazer cidades baseava-se em estruturas básicas formadas a partir de um sistema bipolar, que consistia em “dois rossios ou terreiros unidos por um eixo, cortado nas transversais”. (p. 205). Conforme a autora, muitas conformações urbanas em Goiás cresceram mais organizadamente, depois de implantados seus sistemas bipolares” (p. 206). A lógica de ordenação portuguesa orientou, ainda segundo Boaventura (2007), a formação das cidades brasileiras, particularmente daquelas regiões onde o ouro foi uma das grandes motivações para a sua ocupação.” (p. 206).

Tal concepção [...] norteou a configuração física adotada em vários arraiais goianos, que se identificavam também por apresentarem paisagens urbanas marcadas por edifícios religiosos, [...]. Assentados nas extremidades desse sistema bipolar, esses edifícios foram os elementos de fundação e ordenação desses aglomerados populacionais de Goiás. (BOAVENTURA, 2007, p. 206).

Na visão de Boaventura (2015), a formação das cidades coloniais em Goiás estava relacionada a vários fatores, particularmente ao objetivo da expansão, ocupação e exploração econômica do território colonial. A urbanização de Goiás esteve fortemente ligada à atuação da Igreja, cujos edifícios assumiram um decisivo papel na fundação, expansão urbana, paisagem e organização social dos locais onde eram construídos.

Essa presença marcante da Igreja nas aglomerações urbanas é também ressaltada por Marx (1980, p. 28):

Na irregularidade usual e ao longo do serpenteado de construções, encontravam-se os estabelecimentos religiosos com importante papel sócio-econômico-cultural no passado. Em torno das capelas, capelas curadas, paróquias, sés, irmandades e conventos surgiram as maiores concentrações de vida e de privilégio nas cidades. A morada, o negócio e quando não a sede administrativa, gravitaram à sua sombra. Mais recentemente uma praça de Matriz se impôs pelas povoações do interior com destaque indiscutível; [...].

A formação dos núcleos urbanos em Goiás estava voltada para a mineração, para a necessidade que a Coroa possuía de dominar e povoar esse território. Segundo Boaventura (2007, p. 26), “os bandeirantes foram os primeiros responsáveis pela maioria dos assentamentos goianos e com eles veio a tradicional forma de fazer cidades”. Essa forma tradicional tinha como um dos principais elementos na fundação e ordenação de suas povoações, a igreja.

Na capitania de Goiás, as capelas foram se levantando paralelamente à formação dos aglomerados urbanos decorrentes dos descobrimentos auríferos, caracterizando uma estreita relação com o crescimento populacional da região. [...] construía-se a capela de Santana, no arraial do mesmo nome e que, anos mais tarde, se transformaria na capital Vila Boa de Goiás. Nesse povoado, à medida que a população se fixava e se organizava em associações leigas, iguais às irmandades de São Miguel e Almas (1733), [...] crescia também a demanda de solicitações para a criação de espaços religiosos [...]. (BOAVENTURA, 2007, p. 157).

A arquitetura religiosa vai ter um importante papel na formação dos arraiais, vilas e cidades de Goiás, definindo o formato do lugar, o traçado das ruas, relacionando-os com a implantação dos edifícios religiosos e o chamado largo da igreja, espaço onde se formava a praça principal. Oliveira (2001, p. 146) ressalta:

Como mencionado, os largos das igrejas configuram-se como elementos de interesse dentro do espaço urbano. Na realidade, esses espaços surgem em função das igrejas, mas assumem o papel de praças, tendo em vista que concentram as atividades e festividades públicas.

Na configuração das povoações goianas, havia sempre uma igreja ocupando espaço de destaque, dentro da lógica da estruturação física das cidades, a rua, a organização espacial, suas formas de ordenação e os espaços.

Considerando tais aspectos é que se pode aproximar essa lógica de organização às de algumas cidades coloniais brasileiras, particularmente daquelas regiões onde o ouro foi uma das grandes motivações para sua ocupação. Tal concepção [...] norteou a configuração física adotada em vários arraiais goianos, que se identificavam também por apresentarem paisagens urbanas marcadas por edifícios religiosos, [...]. Assentados nas extremidades desse sistema bipolar, esses edifícios foram os elementos de fundação e ordenação desses aglomerados populacionais de Goiás. (BOAVENTURA, 2007, p. 206).

A presença imponente da Igreja Católica é facilmente notada nas pequenas cidades do interior brasileiro. Goiás não foge à regra, era essa uma das características da formação das

idades no Brasil. Era ao redor da praça da igreja, que geralmente se construíam as casas, ali se formava o centro da cidade e a partir dali, nascia um novo núcleo urbano.

A fisionomia urbana das cidades nessas áreas era praticamente a mesma, principalmente em Goiás-Tocantins e em Mato Grosso: uma grande praça no centro, com uma igreja matriz, ocupando lugar de destaque, para onde convergiam as ruas geralmente tortuosas decorrentes do relevo acidentado predominante nas regiões auríferas. (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2007 p. 66).

A existência das igrejas nos povoamentos de Goiás também foi mencionada pelos viajantes em sua jornada pela Capitania de Goiás. Assim que se formava uma povoação, era construído um lugar de oração. Em seus relatos, Pohl (1976) cita oito igrejas de Vila Boa e uma em São José de Mossâmedes⁶, a igreja de Mossâmedes foi construída em 1780 e também menciona igrejas de Traíras, do arraial do Carmo, Natividade, Aldeia de Formiga, dentre outras. No traçado dos arraiais das primeiras vilas e cidades, a igreja era uma das principais construções, simbolizando a fé e a devoção do povo.

Ao descrever as características da cidade de Luziânia, em Goiás, Oscar Leal (1980, p. 138) mostra que “o centro da cidade é o largo da Matriz, praça espaçosa edificada em terreno acidentado”, e relata a existência de poucas ruas, algumas lojas, vendas, escolas, entre outros estabelecimentos, descrição muito comum nos relatos sobre arraiais e cidades da época do ouro. Tal descrição se aplica também ao Arraial do Descoberto, que possuía poucas ruas e alguns comércios, e onde o largo da Matriz também era o centro desse núcleo urbano.

Na descrição do traçado de Meia Ponte, Oliveira (2001, p. 143) destaca o “caráter irradiador da Igreja Matriz, que funciona como pólo catalizador do aglomerado”. Sobre a mesma construção, Marx (apud OLIVEIRA, 2001, p. 143), destacava o fato de a Matriz estar instalada em um “sítio alto, um lugar decente”. Mais uma vez, vemos a importância dada à localização da Igreja Matriz, e, no Descoberto, sua construção obedece bem a essa configuração, pois ocupa um “sítio alto, lugar decente”. (Figura 8).

⁶ [...] Aldeia de São José de Mossâmedes à cinco léguas de distância (De Vila Boa). A Aldeia de São José de Mossâmedes que tinha o nome de seu fundador, o Governador-Geral Barão de Mossâmedes, foi erigida em 1755, [...]. (POHL, 1976, p. 150-152). Mossâmedes é uma das cidades mais antigas do Estado de Goiás. Ela está a 50 quilômetros da Cidade de Goiás, [...]. Localizada do outro lado da Serra Dourada, [...]. (BRANDÃO, 2004, p. 345).



Figura 8 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

Os terrenos em torno da Matriz eram locais privilegiados e valorizados para construções. De acordo com Oliveira (2001, p. 143), “nas imediações dessa igreja vão estar concentradas as moradias das pessoas de maior poder aquisitivo”, fato que provavelmente era comum em todas as cidades, pois mesmo com o passar dos anos, o centro das cidades continua sendo um lugar privilegiado e valorizado, sendo difícil pessoas de baixo poder aquisitivo ter acesso a moradias nesses lugares. Em Meia Ponte, os locais que moravam as pessoas de baixa renda ficavam “direcionado para o outro lado do Córrego da Prata, ao longo da Rua do Rosário, próximo à Igreja N. Sra. do Rosário dos Pretos, as habitações da população de poucos recursos, [...]” (OLIVEIRA, 2001, p. 143), distante do largo da Matriz.

Assim se formavam as cidades goianas, pequenas ou grandes. Crescendo aos poucos, sendo edificadas dentro de um contexto social, político e econômico que impôs a essas novas cidades algumas limitações, mas avançou ao longo dos anos. Para Marx (1980, p. 98), “o corpo edificado da cidade, antiga e atual, constitui-se de suas moradias, seus locais de trabalho, seus lugares de descanso e reunião”.

Na formação do Arraial do Descoberto, suas construções iniciais eram voltadas para o seu propósito naquela época, a mineração. “A capitania de Minas, como era a de Goiás – cuja estrutura foi montada para o ouro e a partir do ouro”. (BARBOSA; TEIXEIRA NETO; GOMES, 2007, p. 21). A estrutura dos arraiais, vilas e cidades coloniais em Goiás foram bem simples, embora a lógica de formação de cidades do século XIX esteja voltada para um “sistema bipolar” (BOAVENTURA, 2007), com a presença da igreja, entre outras características comuns naquela época. Essa configuração bipolar pôde ser notada no Arraial do Descoberto: o largo da Igreja Matriz ligava-se à Rua Dunga, onde, segundo os antigos

moradores, existia também uma capela.⁷

A historiografia goiana vai ser marcada pela visão negativa, expressa principalmente nos relatos dos viajantes que chegavam ao sertão goiano, que com sua visão eurocêntrica, taxavam essas estruturas como pobres. Em sua obra *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*, o militar luso-brasileiro Cunha Mattos (1979) descreve as características dos arraiais encontrados em Goiás, suas características naturais e a estrutura que encontrou construída em cada um deles. Sobre Anicuns, disse o seguinte: “Esse arraial foi muito doentio, tem 189 casas e a pobre igreja de S. Francisco de Assis [...]. Barra, [...] tem 38 casas boas e más, e uma igreja dedicada a N.S do Rosário, em bom reparo”. (CUNHA MATTOS, [1874] 1979, p. 29). Também se referiu à pobreza do Arraial de Amaro Leite: “[...] fica entre o rio Maranhão e o Araguaia, [...]. Tem 36 casas de telhas e quatro de capim. A igreja de Santo Antônio com 3 altares é muito pobre (p. 119).

A descrição que faz do Descoberto destaca praticamente as mesmas coisas, e descreve as casas como bem humildes. Nessa época, o Descoberto ainda não havia construído igreja, pois Cunha Mattos ([1874]1979) revela que uma das casas locais era usada como oratório. Outro que citou lugar como “povoação mísera” foi Castelnau ([1949]2000), que ainda prognosticou seu desaparecimento. O arraial de Porto Real, por sua vez, é descrito por Pohl ([1951]1976) como uma das povoações mais novas do Brasil e cujo “número de casas sobe uma a umas trinta, mas poucas são cobertas de telhas, sendo a maioria coberta de palha de palmeira”. (p. 228). Podemos notar, pelas descrições destacadas por esses autores, que as características dos arraiais de Goiás eram muito parecidas.

O viajante europeu usa como base para suas descrições a sua própria concepção de desenvolvimento e progresso, ou seja, segundo os padrões europeus. Para Chaul (2015), esses viajantes estavam acostumados a sociedades em processo de industrialização, e, por isso, ao chegar em Goiás, imaginavam encontrar uma terra em esplendor devido à fama da mineração. Mas, ao contrário, encontraram um lugar rústico, marcado por características naturais diferentes daquelas a que estavam acostumados, caracterizando o lugar como atrasado e decadente. Ainda segundo Chaul (2015, p. 67), “os historiadores contemporâneos que estudaram o período mantiveram a visão dos viajantes”.

Sandes e Arrais (2013) questionam a forma como se aborda a história do Brasil, principalmente no que tange à situação do interior, de lugares como Goiás, por exemplo. Os autores chamam a atenção para a perspectiva adotada pelos escritores viajantes em seus

⁷ Informações cedidas por Dna. Iodete Borges, moradora da “Praça Velha” de Porangatu, antigo Arraial do Descoberto (Setor Nossa Senhora da Piedade).

relatos sobre as terras do Brasil Central, onde a experiência social era associada à presença ou à ausência de ouro, que passou a fazer parte da representação histórica de Goiás. “Essa é, em suma, a visão deixada por viajantes, artistas e funcionários sobre Goiás”. (SANDES; ARRAIS, 2013, p. 853).

A foto do Descoberto mostrada na Figura 9 a seguir, mostra a configuração da sua paisagem. Ao centro está a Matriz Nossa Senhora da Piedade, construída em 1883, segundo Souza (1999, p. 10), ao seu redor foram construídas as casas alguns comércios, e abriram-se as ruas a partir desse ponto. Podemos perceber, pelo traçado do Descoberto, que na época ainda não havia uma praça organizada, como na atualidade. Mas havia um grande espaço, o largo da igreja, onde eram feitas as festas juninas, e as demais festas religiosas. Ao seu redor, já haviam sido construídas várias casas, cuja boa parte também abrigava comércios.



Figura 9 - Vista aérea da Praça da Matriz do Descoberto
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal

Já existiam ali algumas ruas, dentre elas, a Rua Dunga, à esquerda da Matriz, e a popular Rua do Milagre (hoje Rua Pedro Ludovico), à direita. Entrando pela Rua do Milagre à direita, está a Rua Tiradentes, que na época possuía apenas um casarão, o restante era mato. Em frente à Igreja Matriz, está a rua que desce para o cemitério. Como era costume na composição dos arraiais goianos, a igreja ficava em um lugar de destaque, em cima de um morro, bem no meio do arraial.



Figura 10 - Matriz Nossa Senhora da Piedade, Porangatu (GO)
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

A chamada Rua Direita costumava ser a principal porta de entrada e saída dos arraiais e vilas, a que parece no Descoberto se tratava da Rua Dunga. Conforme Marx (1980, p. 45), “no sentido vulgar não tem nada de direitura; são curvas e variam de largura ao longo do trajeto”. Do largo da igreja se visualizava as ruas do arraial. A Rua do Milagre (Rua Pedro Ludovico), concentrava a maior parte do comércio local, sendo por isso a mais movimentada, (Figuras 11 e 12). Alguns estabelecimentos comerciais ficavam ao redor da praça.



Figuras 11 e 12 - Vista parcial da Rua do Milagre
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

A Rua do Milagre tinha esse nome por dar acesso ao Poço do Milagre, uma fonte de água doce que abasteceu a população do arraial por muito anos. Segundo Marx (1980, p. 43), “a vida urbana tem nas ruas o caminho dos largos, dos edifícios importantes, do campo e das outras cidades”. As ruas apresentadas nas Figuras 13 e 14 a seguir, tinham seu acesso pela Praça da Matriz e seus caminhos, pelo largo da igreja, na época o edifício mais importante do lugar. Já a Figura 15, traz outra imagem da Rua do Milagre.



Figura 13 - Entrada da Rua Dunga antes da pavimentação
Fonte: Ivan Vieira – acervo pessoal.



Figura 14 - Entrada da Rua Dunga
Fonte: Ivan Vieira – acervo pessoal.



Figura 15 - Rua do Milagre (Rua Pedro Ludovico)
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

As ruas eram sempre bem estreitas, e as construções, erguidas no limite da rua, umas ao lado das outras, formando um grande paredão. A disputa pelo espaço da rua se dá pelas relações comerciais, ou seja, pela forma com que se ocupa e utiliza o espaço. Como visto anteriormente, as povoações coloniais possuíam características comuns, motivo pelo qual sempre são realçados os mesmos aspectos quando se discorre sobre elas.

A existência de diversos centros de interesse confere ainda mais expressão à rua. A distribuição e a utilização da terra – a ocupação do solo urbano – são reveladoras. Todos se acotovelam com seus terrenos, suas casas e negócios; apertam-se para estar presentes à rua, por ter uma frente pequena para esse espaço, por participar da vida da cena cidadina. Daí os lotes estreitos e longos. Estreitos por disputarem a preciosa intersecção do mundo privado com o coletivo, a testada do terreno. Longos para conterem a área necessária aos proprietários. Este o padrão que torna peculiar nossas aglomerações mais antigas. (MARX, 1980, p. 44).

As Figuras 16 e 17 a seguir mostram diferentes tomadas da Rua Descoberto, que liga a Rua Marechal Deodoro da Fonseca à Rua do Milagre (Rua Pedro Ludovico).



Figura 16, 17 e 18: Rua o Descoberto - local em períodos diferentes
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

Com características comuns às de outros arraiais de Goiás, o Descoberto era um lugar pequeno e de configurações simples, com suas poucas ruas estreitas sem pavimentação, e construções, em sua maioria, simples e rústica. Denotava ser um lugar de aspecto humilde, sem edificações grandiosas, conforme pode-se notar na Figuras 19.



Figura 19 - Av. Marechal Deodoro da Fonseca
Fonte: Autora - acervo pessoal.

Nas imagens mais atuais do lugar – conforme mostrado na Figuras 19, vê-se um bairro simples, com as ruas calçadas com pedras, e meios-fios e gramados. Todavia, a maioria das casas da época que o lugar era um arraial ainda preservam as mesmas características, e algumas passaram por pequenas reformas ou apenas pintura, mas ainda preservam a arquitetura colonial.

2.2 Os edifícios

As casas do Arraial do Descoberto tinham características muito parecidas àquelas encontradas em outros lugares da capitania de Goiás. Sobre a construção das edificações goianas, Vaz e Zárate (2003, p. 62) afirmam que, “em geral, as casas são geminadas, o que define a relação do edifício com o lote urbano: implantado no limite da rua e sem afastamentos laterais”. As autoras chamam a atenção, por exemplo, para “a estrutura em gaiolas, juntamente com – a taipa nas paredes frontais (às vezes com presença de pedras), o adobe e o pau-a-pique, nas demais – como ocorre na cidade de Goiás”. (p. 62). Essas descrições permitem notar o quanto as construções coloniais em diferentes lugares da capital apresentavam semelhanças, até mesmo na própria estrutura urbana de arraiais e vilas, ocasionando imagens bem parecidas de ruas e praças.

De acordo com Vaz e Zárate (2003, p. 59), “a evolução da casa goiana obedeceu, relativamente, ao esquema genérico do processo de transformações que o espaço de morar apresentou a partir da colonização”. As construções iniciais em Goiás foram edificações simples e rústicas para atender às necessidades da mineração, mas com o tempo, o crescimento populacional e os novos rumos que a economia goiana foi tomando, construções

diferenciadas surgem na paisagem de Goiás. Ressalte-se, todavia, que essa nova arquitetura não era compatível com utilizada no Sudeste do país, em São Paulo, por exemplo, onde a industrialização fazia com que o progresso fosse sentido, entre outras coisas, com as edificações.

Em Goiás, o curto período de abundância do ouro (a mineração decaiu de forma alarmante por volta dos anos 80 do século XVIII) e o acanhado desempenho econômico da pecuária (extensiva) e da agricultura (subsistência) não permitiram que os núcleos urbanos atingissem os níveis de consolidação econômica e socioespacial e os investimentos construtivos verificados nas regiões mais prósperas do Brasil. Assim, em decorrência dessas peculiaridades histórico-sociais, as casas foram aqui adaptadas às limitações presentes no contexto original – eram modestas construções sem quaisquer traços de erudição. (VAZ; ZÁRATE, 2003, p. 59)

As características comuns das construções goianas também podem ser percebidas nos aspectos das quadras e lotes. Não só as características que se relacionam com a arquitetura, a utilização de materiais, mas também com a disposição da construção no lote, que era idêntica nas cidades coloniais da capitania goiana. É o que mostra Oliveira (2001) ao se referir a Meia Ponte:

Em Meia Ponte, como em qualquer outra cidade colonial, as quadras compunham-se de uma linha contínua de construções que ladeavam a rua, de um lado e de outro, com o “miolo” formado pelos quintais vazios ou sem edificações; quando muito, apareciam construções dos anexos à casa, como os telheiros, as latrinas e outros. As dimensões das quadras eram variadas, sendo delimitadas pelas ruas e becos. Os lotes, por sua vez, tinham pouca largura e extenso comprimento, chegando a alcançar a rua do fundo. (p. 146).

As residências que aparecem nas Figuras 20 e 21 a seguir são exemplos da arquitetura colonial, bem comum em várias partes de Goiás.



Figura 20 e 21 - Casas na Av. Marechal Deodoro da Fonseca, no Descoberto
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

As residências estão localizadas na Praça Velha (antigo Descoberto da Piedade), e possuem características bem semelhantes à descrição de Vaz e Zárte (2003) sobre as casas encontradas na cidade de Cavalcante (GO). Atualmente, a casa da Figura 18 passou por algumas reformas, perdendo um pouco das suas características antigas, enquanto as duas que aparecem na Figura 19 foram demolidas há alguns anos.

Conforme Vez e Zárte (2003), a arquitetura das residências dos arraiais, vilas e cidades coloniais de Goiás apresentavam os mesmos aspectos físicos, se pode notar na descrição feita de uma casa em Cavalcante Goiás:

Trata-se de um edifício térreo com duas portas para o acesso frontal, isolado e sem espaço de intermediação entre a via pública e o interior da edificação, mantém a implantação tradicional. As paredes são estruturais, de adobe, construídas sobre baldrame de alvenaria de pedra. Muito modesta, não foi.

Essa descrição das autoras refere-se a uma casa de Cavalcante (GO), mas também poderia ser feita a respeito de diversas outras casas encontradas em Goiás, inclusive, com as construções existentes no núcleo fundacional de Porangatu. As edificações eram quase sempre térreas, com acesso duplo frontal e implantam-se nos limites do terreno, frontal e lateralmente; desenvolvendo-se em profundidade. As paredes eram de adobe, enquanto a estrutura era tradicional, em madeira e no formato de gaiola, e cujo reforço se dá com as demarcações das portas e janelas, prolongando até o esteio. Essa estrutura pode ser observada nas Figuras 22 e 23 a seguir.



Figura 22 – Imagem de uma das primeiras pensões de Porangatu, com as marcas do tempo
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.



Figura 23 – Imagem da mesma pensão, após passar por restauração e pintura
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

Mas as residências de Goiás não se resumiram somente às construções simples e rústicas, pois, de acordo com Vaz e Zárte (2003, p. 59), “não foram poucas [...] as residências urbanas de grandes dimensões”. As autoras destacam a existência de sobrados e

casarões em arraiais, vilas e depois em cidades coloniais como Goiás, Pirenópolis e Luziânia, dentre outras. Mas, no Descoberto, a grande maioria das construções caracterizava-se pela simplicidade, destacando-se, em meio as pequenas construções, apenas o casarão do primeiro prefeito, Ângelo Rosa de Moura. Havia no bairro Nossa Senhora da Piedade outras casas de grande porte, mas posteriormente demolidas.

Sobre a arquitetura da época colonial, Vaz e Zárate (2003, p. 60) pontuam:

[...] mesmo com as pequenas variações formais impressas pelas circunstâncias regionais, temporais e financeiras, são denominadores comuns, além do partido arquitetônico e dos meios de edificação, o despojamento e a simplicidade, das soluções e dos espaços domésticos-

Sem sombra de dúvida, o edifício de maior destaque no Descoberto era a igreja Matriz, o que não mudou nos dias de hoje. De acordo com Souza (1999), a igreja foi construída em 1883, ao que parece, na versão dos moradores da “Praça Velha”, a data foi confirmada posteriormente durante restauração do edifício, quando se encontrou, nas telhas e em das vigas de madeira que davam sustentação do telhado, o ano gravado nelas

Nas descrições dos arraiais e vilas goianos feitas por diferentes autores, é clara a importância dada ao largo da igreja na formação das cidades coloniais, pois templos católicos eram umas das edificações mais significativas dessa época.

Ao mesmo tempo que uma edificação fala sobre o mundo por meio de sua metáfora, incorporada, ela conta a história de sua própria construção, sua própria gênese, [...]. Todos os prédios significativos falam simultaneamente do mundo, da vida [...]. Ao concretizar o presente, eles evocam nossa consciência do passado, bem como nossa confiança no futuro. (PALLASMAA, 2013, p. 125).

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade foi edificada no meio do Arraial do Descoberto, em um lugar alto que lhe dá destaque. Com janelas e grandes portas de madeira, segue uma arquitetura comum aos templos da época colonial em Goiás. Possui três portas: uma mais larga, a principal, ladeada por duas menores. Em frente da porta principal foi colocado um cruzeiro de madeira. Acima da porta principal existem duas janelas pequenas, feitas de madeira. A Figura 24 mostra como era a igreja à época de sua construção, enquanto a Figura 25 traz sua configuração atual.



Figura 24 – Imagem da Matriz de N. Sra. da Piedade, no início dos anos 80
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.



Figura 25 – Imagem da Matriz de N. Sra. da Piedade, depois da restauração em 1998
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

A igreja passou por algumas reformas que lhe tiraram algumas das características originais, resgatadas posteriormente na restauração realizada em 1998⁸. Em uma dessas reformas, por exemplo, foram construídas escadarias que não faziam parte da arquitetura original, posteriormente retiradas durante a sua restauração.

O velho casarão – antiga residência do primeiro prefeito da cidade e edifício destaque na “cidade velha” –, passou a abrigar, posteriormente, uma pensão e, por último, uma loja que vendia vários artigos. Era comum os comércios funcionarem nas residências, pois, de acordo com Vaz e Zárate (2003, p. 198), “a simplicidade dos recursos formais está [...] relacionada com a associação das atividades residenciais e comerciais na mesma edificação”. É o que também afirma Oliveira (2001, p. 152): “O comércio funcionava agregado às residências, diluindo-se por todo aglomerado urbano”.

Atualmente o velho casarão abriga o Museu Ângelo Rosa de Moura, onde guarda alguns documentos e objetos da história de Porangatu (Figura 26). A construção é de adobe, como todas as edificações da época, e possui várias portas de madeira e espaçosos cômodos, lembranças dos seus primórdios.

⁸ Pereira (2008) afirma que a “Velha Matriz” foi restaurada no ano de 1998, através do Projeto “Descobrimo o Descoberto”, criado pela Prefeitura Municipal de Porangatu, que visava, entre outros, restaurar os bens históricos da cidade, como a Velha Matriz, o Casarão e o primeiro hotel de Porangatu.



Figuras 26 - Em sentido horário, imagens das modificações pelas quais passou a residência do primeiro prefeito de Porangatu ao longo dos anos
 Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

Uma das primeiras pensões do Descoberto também passou por restauração ao longo dos anos (Figuras 27 e 28). Construída de adobe, possui cinco janelas e duas portas de madeira, e ainda hoje conserva bem as características da casa colonial do antigo arraial. Uma estreita calçada faz limite com a rua, como era comum nessas construções. Ao contrário da grande maioria das casas desse bairro, não foi construída ao lado de outras residências, pois fica no local onde a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca faz uma curva. Atualmente a antiga pensão abriga o Arquivo Público Municipal Raul Belém, sob os cuidados da Secretaria de Educação e Cultura de Porangatu.



Figura 27 - Imagem de uma das primeiras pensões da cidade

Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.



Figura 28 - Arquivo Público Municipal Raul Belém, que ocupa o prédio da antiga pensão

Fonte: Autora - acervo pessoal

A cadeia pública de Porangatu foi construída em 1953 e fica na Avenida Tiradentes (Figuras 29 e 30). O prédio, atualmente bem deteriorado, estava para ser demolido, mas algumas pessoas da comunidade encaminharam um abaixo assinado à prefeitura, solicitando que isso não ocorresse. O prédio ainda não passou por nenhuma reforma ou restauração, e sua imagem é de abandono, o que confere ao um edifício uma aparência sombria (Figuras 31 e 32).



Figuras 29 e 30 - Fotos antigas da primeira cadeia pública da cidade de Porangatu (GO), construída em 1953

Fonte: Acervo do Museu Municipal Ângelo Rosa de Moura.



Figuras 31 e 32 - Fotos da primeira cadeia pública da cidade de Porangatu (GO) nos dias atuais

Fonte: Autora - cervo pessoal



A casa apresentada na Figura 33 abaixo ficava na Rua do Milagre (atual Rua Pedro Ludovico), que, conforme visto anteriormente, dá acesso ao “Poço do Milagre”. A casa é pequena, construída de adobe e coberta por telhões, com janelas e portas de madeira. Atualmente está vazia, abandonada e provavelmente terá o mesmo destino de outras casas antigas que não tinham mais moradores: será demolida. Sua porta e janelas dão direto para o limite da rua, com uma estreita calçada na frente.



Figura 33 - Imagem de casa abandonada na Rua do Milagre
Fonte: Autora - acervo pessoal.

A residência mostrada a seguir na Figura 34 possui mais janelas e uma porta de madeira, modelo comum às residências do Descoberto.



Figura 34 - Imagem de casa na Rua do Milagre
Fonte: Autora - acervo pessoal

Trata-se de uma casa maior, cuja porta é dividida em duas partes, pois era costume deixar a parte inferior fechada, enquanto a superior permanecia aberta. Essa casa ainda tem

moradores e está um pouco mais conservada que as demais.

As duas casas mostradas a seguir (Figuras 35 e 36), também estão sem moradores. Os herdeiros compraram casas em outros bairros e não tem intenção de fazer nenhuma melhoria nas residências para nelas voltarem a morar.



Figura 35 - Imagem de casa abandonada na
Rua do Milagre
Fonte: Autora - acervo pessoal.



Figura 36 - Imagem de casa abandonada na
Rua do Milagre
Fonte: Autora - acervo pessoal.

Composto por residências e locais de trabalho, descanso e reuniões, cresceu e se desenvolveu, tornando-se a cidade de Porangatu, no norte de Goiás. Onde era o todo, o Descoberto, atualmente é apenas um bairro, o de Nossa Senhora da Piedade. Suas edificações contam sua história, as atividades que ali eram desenvolvidas. Suas construções trazem à tona a lembrança dos velhos tempos, das relações ali estabelecidas, as vivências, o dia a dia.

Uma edificação é encontrada, não apenas vista; ele é acessada, confrontada, adentrada, relacionada com nosso corpo, percorrida e utilizada como um contexto e uma condição para diversas atividades e coisas. Uma edificação direciona, confere escala e moldura ações, relações, percepções e

pensamentos. E o que é mais importante de tudo, ela articula nossas relações com outras pessoas, bem como com as “instituições humanas” [...]. (PALLAMAA, 2013, p. 1).

São edificações que formam a imagem da “cidade velha”, o velho Descoberto, pois nelas estão as lembranças do passado desse lugar. Segundo Ferrara (2000), “é indiscutível que a cidade se faz representar e se dá a conhecer concretamente pelas suas imagens” (p. 115). Essas imagens trazem conhecimento sobre o lugar, são elas que revelam a cidade. “As imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadoras do conhecimento dela”. (FERRARA, 2000, p. 115).

As imagens da cidade, as suas características proporcionam uma leitura do lugar. É possível fazer uma leitura do Descoberto, “vendo, observando e interpretando” suas imagens (FERRARA, 2000), suas construções, suas ruas. É possível ver outra cidade dentro da cidade atual.

Mas essa cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no tempo do agora, seja através da memória/evocação individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e tradições, impondo ritos. (PESAVENTO, 2007, p. 16).

Ao serem observados os detalhes das construções, o traçado de suas ruas, os vestígios do passado, as casas e os edifícios, com suas características coloniais comuns à época, é possível analisar suas imagens urbanas. Elas conduzem à cidade do passado no presente, o antigo arraial dentro da atual cidade de Porangatu. O espaço é o mesmo, mas as características do lugar mudaram e continuam mudando, deixando os vestígios do passado se perder no tempo.

2.3 As mudanças do espaço nos séculos XIX e XX

Nos séculos XIX e XX, foram comuns as mudanças nas cidades. Com o crescimento econômico, o desenvolvimento urbano foi inevitável. No sudeste de Goiás, teve início um povoamento regular na primeira metade do século XIX. De acordo com Barbosa, Teixeira Neto e Gomes (2005), “o fluxo migratório em direção a Goiás-Tocantins desde meados do

século XIX, intensificados até a metade do século XX, foi o mais importante fator de povoamento, e sobretudo de urbanização dos dois estados” (p. 71). As mudanças no cenário econômico brasileiro também foram intensificadas no século XIX e influenciaram o desenvolvimento das cidades goianas.

Oliveira (2001, p. 93) afirma que “o século XIX iniciou renunciando mudanças na vida brasileira, [...]. Foi o século da introdução da modernização no país”. Mas pontua que, cada região, com suas peculiaridades, teve um desenvolvimento diferente, como é o caso de Goiás, ainda acostumado ao ritmo da mineração. O século XIX, conforme Estevam (2004, p. 18), “compartimentou um rico momento de transição entre o arcaísmo colonial e as transformações modernas”. Isso vai ser sentido em todas as áreas, principalmente no tocante ao desenvolvimento urbano. Ainda de acordo o autor, foi a partir da década de 1870 que a economia cafeeira escravista entrou em crise, e na segunda metade do século XIX houve o fim do tráfico negreiro. Por isso, o século trouxe intensas mudanças e um início de desenvolvimento para a Capitania de Goiás, embora lento, em relação a outras regiões do país. “O processo na província ainda caracterizava-se pela demorada acomodação demográfica ao longo do século XIX”. (ESTEVAM, 2004, p. 71).

No século XIX Goiás era tomado por arraiais que se originaram da corrida do ouro, e embora alguns tenham desaparecido, outros resistiram e se tornando cidades, como é o caso de Meia Ponte, promovida a cidade em 1853 (OLIVEIRA, 2001). É também no século XIX que surgem as leis e normativas urbanas para controle da higiene, decorrentes do aumento da preocupação de autoridades e população com a limpeza das cidades.

Mas é no século XX que ocorre um desenvolvimento mais significativo em todo país, e em Goiás as coisas começam a mudar influenciadas por diversos fatores da política nacional, dentre eles, a construção de Brasília. Com a criação da nova capital do país, as “rodovias federais foram implantadas, complementaram-se as estradas estaduais, foi incrementada a infraestrutura de transportes” (OLIVEIRA, 2001, p. 179), fatores de bastante peso e que trouxeram maior visibilidade e crescimento para o Centro-Oeste brasileiro.

Como se vê, a nova capital federal, a grande experiência atual, a mais ousada e requintada exceção, não é nem a única, nem a primeira; culmina uma apreciável e um tanto esquecida tradição de ocupar a imensidão da terra através da fundação de cidades e civilizar os vazios que nossa evolução peculiar legou. (MARX, 1980, p. 38, 39).

Outro importante exemplo de desenvolvimento no século XX, foi a construção de Goiânia, que “sucedeu a Goiás Velho em 1935 e, igualmente, entre os núcleos antigos da

mineração, os novos da pecuária. Projetou-a, centralizada pelos palácios estaduais, Afílio Correia Lima. É hoje das maiores cidades brasileiras” para (MARX, 1980, p. 38). Em meio às mudanças acarretadas pelo desenvolvimento que ocorria no estado, “Goiânia surgiu no compasso dos anos 30, da necessidade de projeção política de Pedro Ludovico Teixeira”. (CHAUL, 2015, p. 11).

O Arraial do Descoberto também crescia e passava por algumas modificações, sobretudo em consequência da pecuária, que crescia na região, e da expansão, ainda que tímida, do comércio. Os espaços foram sendo ocupados, surgiram novas ruas, novas construções, e o arraial se amplia para uma parte nova. O Descoberto vai tornando-se uma cidade.

Os livros de ata da Câmara Municipal de Porangatu mostram as mudanças administrativas e espaciais que ocorreram no Descoberto, marcadamente no século XX. De acordo com esses documentos, ele era um distrito em 1911, e pertencia ao município de Pilar. Na divisão administrativa de 1933, passou a distrito de Uruaçu, e em 25 de agosto de 1948, foi elevado a município. É no século XX que o arraial deixa de ser o Descoberto da Piedade e passa à categoria de cidade de Porangatu. Segundo Medrado (1990, p. 26), Porangatu passou a ter esse nome pelo Decreto-Lei Nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, permanecendo, no entanto, como distrito de Uruaçu. Pela Lei nº 704, de 14 de novembro de 1952, foi elevado à comarca.

Porangatu elegeu seu primeiro prefeito em 1948, Ângelo Rosa de Moura. A cidade ainda era muito pequena e sem os requisitos básicos: não contava com água encanada, pavimentação das ruas e avenidas nem energia elétrica. De acordo com Medrado (1990, p. 28), o município possuía 50 estabelecimentos varejistas, 16 veículos, 380 casas residenciais, entre outras construções, 37 logradouros públicos e oito estabelecimentos de ensino. Ainda segundo a autora, a base econômica era a pecuária.

É responsabilidade das Câmaras Municipais, autorizar, votar ou solicitar melhorias e/ou modificações que beneficiem o crescimento e o desenvolvimento da cidade. De acordo com Maia (2014, p. 468-470), “no Brasil, os municípios teriam que atender as demandas melhoramento urbano, [...]. E as Câmaras Municipais vão ser regulamentadas e padronizadas para o tratamento do espaço urbano a partir da carta Lei de 1º de outubro de 1828”.

A cidade de Porangatu começava a crescer e a incorporar novas áreas, situadas ao leste mediante a construção de prédios públicos: a Escola Dona Gercina Borges Teixeira (atual Escola Municipal Nossa Senhora da Piedade) foi construída na Avenida Floriano

Peixoto, subindo para a parte nova da cidade, enquanto a cadeia foi erguida na Avenida Tiradentes, próxima à Escola Municipal N. Sra. da Piedade, também conhecida por Escola Porantécnica. Pelos textos das atas da Câmara Municipal da cidade, pode-se constatar as providências que foram tomadas para a organização da cidade em vários âmbitos. A administração pública municipal procurou resolver questões com relação à limpeza pública, ao saneamento básico, à organização das ruas, à abertura de novos loteamentos, promovendo assim o desenvolvimento da cidade. O mapa da Figura 37 abaixo mostra a configuração do Descoberto, as primeiras ruas, e o crescimento que houve nos últimos anos, aumentando assim sua extensão.



Figura 37 - Mapa de Porangatu, com a localização do Bairro Nossa Senhora da Piedade (antigo Descoberto)

Fonte: IBGE (2016). Cartografia digital, Bruno Augusto de Souza (2017).

Na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16 de maio de 1949, foi apresentada uma petição que solicitava a limpeza, com urgência, das fontes públicas da cidade. Em 1953 foi solicitada à Câmara Municipal a perfuração de um poço artesiano para sanar a necessidade de água na cidade. Nesse mesmo ano foi solicitado também que a prefeitura adquirisse o lote onde estava situada a cisterna de servidão pública. Em 1959 foi apresentado o projeto para reforma geral da cisterna do Milagre, com a colocação de uma bomba manual e construção de um barracão coberto de telhas. Constava nas informações apresentadas à Câmara Municipal que a situação dessa cisterna constituía um grave problema para o poder público municipal, pois nessa época 60% da população dependia da sua água. Era de urgência, portanto, que sua limpeza fosse feita para evitar doenças à população. (Ver Figura 38).



Figura 38 - Poço do Milagre por volta dos anos 50
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal

Notam-se duas questões importantes nessas informações: a primeira, a preocupação com a higiene e a qualidade da água, assim como com a saúde da população; e a segunda, a inexistência de água encanada na cidade, o que deixava a população na dependência exclusiva das fontes públicas e cisternas, que abasteciam toda a cidade, principalmente a cisterna do Descoberto, primeira fonte a que a população de Porangatu teve acesso, ainda quando esse era um arraial.

Por ter sido durante tanto tempo um lugar rústico, com aspectos de zona rural, havia em Porangatu hábitos que a população precisava mudar para se adaptar à modernização que a cidade exigia. Era comum encontrarem-se cavalos, vacas, porcos, e até mesmo o abate era de

bovinos e suínos costumava ser feito no meio da rua mesmo. Com o crescimento populacional e os novos rumos que a cidade estava tomando, passou-se a ter uma maior preocupação com a higiene e a organização pública. Exemplo disso foram as medidas que passaram a ser tomadas pelo poder público.

Em 1960, foi requisitado ao prefeito municipal que cobrasse a observância do requerimento que proibia a matança de reses e suínos dentro do perímetro urbano, e que também fosse proibido o tráfego de reses pelas ruas usando capas, pois privavam a visão do animal. Já em 1961, os vereadores solicitaram com urgência que fossem retirados os animais existentes na zona urbana. Justificavam que ter animais soltos na cidade era uma verdadeira comprovação de atraso. No caso dos suínos, não deveriam ser criados na cidade nem mesmo presos. O cumprimento dessa lei seria fiscalizado pela prefeitura municipal.

No ano de 1963, foi solicitada à Câmara Municipal a criação de uma rede de esgoto para beneficiar um hotel da cidade, cujas fossas “estavam num estado de grande dificuldade”. Em 1963 foi encaminhado o Ofício nº 22/63 à Câmara Municipal, com data de 21 de maio de 1963, alguns projetos de lei, dentre eles, o que dispõe sobre a proibição de colocar-se lixo nas vias públicas, assim como entulhos e materiais de construção.

Em dezembro de 1963, mais uma vez a questão da água foi o assunto de uma das sessões da Câmara Municipal. Dessa feita, foi solicitado que se abrissem mais poços na cidade velha, denominada no texto como “cidade baixa”, ou seja, no velho Descoberto. Segundo o texto da ata, o Poço do Milagre⁹, (Figuras 39 e 40) que abastecia toda a população da cidade baixa, e mais os poços da Praça Santa Terezinha, da Rua Dunga e da Rua Ceará estavam quase secos, e o primeiro deles não seria suficiente para abastecer toda a população. Pode-se notar que a questão de abastecimento de água continuava a ser um problema para a cidade de Porangatu (GO).

⁹ Pereira (2008) afirma que, segundo os moradores do Descoberto, o Poço do Milagre tinha esse nome porque não secava em nenhuma época do ano e por ser o único de água potável e de sabor agradável, enquanto os demais possuíam alto teor de sais minerais, o que tornava a água salobra.



Figuras 39 e 40 - Poço do Milagre
Fonte: Ivan Vieira – acervo pessoal.

Segundo Le Goff (1998), na Europa, “os regulamentos de higiene e urbanismo multiplicaram-se nas cidades, a partir do século XII”, mas de acordo com Maia (2014, p. 1), “no Brasil, datam do século XIX as normativas urbanas que implicaram em grandes transformações na cidade, tanto no que se refere a sua morfologia, quanto à conduta e à vida na cidade”. Diz a autora:

No Brasil as normativas urbanas – leis, artigos, determinações que tratam especificamente da cidade e da vida urbana – datam do século XIX. No início deste século, mais exatamente em 1828 no primeiro império, as Câmaras Municipais são regulamentadas e padronizadas para o tratamento do espaço urbano a partir da carta de lei de 1º de outubro de 1828. O seu artigo 66 determina que tudo que diz respeito à gestão do chão público é de responsabilidade das Câmaras. (MAIA, 2014, p. 3).

Em Porangatu, a Câmara Municipal estava votando projetos de leis no sentido de estabelecer, executar e fiscalizar as normativas urbanas, promovendo assim o desenvolvimento e a organização da cidade. Segundo Maia (2014, p. 3), entre as atribuições das Câmaras Municipais no período imperial, “há que se acrescentar a de formular e aprovar as denominadas Posturas Municipais”, as quais “eram o principal documento das cidades brasileiras”. A higiene e a limpeza da cidade é de extrema importância para o bem-estar da população, e para o desenvolvimento e o progresso da cidade. Como afirma Le Goff (1998, p. 114), “o senso crescente de ordem e de limpeza, visível no espaço urbano, entrando a campo faz progredir o urbanismo”. Maia (2014, p. 4) diz que “essas normativas representavam a necessidade que os governantes tinham em disciplinar a expansão da cidade, bem como a conduta dos seus habitantes”.

Pelos livros de ata da Câmara Municipal de Porangatu, nota-se que houve várias discussões sobre a apresentação de projetos de lei no visavam o estabelecimento da ordem

pública, a organização do espaço da cidade e dos loteamentos, a construção de praças e prédios públicos, a abertura de ruas e avenidas, assim como a definição dos nomes que lhes seriam atribuídos. Em 1949 foi votada na Câmara a construção da cadeia pública. Em 1951, a planta da cidade, que previa a divisão dos loteamentos e os nomes de ruas, avenidas e praças, foi aprovada pela Câmara por unanimidade. Em 1957 foi votado um projeto de lei que determinava que o titular do Executivo organizasse as escrituras de terras na cidade.

Em 1959 foi solicitado à Câmara Municipal punição daqueles que desrespeitassem a lei municipal que determinava a construção de cercas para impedir que o gado invadisse as lavouras. Em 1955 a Câmara Municipal recebeu solicitação popular para que o prefeito construísse lombadas de cascalho grosso de 20 em 20 metros, na Avenida Floriano Peixoto, para evitar o excesso de velocidade naquela via. No ano de 1963 Câmara Municipal encaminhou ao prefeito requerimento para o alargamento da Avenida Floriano Peixoto. Em 1964 foi apresentado o projeto para a aquisição do terreno destinado à construção de prédios públicos de utilidade municipal. Nesse mesmo ano foi autorizado, pela Câmara Municipal, abrir crédito para a prefeitura utilizar em reconstruções e conservação geral. A proposta incluía a aquisição de uma área no centro da cidade e de lotes e terrenos para que fossem delimitadas quadras, construídas praças e abertas ruas, assim como que fossem realizados o saneamento da lagoa, serviços de aterro, conservação das vias públicas, dentre outras medidas.

Pelos documentos pesquisados, percebe-se a ação da Câmara Municipal e do Poder Executivo na tomada de providências para a organização e melhor administração da cidade de Porangatu. A formação de novos bairros e loteamentos, a construção de escolas na zona urbana e rural do município, assim como obras de melhoramento, constavam entre as medidas adotadas.

Muitas obras públicas foram iniciadas nas décadas de 1950 a 1960, e daí em diante foram sendo realizadas conforme o crescimento da cidade. Na ata da 4ª sessão ordinária do dia 10 de fevereiro de 1953, foi solicitado por um dos vereadores, que a Câmara Municipal fizesse a inclusão de 14 lotes ao setor Nossa Senhora da Piedade (Descoberto), expandindo assim a área que abriga o centro histórico da cidade. De acordo com o texto da ata da 6ª sessão ordinária do dia 10 de junho de 1955, a Avenida Floriano Peixoto já havia sido criada, pois é solicitada a Câmara melhoramentos nessa avenida, que atualmente é o principal meio de acesso ao centro histórico da cidade. Foi requerido ainda à Câmara Municipal, na sessão do dia 10 de abril de 1959, a aquisição de um prédio na Rua Pedro Ludovico (popular Rua do Milagre), esquina com a Rua do Descoberto, para a instalação de uma escola pública. Aos

poucos, o setor que abriga o centro histórico foi se expandindo, e novas ruas e avenidas foram abertas.

A 4ª sessão extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 11 do mês de julho de 1953, apreciou requerimento para a aquisição da rede para o fornecimento de energia elétrica à cidade pela empresa Força e Luz. Conforme o documento, o preço a ser cobrado pelo serviço seriam negociados com a prefeitura e os moradores. Em 1959, o então prefeito municipal, Ângelo Rosa de Moura, solicitou à Câmara Municipal autorização para a execução do plano de eletrificação da cidade. Todavia, a instalação da rede de energia elétrica na cidade de Porangatu foi demorada, e demandou muitas discussões na Câmara. O então prefeito municipal, Moacir Ribeiro Freitas, foi finalmente autorizado pela Câmara Municipal a firmar um contrato com a prefeitura municipal para a obtenção de um conjunto de gerador destinado à iluminação da cidade.

Em 1973, o prefeito municipal solicitou à Câmara Municipal que fosse formada uma comissão, a ser composta por ele próprio e mais dois vereadores, cuja tarefa seria se dirigir à presença do governador do estado para cobrar a promessa, feita em praça pública, de instalar a rede de energia elétrica na cidade de Porangatu, ainda aquele ano. Ao que tudo indica, o pleito junto ao governador obteve êxito, pois naquele mesmo ano foi requerido à Câmara a apreciação e a autorização para a aquisição do prédio das Centrais Elétricas de Goiás (Celg) e o pedido da empresa de isenção de impostos.

A pavimentação da cidade foi ocorrendo também aos poucos. Em o então presidente da Câmara solicitou ao ministro dos Transportes, que se encontrava em visita à cidade, que fosse feita a ligação asfáltica entre a BR-153 e a cidade, o qual foi atendido prontamente. Ainda nesse mesmo ano foi aprovada a Lei nº 054, de 25 de junho 1973, autorizando a execução de obras de calçamento e asfaltamento urbanos na cidade de Porangatu. Em 1974 um vereador solicitou que o secretário de obras da prefeitura fosse convocado para prestar, em plenário, informações sobre as obras municipais de estradas de rodagem e pavimentação urbana.

Na sessão ordinária do dia 4 de maio de 1983, o Executivo enviou à Câmara o projeto de lei nº 5/1983 que dispunha sobre os critérios para a construção de calçadas e muros em locais da cidade onde já havia pavimentação asfáltica ou calçamento. Essas informações permitem intuir que parte da cidade já havia sido asfaltada ou calçada com blocos de pedras, mas a pavimentação ocorria de acordo com o crescimento da cidade e a localização dos bairros, se próximos ou longe do centro. Na sessão da 13ª ordinária do dia 1º do mês de junho de 1979, foi encaminhado à Câmara Municipal o pedido para que fossem colocados bancos de

concreto na Praça Nossa Senhora da Piedade e na Avenida Adelino Américo de Azevedo, também chamada de Avenida Federal, em todo trecho asfaltado. Nota-se então que nessa época o bairro Nossa Senhora da Piedade (Descoberto) já estava pavimentado, o mesmo não ocorrendo com a avenida principal da parte nova da cidade.

No que se refere ao serviço de fornecimento de água, ocorria da mesma forma que a energia elétrica e a pavimentação: avançava lentamente, e somente após concluída em algum setor é que era estendida a outro, e assim sucessivamente. Conforme observado anteriormente, até as décadas de 1950 e 1960, a água utilizada no Descoberto provinha de poços ou cisternas, sendo o principal deles o “Poço do Milagre”. Existiam alguns outros poços, mas esse era o que atendia a um maior número de famílias. De acordo com Pereira (2004, p. 99-100), “com a expansão da cidade foram sendo furadas novas cisternas na parte nova, onde já se encontrava água doce e, na década de 1970, a cidade foi agraciada com a instalação da SANEAGO S/A”. Em 1983 um vereador solicitou que a Câmara enviasse um ofício ao prefeito municipal, pedindo-lhe que providenciasse, junto à Companhia Saneamento de Goiás S/A (SANEAGO), a expansão da água potável até a Vila Rosa e o Setor Primavera. É possível notar, assim, que já havia água encanada na cidade, mas não atendia a todos os bairros. Em 1979 foi pedido à Câmara Municipal que encaminhasse ofício ao posto da SANEAGO local requerendo a montagem de um chafariz na praça da matriz Nossa Senhora da Piedade, no bairro do mesmo nome. Mesmo depois de ser implantado o sistema de água encanada, a cidade contava com algumas cisternas, inclusive, é comum a existência delas em muitas residências atualmente.

As construções de prédios públicos importantes para o município tiveram início a partir da parte nova da cidade. Em 1962, na sessão do dia 2 de junho (22^a), foi concedido a Antônio Campos Souza o direito de construção e exploração da Estação Rodoviária de Porangatu. Somente em 1980 foi votado o projeto de lei que autorizava a doação de terras urbanas à Superintendência de Transportes e Terminais de Goiás, para a implantação do Terminal Rodoviário de Porangatu. Na 12^a sessão, realizada no dia 26 de abril de 1976, a Câmara Municipal aprovou o projeto de lei nº 003/75, de 23 de abril daquele ano, solicitando um crédito especial para a construção do edifício sede da Câmara Municipal. Nessa época, já havia várias escolas na cidade e outras estavam sendo construídas na zona urbana e rural do município.

Uma questão importante para se ter uma cidade organizada, além das construções e serviços necessários ao bom andamento do município, é a construção de um cemitério. Ter um lugar reservado aos mortos em uma área afastada, localizada nos arredores da cidade, era também uma questão de higiene e saúde. Nas vilas e arraiais coloniais, era comum que se

enterrassem os mortos dentro das igrejas, mesmo que não se tratasse de todos os cidadãos, mas apenas de alguns com maior privilégio. De acordo com Boaventura (2007, p. 163), “a história reza ainda que um número significativo de capelas foi construído a partir de desejos de particulares ou religiosos, que, certamente, deram o status merecido aos primeiros e aos segundos, a garantia de um espaço após suas mortes”. Marx (1980) também aborda essa prática, comum em várias regiões do Brasil: “Os mortos descansam também na cidade, [...]. Por muito tempo, foram enterrados e repousaram no chão das igrejas brasileiras”.

A grande preocupação com as epidemias também fazia com que aumentasse o cuidado com a higiene nas cidades. Maia (2014, p. 6) diz que existia no Brasil o combate aos enterramentos de cadáveres no interior das igrejas, desde a década de vinte dos oitocentos. Já Marx (1980, p. 138) afirma que foi por questões de higiene e normas públicas que no século XIX esse hábito comum foi alterado. O autor pontua que as normativas urbanas em Meia Ponte, por exemplo, já estavam conseguindo mudar esse costume da população local. Segundo Oliveira (2001, p. 114), “aos poucos, essas normas começaram a fazer parte do imaginário das pessoas, [...] na qual expressavam horror ao costume de enterrar as pessoas no interior das igrejas”.

Em Meia Ponte, de acordo com Oliveira (2001, p.14), foi em 1866 que o presidente da província manda construir o cemitério, cuja inauguração ocorreu em 20 de março de 1869. Quando iniciou a proibição dos enterramentos dos mortos no interior das igrejas, de acordo com Marx (1980, p. 138), “aparecem os cemitérios anexos às igrejas. Mas são os cemitérios públicos que fazem com que esse hábito acabe de uma vez”.

No antigo Descoberto, também havia o costume de enterrar alguns mortos no interior da igreja, prática comprovada durante a restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, quando foram encontradas ossadas no local. Em 1953 foi solicitado à Câmara Municipal verba para a construção do cemitério em Porangatu; em 1961, foi votado na Câmara Municipal o projeto solicitando verba para as obras no cemitério; e no ano de 1979, há a solicitação na Câmara para que se providencie terreno para o novo cemitério. A prefeitura comprou então um terreno contíguo ao cemitério e apenas o ampliou.¹⁰

As obras de infraestrutura, pavimentação e saneamento da cidade de Porangatu obedeceram o ritmo de crescimento da cidade, a abertura de novos bairros, a construção de prédios públicos, praças, o melhoramento das vias públicas. Com o aumento populacional, ampliou-se também o comércio, e muitas pessoas de outras regiões do país compraram

¹⁰ Essas informações estão contidas nos livros de Ata nº 01, p. 59, nº 04, p. 03, nº14, p. 96, respectivamente.

fazendas no município, fato que também contribuiu para o progresso e o desenvolvimento econômico de Porangatu. Atualmente a cidade é destaque na agropecuária do norte de Goiás, principalmente pela comercialização de gado. A cidade promove a maior festa agropecuária da região, com duração de mais de uma semana e com shows de artistas de sucesso nacional. No centro histórico, ocorre a festa junina “Arraiá do Descoberto”, que atrai pessoas de toda a cidade. Porangatu vem progredindo a cada ano, tendo como vestígios do passado apenas o que resta do velho Descoberto, no bairro Nossa Senhora da Piedade.

2.4 O núcleo histórico de Porangatu nos dias de hoje

Atualmente o núcleo histórico de Porangatu é um lugar pacato, de bem pouco movimento, além do provocado pelos seus próprios moradores. Apesar de popularmente chamado de “Praça Velha” ou Descoberto, trata-se hoje do bairro Nossa Senhora da Piedade, que abrange as primeiras ruas do lugar, o “Poço do Milagre”, o cemitério e algumas ruas e avenidas que foram surgindo ao longo dos anos, com a Rua Ceará, a Praça Santa Teresinha, dentre outras. No bairro só se nota maior movimentação quando passam os cortejos fúnebres em direção ao cemitério e no Dia de Finados, quando pessoas de todas as partes da cidade vão ao cemitério homenagear seus mortos.

Para Ferrara (2000, p. 125), é possível ler uma cidade, e a leitura tem “como categoria o cotidiano da cidade apreendido pelas suas representações”. Na parte nova da Porangatu, há muito barulho, propagandas, conversas, filas e aglomerações de pessoas em vários estabelecimentos comerciais ou bancários. No velho Descoberto, é possível notar a calma, o silêncio, o pouco movimento de veículos e pessoas; o velho centro parece ser uma cidade de outro tempo dentro da cidade atual. [...] A leitura se nutre de imagens, signos como um modo de compreender e interagir com a cidade, apropriando-se dela. (FERRARA, 2000, p. 125).

Desse modo, lê-se a cidade pelas suas imagens, seus edifícios, que se tornam meios para recordar o passado. “Na realidade, a imagem é uma reconstrução simbólica da história documental de uma cidade” (FERRARA, 2008, p. 195). São as imagens que existem hoje do centro histórico de Porangatu que levam a buscar o lugar do passado, buscar sua história.

Há no bairro as festas religiosas, como o Dia da Padroeira e a Romaria de Santa Luzia, que sai todos os anos no mês de dezembro da velha Matriz. O Arraiá do Descoberto é uma festa junina que já ocorre no bairro há muitos anos, e é destaque entre as demais festividades realizadas na cidade. As festas serão abordadas no próximo capítulo.

Um evento importante que ajuda a sempre manter viva a lembrança do Descoberto é a realização da Semana de Museus. Esse evento ocorre em todo o país nos locais onde existem museus, e em Porangatu o Museu Ângelo Rosa de Moura, o antigo casarão, torna-se palco de várias atividades culturais, tais como palestras, oficinas de arte e apresentações de teatro e música, com a participação dos alunos e professores das escolas municipais e estaduais da cidade, assim como do campus da Universidade Estadual de Goiás. Na oportunidade, sempre são realizadas visitas guiadas pelo bairro, quando são visitados os principais pontos de referência da história da cidade: o próprio museu, a Igreja Matriz, o Poço do Milagre e o prédio do Arquivo Municipal, que é uma das antigas residências do Descoberto e que ficou muitos anos fechada.

Mas o dia a dia da “Praça Velha” é bem quieto, sem muita novidade, as ruas quase sempre vazias, com alguns poucos moradores nas portas das casas. Pouco movimento de veículos e de pessoas, nem parece que um dia já foi o centro comercial da cidade. A imagem que se tem do lugar atualmente é formada pelos vestígios do antigo arraial que ainda resistem em poucas casas do bairro e nos edifícios que foram restaurados pela prefeitura, os quais se resumem apenas à Igreja Matriz, ao museu e ao prédio do Arquivo Municipal. Novas construções ou as reformas realizadas nas residências têm descaracterizado quase que totalmente esse centro histórico.

Algumas das antigas residências do bairro já estão abandonadas e em pouco tempo deverão ser demolidas. Delas só restarão a lembrança e as fotos do lugar, pois a arquitetura colonial está se perdendo ao longo do tempo. Como não há meios de preservação, em alguns anos pouco restará de Descoberto da Piedade, mesmo que seja na lembrança dos porangatuenses. Segundo Castello (2006, p. 84), “é possível aceitar-se que a identificação de um lugar encontre-se presente todo um processo de valoração do espaço, que pode muito bem ser atribuído à percepção que as pessoas têm (ou que virão adquirir) a respeito desse espaço”.

Muitos dos antigos moradores do bairro já faleceram, e seus herdeiros ou não têm interesse em preservar as estruturas das velhas casas ou não têm condição financeira para promover a restauração dos imóveis. Por isso, acabam abandonando as casas, colocando-as à venda, para aproveitar o valor do lote, ou demolindo-as. Boa parte dessas construções encontram-se em situação de grande degradação, sem condição de moradia.

As maiorias dos moradores do bairro não veem vantagem nenhuma em preservar essas construções, que, segundo eles, deixam o bairro com aspecto de atraso, como se não tivesse evoluído no tempo. Há de se considerar, todavia, que é natural que as pessoas desejem ter casas novas, bem arrumadas, com aspectos mais modernos e que apresentem mais

conforto. Seria necessário uma parceria entre o poder público e os moradores para que a preservação dos imóveis e da história ocorresse. Isso seria possível com a destinação de verbas para a restauração das casas que ainda têm condições para isso, e doar outras aos moradores, se aceitassem mantê-la com as mesmas características, mas restaurada.

Em geral, os moradores mais jovens ou as pessoas que vieram de outros lugares para morar no bairro desejam mudanças, não cultivam sentimentos pela aparência colonial do lugar para defender sua preservação. Porangatu não é uma cidade turística como Goiás e Pirenópolis, que têm eventos e atrações naturais para atrair grande número de visitantes, e seu centro histórico não tem uma importância considerável para a cidade, no sentido fazer dele uma atração que gerasse renda para o município. Algumas restaurações, reformas ou manutenção das casas já foram feitas no bairro, mas grande parte das residências foram demolidas, como mostram as Figuras 41, 42 e 43 a seguir. Essas figuras retratam as mesmas casas, eram três ligadas uma a outra. Na figura 38 elas ainda estão em condições de moradia, na figura 39 já estão quase totalmente demolidas.



Figuras 41 e 42 - Casas na Av. Marechal Deodoro da Fonseca
Fonte: Ivan Vieira – acervo pessoal.



Figura 43 – Imagem de casa da Rua do Milagre
Fonte: Autora- acervo pessoal

Não só em Goiás, nem só no Descoberto, mas em várias partes do mundo, muitos centros históricos vão perdendo seu brilho, não são mais o centro comercial da cidade, badalado, movimentado. Acabam tornando-se apenas vestígios do passado, só marcas de um tempo que já se foi. Para Le Goff (1998, p. 145-150), torna-se “um centro-museu”, e como exemplo cita o que ocorre em cidades mexicanas e espanholas.

Encontra-se sempre, nas cidades mexicanas, como nas cidades espanholas da colonização, a praça central – o *Zócalo* –, que geralmente é também a praça da catedral. Mas, de alguma forma, este *Zócalo* é apenas um centro histórico, um centro-museu.

Parece-me, entretanto, que a evolução age profundamente contra o centro urbano. Centro histórico, dizem muito bem os italianos. E se ele ainda brilha, é a beleza da morte. Caminha-se em direção ao centro-museu. (p. 145-150).

Inevitavelmente os centros históricos sofrem influência das mudanças do desenvolvimento das cidades. E a própria concepção sobre esses centros acaba mudando entre seus moradores. A urbanização, o desenvolvimento econômico, a ânsia por progresso, faz a sociedade almejar o novo, o moderno, e muitas vezes o centro histórico é visto somente como resquícios do passado, marcas do que se foi, sobras de um tempo que ficou para trás. O núcleo fundacional de Porangatu não deixou de ser um “lugar” para muitos dos seus moradores, um “lugar” com as marcas das suas vivências, suas experiências.

Os lugares nessa categoria se qualificam a partir de uma evocação da “memória” coletiva das pessoas a respeito de fenômenos do ambiente onde vivem essas pessoas, evocam a formação histórica de sua cidade, evocam as formas construídas de acordo com os padrões arquitetônicos vigentes em diferentes períodos históricos, e evocam lendas, enfim, resultam de fenômenos da memória estimulada por elementos do imaginário temporal local. (CASTELLO, 2007, p. 18).

O que ocorre atualmente com o lugar, é que estar caindo cada vez mais no esquecimento, um lugar que precisa ser visto para ser lembrado, mas que aos poucos está deixando de existir. A memória do Descoberto atualmente vive das reconstituições formadas pelas histórias contadas por seus pioneiros, uma memória que está se perdendo ao longo do tempo.



Figura 44 - Imagem de casas na Rua do Milagre
Fonte: Acervo do Museu Ângelo Rosa.



Figura 45 - Imagem onde ficavam as casas demolidas na Rua do Milagre
Fonte: Autora- acervo pessoal

As transformações que ocorreram ali não foram tão profundas a ponto de apagá-lo, mas a se continuarem, em alguns anos pouco se terá para lembrar do local como núcleo fundacional da cidade de Porangatu. De acordo com Pesavento (2007, p. 16), “com frequência, a transformação do espaço foi de tal ordem, a modernidade implantada tão avassaladora que apagou do espaço materialidades e sociabilidades do passado”. Muito se tem apagado do velho arraial, pois as demolições apagam edifícios da sua paisagem (figuras 41,42), e junto com eles apagam as lembranças do que foram um dia aquela residência e as relações sociais estabelecidas nelas. O passado perde-se no ritmo do presente, com a busca pelo novo.

Desde os tempos mais remotos, as cidades sofrem adaptações e mudanças na sua estrutura física, seja porque em cada tempo cada sociedade apresenta suas próprias características estruturais, seja em função do seu próprio crescimento e desenvolvimento de um determinado período de sua história. Equipamentos vão sendo construídos, aumenta-se o número de moradias, abrem-se ruas, constroem-se pontes, ou ainda obras de infraestrutura (água, esgoto, energia, etc.). Essas transformações marcam o processo da evolução urbana. (SOUZA *apud* SOUZA; PESAVENTO, 2008, p. 107).

Atualmente o Descoberto, ou “Praça Velha”, conserva praticamente os mesmos traçados de antigamente. Nota-se alguma diferença pelas ruas calçadas e que anteriormente eram de terra, pela organização e jardinagem da Praça da Matriz, pelos lotes vazios onde haviam casas que foram demolidas, e pelo “Poço do Milagre”, que atualmente fica só como uma referência do passado, pois não se usa mais a sua água para consumo, e pelas novas construções que descaracterizaram o bairro como centro histórico. Tornou-se uma mistura da arquitetura do passado com a do presente.

Mas essa cidade do passado é sempre pensada através de presente, que se renova continuamente no tempo de agora, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando momentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. (PESAVENTO, 2007, p. 16).

Essa cidade do passado está ali, dentro da cidade do presente, mesmo que seja mais concreta na memória de alguns moradores, e um pouco mais abstrata na visão da comunidade atual, que tem de se apegar ao que resta do passado hoje, para imaginar o que foi, e como foi esse lugar de antigamente. É por meio das imagens de hoje que pensamos na cidade do passado. Para Pesavento (2007, p. 16), “a cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente”. O Descoberto da Piedade se dá a ver pelas suas ruas e sua arquitetura, e se dá a ler pela sua história, pelas marcas do passado que ainda existem nele. (Ver Figura 46).

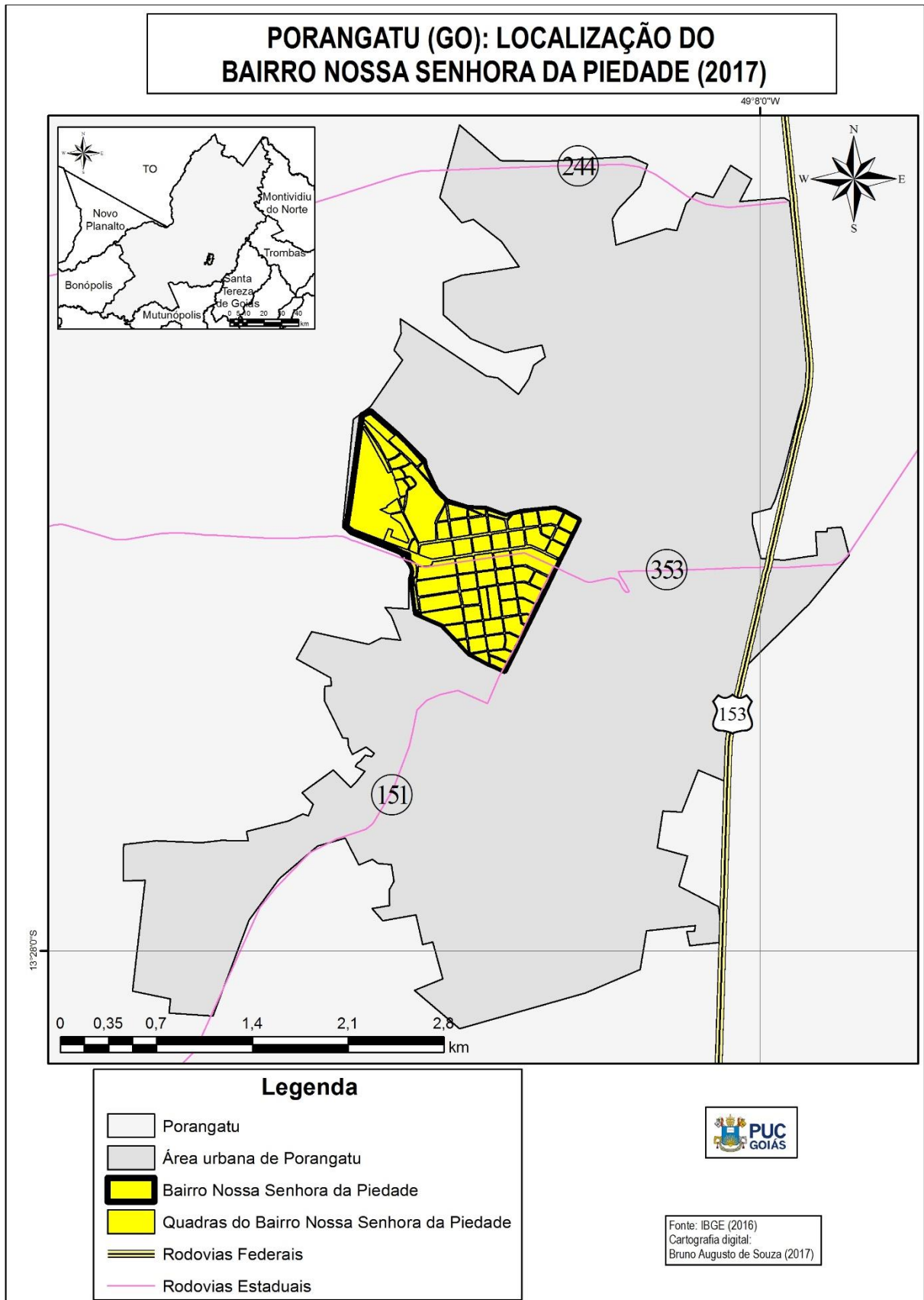


Figura 46: Mapa de localização do Bairro Nossa Senhora da Piedade
Fonte: IBGE (2016). Cartografia digital, Bruno Augusto de Souza (2017).

Ao observarmos o mapa da cidade (Figura 45) podemos notar que o núcleo fundacional de Porangatu, se tornou um bairro periférico, ou seja ele se concentra fora da parte nova da cidade. A cidade cresceu numa direção e o bairro ficou na extremidade da cidade, talvez esse seja o motivo de seu esquecimento. Ao contrário da maioria dos núcleos históricos, que se localizam na parte central da cidade, onde geralmente a cidade cresce ao seu redor. O Descoberto ficou isolado num canto da cidade, longe da parte nova onde Porangatu se desenvolveu, dessa forma percebemos que o lugar perdeu também sua valorização de mercado, tornando-se um local onde não há intenção de investimentos.

3 AS FESTAS POPULARES DO DESCOBERTO COMO MANIFESTAÇÃO SOCIAL E DE FÉ

Sim, as festas, essencialmente religiosas, têm uma dupla função: de regozijo (e de glorificação de Deus e de seus santos) e de repouso. Aqui ainda, uma vez, aparece a inovação. Novas festas são criadas, especialmente urbanas; [...].

(LE GOFF)

As festas são manifestações culturais que fazem parte de praticamente todas as cidades. Desde os primórdios da Capitania de Goiás, em suas primeiras povoações, as festas religiosas sempre foram eventos importantes para as comunidades que nesse território se formavam, momentos de socialização e diversão, além de momento religioso. Além dessas festas, as comemorações juninas já fazem parte das festas da cidade há mais de três décadas. Para discutir esses temas amparamo-nos nos seguintes autores: Anjos (2013), Bosi (1994), Braga (2009), Brandão (2004), Canesin e Silva (1983), Carvalho (2009), Castelnau ([1949]2000), Certeau (2014), DaMatta (1994), Geertz (2008), Hobsbawm (1997), Le Goff (1998), Lôbo e Maia (2011), Moura (2015), Nora (1993), Phol (1976), entre outros.

O Arraial do Descoberto sempre foi, desde a sua formação, um lugar de pessoas religiosas. Em meio ao contexto da mineração, e mesmo depois dela, a busca pela proteção dos santos sempre fez parte da vida dos moradores desse lugar. Cunha Mattos em seus relatos quando passou por lá, conta haver encontrado ali uma casa usada como oratório.

De acordo com informações dos antigos moradores, eram várias as festas religiosas que aconteciam no Descoberto. A festa de São Sebastião realizada em 20 de janeiro, a festa do Menino Deus em Dezembro no natal. A festa de Nossa Senhora da Piedade era realizada no último domingo de julho. No arraial aconteciam cinco folias, três eram do Divino Espírito Santo, e duas de Nossa Senhora da Piedade. Começavam dia primeiro de junho e terminavam no dia primeiro de julho, todos se encontravam na praça da matriz, onde era realizada uma grande festa. Havia o imperador e a rainha da festa. A rainha representava Nossa Senhora da Piedade e o imperador representava o Divino Espírito Santo.

A festa da padroeira durava dez dias, vinham muitas pessoas das fazendas ao redor, com seus carros de boi e faziam procissão. Na Semana Santa, também havia procissão, no sábado de aleluia era o dia de colocar o judas na praça, atirar nele e fazer todo um ritual que representava a abominação pela sua traição. A festa dos Santos Reis, era em janeiro, com uma ritualidade bem parecida com as que eram realizadas em outros locais de Goiás. Havia a escolha do imperador, seguiam de casa em casa como numa romaria, onde ficavam era servidas refeições, e assim seguiam cantando e rezando.

As festas religiosas eram os únicos eventos que divertiam e alegravam os moradores, por exemplo, as de casamentos, batizados e, principalmente, as que eram realizadas em homenagem aos santos: a Folia de Reis, a festa da padroeira Nossa Senhora da Piedade, a Festa do Divino Espírito Santo, dentre outras. Essas festas anuais movimentavam o arraial, atraindo os moradores das fazendas da região.

O documento da Comissão Recenseadora de 1873, publicado pela Paróquia de Amaro Leite, revela que a época do recenseamento coincidiu com as comemorações religiosas no Descoberto, facilitando a contagem e o recolhimento das assinaturas dos chefes de família, pois se encontravam ali os moradores das fazendas da região para participar da festa.

Na 5ª seção foi convidado pelo recenseador as listas das fazendas da Gregorio, Boa Vista, Santa Anna, e São Joaquim, Arraial do Descoberto. 5ª seção Marçal Pereira de Oliveira colheu todas as listas e declarações, bem como da fazenda da Serra de Campos, e todo o ardealdo do Arraial, e ter arrecadas nas fazendas dos Picos Furquilha [...] e o estimado presídio de Santa Cruz e Pindobeiras [...] chegando o recenseador no dia 27 encontrou todas declarações juntas, bem como os chefes de família, que esperavam a festividades do dia 29 assim não poupando-se ao trabalho, o recenseador conseguiu transcrever as listas daquele ponto, e colher todas as assinaturas no decurso de dois dias. (ARQUIVOS..., 1873, n.p.)

Nas suas impressões de viagem de quando passou pelo Descoberto em 1926, Itiberê (1926) relata o período das festas religiosas do arraial e fala um pouco sobre essas comemorações. “Chegamos ao Descoberto na véspera das festas do Divino Espírito Santo e da Padroeira local, os quais atthalou ao povoado grandes repentistas certanejos”. (ITIBERÊ, 1926, n.p.).



Figura 47 - Folia de Reis em Porangatu
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

Em análise sobre a cultura popular da Europa na Idade Moderna, entre os anos de 1500 e 1800, Peter Burke (2010, p. 89) revela que “o cristianismo havia muito tempo vinha convertendo a cultura europeia num conjunto unitário. As mesmas festas eram celebradas por toda a Europa; os mesmos santos principais eram venerados em todos os lugares”.

As festas religiosas são definidas por Roberto DaMatta (1994, p. 50) como as “festas da ordem”, quando se está voltado para aqueles rituais em uma ordem, em uma forma programada de ser e de agir ali. Dentro das igrejas, estabelece-se um comportamento padrão: “O corpo então, na igreja e nas solenidades da ordem, é marcado pela rigidez dos gestos e por formar obrigatórias de gesticulação”. (DAMATTA, 1994, p. 52). Conforme o autor, nos rituais definidos para as festas da ordem, fica clara a função dos participantes: “Os ritos da ordem marcam de forma taxativa quem é o ator e quem é o espectador”. (p. 54).

A colonização com base mineratória levou consigo a presença da religiosidade pelos territórios que iam sendo explorados, por exemplo, Minas Gerais e Goiás. As igrejas, ainda se fossem construções rústicas e muito simples, eram presença garantida na formação dos arraiais. A devoção e a fé católica sempre acompanharam de alguma forma a criação das sociedades que se formavam no interior do país. No Arraial do Descoberto da Piedade, isso não era diferente, pois o próprio nome do lugar foi dado em homenagem a uma santa, Nossa Senhora da Piedade. As manifestações religiosas fazem parte da cultura do povo, e contribuem para definir o significado do lugar para esse povo que ali vive. Para Geertz (2001, p. 9), “a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecido”.

Nas capitanias de Goiás e Minas, como em boa parte do Brasil, eram celebradas as mesmas festas. Por exemplo, aquelas em homenagem ao Divino Espírito Santo eram realizadas em vários lugares, com características idênticas, como acontecia na Europa, segundo Burker (2010, p. 89). As melodias viajavam de uma ponta a outra da Europa – e mesmo além continente –, ainda que, nesse percurso, se separassem da letra original. Afinal, essas celebrações vieram da Europa, como afirma Saint-Hilaire ([1847]1975) quando fala sobre a Procissão das Cinzas em São João Del Rei, Minas Gerais: “Esse costume, originários de Portugal, era generalizado e vinha sendo adotado há muito tempo na província de Minas e talvez em muitas outras partes do Brasil”. (p. 64).

Seja como for, com suas regras, seus ritos e ordem, as festas religiosas fazem parte da cultura do povo brasileiro, e tanto em Goiás como em outros estados ela é bem evidente e marcante. O ritual apresentado durante a comemoração Páscoa, por exemplo, foi testemunhado por Castelnau na cidade de Vila Boa de Goiás, atual cidade de Goiás:

[...] assistimos a uma curiosa cerimônia. Erguem na praça pública uma árvore em que se pendurou um manequim com forma humana, representando Judas; atearam-lhe depois fogo por entre a alegria da população, que se munira de pedras, para lançar aos restos do manequim em brasa. ([1949]2000, p. 140).

Pohl (1976) também esteve em Vila Boa no período dessas festas e relata o que viu durante as comemorações e a sua importância para aquela população:

Aprecia-se aqui as festas públicas, especialmente as religiosas. A Semana Santa, por exemplo, figura entre as mais notáveis. Para assistir a essas solenidades religiosas vem gente de regiões longínquas, de até 30 léguas de distância. Em regra, na Sexta-feira da Paixão todos usam traje de luto na igreja. Esse dia é muito respeitado e considerado como um dia de jejum geral. (p. 143).

Em sua passagem por Traíras (GO), Pohl (1976) teve a oportunidade de assistir às comemorações da Festa do Divino Espírito Santo, ou simplesmente Festa do Divino. Com seu olhar europeu, observou os detalhes daquela manifestação religiosa, seus ritos e o papel de cada participante.

Durante nossa estada em Traíras, tornamos a ter ensejo de assistir a várias solenidades religiosas, entre as quais a chamada Festa do Espírito Santo, que transcorreu normalmente, despertando muito entusiasmo entre os habitantes da cidade. Desta vez caiu a sorte num dos moradores mais pobres de Traíras. No dia dessa festa fizeram a outorga da dignidade imperial ao tal homem. Depois de celebrada a missa, aproximou-se ele do altar, colocaram-lhe uma coroa de folha à cabeça, puseram-lhe um cetro de madeira na mão e o “imperador”, ao rufar dos tambores, tendo à frente a bandeira do Espírito Santo, seguiu para casa acompanhado de grande multidão. Todos os acompanhantes da congregação levavam cajados dourados. Chegando à casa, o porta-bandeira imediatamente se ajoelhou e recebeu, com toda a congregação, a benção do “imperador”. Foram apostas as armas portuguesas à porta da casa e, com isso, terminou a solenidade. (POHL, 1976, p. 202).

Em Traíras, Pohl (1976) também testemunhou outra festa, dessa feita, em homenagem a santa Ifigênia adorada pelos escravos, e cujos ritos eram bem parecidos com a Festa do Divino Espírito Santo:

Outra festa com que se alegram o ano inteiro, celebram os negros livres em homenagem a uma santa negra africana de nome Ifigênia. E de casa em casa, desejam votos de felizes festas. Sob o contínuo rufar de tambores, disparos de espingardas e o ressoar de vários instrumentos nativos do Congo, além de outros sons, seguem os participantes para a casa do imperador (nessa festa também se elege um) [...]. No domingo seguinte, o imperador eleito, acompanhado da esposa e de dois tocadores de tambor, saiu de casa pedindo

esmolos para a festa. À sua frente era conduzido um escrínio com uma imagem da Santa, [...]. Dentro da igreja, cantavam e rezavam. (p. 203).

Para a população das capitanias do interior do país, as festas religiosas eram praticamente os únicos momentos de interação social, diversão e encontro. Festas e procissões eram momentos de devoção e demonstração da fé dos fiéis. As festas do Divino Espírito Santo, por exemplo, aconteciam em vários lugares e geralmente obedeciam a um mesmo roteiro. Brandão (2004) descreve os ritos que acompanham a Festa do Divino Espírito Santo:

Com os recursos da cultura do lugar, tudo deve ser feito com uma rústica e exagerada beleza, como as roupas dos personagens dos ritos. A folia do Divino Espírito Santo, errante, chega a uma casa de beira de estrada. Os donos recebem a bandeira. Entre as músicas e os gestos da fala e do corpo, as pessoas se tocam. Muitas vezes vi famílias inteiras chorando no momento da partida de um pequeno grupo de ritual de suas casas. (p. 28-29).

Os rituais da Festa do Divino Espírito Santo são uma tradição para os católicos. Brandão (2004, p. 102) também discorre sobre a Festa do Divino Espírito Santo de Mossâmedes (GO), mostrando a sua organização, os ritos a serem seguidos, as posições em que deve ficar cada participante, as ações e serviços desenvolvidos, e as representações, que procuram explicar a origem, o significado religioso e os sistemas de relações da festa com seus rituais.

A folia é um ritual de iniciativa das pessoas do lugar e é quase toda realizada nas fazendas do município. Chegando a cidade, festivamente reunia suas quatro bandeiras que entravam no largo vindo de quatro direções opostas duas a duas, de modo a formar uma cruz que se dissolvia dentro do largo. Na cidade, os quatro grupos da folia cantavam junto ao “cruzeiro”, na porta da Igreja de São José e, dentro dela, diante do altar, onde as bandeiras eram depositadas. A folia antecede a festa de vários dias, percorrendo as fazendas do município. (BRANDÃO, 2004, p. 106).

A Folia de Reis é outra festa com características bem marcantes, que ocorre em várias partes do país. Canesin e Silva (1983, p. 18) explicam que a Folia de Reis comemora o nascimento de Cristo e a visita dos três reis magos a Belém, para adorar o Menino Jesus. De acordo com as autoras, a manifestação popular conhecida como folia existe em diversos países há muito tempo e foi trazida para o Brasil pelos portugueses. Segundo elas, muitos acreditam que a Folia de Reis existe desde o nascimento de Cristo.

São chamados de foliões aqueles que acompanham a folia, e cada um deles exerce uma função: mestre, contraguia, gerente, procurador, alferes da bandeira, festeiro, músico,

leiteiro, cargueiro (CANESIN; SILVA, 1983, p. 23). Mas, de acordo com as autoras, não são todas as companhias de folia que têm os mesmos encargos.

No que diz respeito ao ritual da Folia de Reis, Brandão (2004, p. 347) revela sobre a festa que assistiu em Mossâmedes (GO):

O que tem sido para outros grupos de foliões do interior do Brasil pode ser atribuído aos de Mossâmedes. A folia de Reis é um grupo precatório de cantores e instrumentistas, seguidos de acompanhantes e viajores rituais, entre casa de moradores rurais, durante um período anual de festejos dos Três Reis Santos, entre 31 de dezembro e 06 de janeiro.

Tanto na Festa do Divino Espírito Santo quanto na Folia de Reis, o ritual e o papel de cada participante é de suma importância para que tudo ocorra conforme o esperado. É o que descreve Brandão (2004) sobre a Festa do Divino e seus rituais:

Ora, através das escolhas feitas para “quem pode fazer o que” nos rituais; dos modos como são distribuídos os atores e as articulações entre os seus papéis; das relações prescritas para as trocas de mensagens e participações entre os atores e assistência, e, finalmente, dos símbolos das relações e da estrutura social é que a sociedade “em festa” procura oferecer, como conhecimento social, a síntese ritual de suas relações e estrutura, com valor não só para os dias de festa (anti-rotina) mas principalmente para a ordem e organização da própria rotina. (p. 44-45).

Como se pode notar, a ritualidade e os personagens envolvidos nessa festa são os mesmos em todos os lugares, pois o que se observou na festividade de Traíras também se repetiu na de Mossâmedes. Mas é claro que em cada lugar as festas podem ter um ou outro detalhe diferente, de acordo com as peculiaridades dos locais onde são realizadas. Segundo Canesin e Silva (1986), apesar de todas companhias, que são os grupos de foliões, comemorarem a visita dos três reis magos ao Menino Jesus durante a Folia de Reis, cada local tem seu jeito próprio de organizá-la.

Essas festas representam muito para seus participantes, pois fazem parte da sua história, da história do seu povo, das manifestações sociais de sua comunidade, e que ficam na memória de muitos que viveram esses momentos. Muitas vezes só se fica sabendo sobre certos acontecimentos por meio dos relatos dos velhos moradores do lugar, ou seja, mediante a história oral. “Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente”. (BOSI, 1994, p. 82).

Braga (2009) discorre sobre o entusiasmo com que a população de Porangatu (GO) participava das festas religiosas, o quanto esse momento era importante para eles, a sensação de alegria, os momentos de confraternização e brincadeira, as danças e tudo mais que envolvia aquele momento:

[...] os casais ainda moços e jovens contavam com a chegada das festas do Divino, em julho, da dança do São Gonçalo, em agosto, e a festa da padroeira. Era tempo do cumprimento das promessas. As folias com suas bandeiras pelos gerais e, depois, o encontro delas na velha e histórica praça. As catiras, as rodas e o tambor davam-se nos terreiros das casas dos festeiros. Mesadas de bolo, vinho e... a velha “caninha”, à vontade. E os meninos acompanhavam os pais. Os bailes iam até a madrugada, ao toque da sanfona, do violão, reco-reco e pandeiro. (BRAGA, 2009, p. 172).

Canesin e Silva (1983) afirmam que um dos motivos da realização da Folia de Reis em Jaraguá (GO) era o pagamento de promessas, conforme afirmaram os próprios participantes da festa. Inácio C. da Silva, por exemplo, um dos entrevistados pelas autoras, disse que, por causa da seca e com as plantas morrendo, fez uma promessa de “fazer a folia” por três anos. Outros foliões ficaram sabendo dessa promessa e resolveram dar-lhe continuidade, temendo que, se a folia não fosse realizada, o município voltasse a sofrer com a seca (CANESIN; SILVA, 1983, p. 19).

Mas não são apenas as necessidades, ou os medos, os únicos motivos pelos quais os devotos iniciam e dão prosseguimento às festas em homenagem aos santos, mas também a fé, a devoção e a busca pela benção divina. Essas festas também representam diversão, alegria, momentos de encontro e confraternização. De acordo com Jurkevics (2005), as festas configuram-se, desde os primeiros séculos de colonização, como espaço de sociabilidade, que, para a maior parte da população, se realiza fora do âmbito domiciliar, uma vez que os grandes momentos de interação social eram as festas religiosas.

As práticas católicas eram marcadas por efusivas manifestações de fé visíveis nas missas com corais, nas procissões – caminho do devoto à casa do pai – repletas de alegorias e nas festas com músicas, danças, comidas, bebidas e fogos de artifícios. (JURKEVICS, 2005, p. 74).

Nessas manifestações populares, há grandes momentos de interação social e diversão, músicas, danças, comidas típicas, momentos de encontro com a comunidade. Para Jurkevics (2005, p. 75), “as cidades e vilas, em seu conjunto, tornaram-se um palco de sociabilidades em uma época em que grandes distâncias separavam a população e os transportes eram pouco abundantes”. Ainda de acordo com a autora, “em face aos poucos

recursos de parcela considerável da população, as festas eram, possivelmente, as únicas oportunidades de descanso, prazeres e alegrias, confraternização e divertimento” (JURKEVICS, 2005, p. 75). Essa é a realidade de muitas comunidades rurais, mesmo na atualidade. São as festas religiosas que lhes propiciam momentos de alegria, fé e confraternização, e, conseqüentemente, fuga da rotina de trabalho e das obrigações do dia a dia.

3.1 Procissão: a fé que move as pessoas

Entre as manifestações religiosas de Goiás, estão as romarias, momentos de fé e devoção nos quais os fiéis fazem ou cumprem promessas por bênçãos a alcançar ou já alcançadas, tais como a cura de alguma doença ou pedidos de providência divina para algum outro tipo de problema. Milhares de pessoas, em vários lugares do Brasil, costumam participar das procissões, andando a pé muitas vezes por vários quilômetros, e, alguns casos, carregando algum símbolo da sua fé, em direção a um lugar sagrado, seja um templo, seja uma igreja. Durante o trajeto da romaria, são entoados cânticos, fazem-se rezas e orações; o devoto concentra-se naquele momento de fé, que é de grande importância para sua vida. Conforme Brandão (2004, p.132), em uma romaria há fiéis esperando o milagre em um momento de ritual, assim como outros pagam promessas pela certeza de um milagre já anteriormente realizado.

Ao contrário das romarias, em festas religiosas como a do Divino Espírito Santo e a Folia de Reis, dentre outras, não se espera a realização de milagres.

A situação de festa não se confunde com a romaria, a despeito de todo o envolvimento também festivo de alguns segmentos desta última. Ela é uma situação coletivizada de culto em louvor a um santo tido como permanentemente protetor. Não se esperam milagres nos momentos de realização de seus rituais festivos. (BRANDÃO, 2004, p. 132).

Pohl (1976), em sua estadia em Vila Boa, também teve a oportunidade de assistir a uma procissão, quando pôde notar a devoção popular em momentos de fé e oração durante as comemorações da Semana Santa.

Já antes, em 19 de abril, eu assistia a uma festa igualmente relacionada à Semana Santa, a procissão de Nosso Senhor dos Passos. Na véspera desse dia, uma estátua vestida, de tamanho natural que representava o Salvador carregando a cruz, era conduzida acompanhada de grande multidão e ao som de músicas, da Matriz para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário; ali se

comprimiam todos para beijarem o cordão com que cingia a imagem do Senhor. No dia seguinte a festa foi iniciada com missa cantada. (POHL, 1976, p. 143-144).

A presença da Igreja Católica foi algo sempre marcante durante a colonização europeia. Com o Brasil não foi diferente, pois os objetivos dos portugueses, ao conquistar a nova terra, incluíam também o desejo de expandir a fé católica e demarcar o território dominado por ela. De acordo com Moura (2015, p. 14), os territórios da Igreja Católica representam uma das mais sólidas configurações espaciais no Brasil. Ainda segundo o autor, desde a chegada dos portugueses, os territórios católicos são demarcados, mesmo com a incapacidade de se levarem os serviços religiosos a todo o país. A vinda das ordens religiosas formadas por jesuítas e franciscanos ao Brasil foi de fundamental importância para a pregação da fé católica. Ao criarem-se as colônias para a catequese de indígenas, os religiosos ensinavam-lhes não só os princípios da religião, mas também a língua portuguesa. Ademais, os padres aprendiam a língua indígena para se comunicar melhor.

Para Moura (2015, p. 82), as romarias são manifestações do catolicismo popular capazes de movimentar multidões em diversos países do mundo. São quilômetros percorridos em meio a cânticos, rezas e orações proferidos pelos romeiros. Ainda segundo o autor, no Brasil as romarias datam do século XVI, e, desde então, o ato de peregrinar gradativamente vai estendendo-se por diversos santuários pelo país.

Ao caminhar, o romeiro se renova e adquire purificação a partir do sofrimento da caminhada e do contato com o sagrado. Moura (2015, p. 85) cita, entre as grandes romarias do Brasil, a de Bom Jesus da Lapa, na Bahia; a do Divino Pai Eterno, em Goiás; a do Círio de Nazaré, no Pará; e a de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, em São Paulo.

A Igreja Católica tem sua liturgia oficial e seus sacramentos, ditados e organizados pela instituição. Para Moura (2015), o catolicismo popular surge como elaboração de coletividades, que seguem as leis gerais do catolicismo oficial, mas suas práticas ocorrem de forma singular, diferenciando-se da forma oficial e institucional. O autor faz uma distinção entre o catolicismo popular, o catolicismo formal, o catolicismo nominal ou tradicional e o catolicismo cultural ou social. Conforme explica, o catolicismo popular traz alguns elementos católicos misturados a práticas sincréticas; o catolicismo formal caracteriza o crente que tem um conhecimento doutrinal da fé cristã, que busca praticar os preceitos da religião e da moral; o catolicismo nominal ou tradicional diz respeito àqueles que restringem sua participação às festas religiosas tradicionais e às circunstâncias da vida familiar e social (batizados, matrimônios e funerais); e, por fim, o catolicismo cultural ou social é a religião do berço, a

que se pertence não por conversão, mas pelo fato de ter nascido em uma família católica (MOURA, 2015, p. 70).

A questão cultural é outro fator importante no contexto das práticas religiosas, as quais influenciam diretamente a forma como se procede em cada festejo, do início ao fim. Segundo Hoornaert (1978 *apud* MOURA, 2015, p. 70-71), “o povo tem uma cultura própria e podemos mesmo afirmar que o catolicismo popular constitui a cultura mais original e mais rica que o Brasil já produziu durante os quatrocentos e tantos anos de história”. Uma fé singular acaba sendo desenvolvida entre o povo, seus ritos e tradições são incrementados, inventados e reinventados e, com o tempo, passados de geração a geração.

Percebe-se que o catolicismo popular se desenvolve com mais força nas comunidades rurais, como é o caso da Romaria de Santa Luzia, que, a exemplo da maioria das demais romarias, reúne em sua festa principalmente pessoas das camadas mais populares da sociedade. De acordo com Moura (2015), a Romaria de Santa Luzia é organizada pela comunidade rural de mesmo nome, com o auxílio da prefeitura, que a considera como um evento importante para a população. A Igreja Católica também desempenha um importante papel nessa romaria, mas toda a organização e os detalhes ficam por conta dos membros da comunidade de Santa Luzia. Para o autor, as festas religiosas espalham-se por diversos municípios brasileiros e são manifestações do catolicismo popular capazes de movimentar multidões em diversos países do mundo.



Figura 48 - Romaria de Santa Luzia, no município de Porangatu (GO)
Fonte: Ivan Vieira- acervo pessoal.

Na Romaria de Santa Luzia, os fiéis encontram-se ainda muito cedo, às cinco horas da manhã, em frente da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, também conhecida como

“Matriz Velha”, localizada no centro histórico de Porangatu e uma das referências da arquitetura do antigo Arraial do Descoberto. Muitas vezes a romaria é realizada debaixo de muita chuva, que deixa o caminho cheio de lama, além de fazer com que o dia clareie mais tarde. A chuva, no entanto, não impede que o povo cumpra o trajeto de 20 quilômetros que separa a cidade da capela da comunidade rural, seu ponto de chegada. Ao longo de todo o trajeto, os fiéis rezam e cantam, pagando assim suas promessas e manifestando sua devoção.

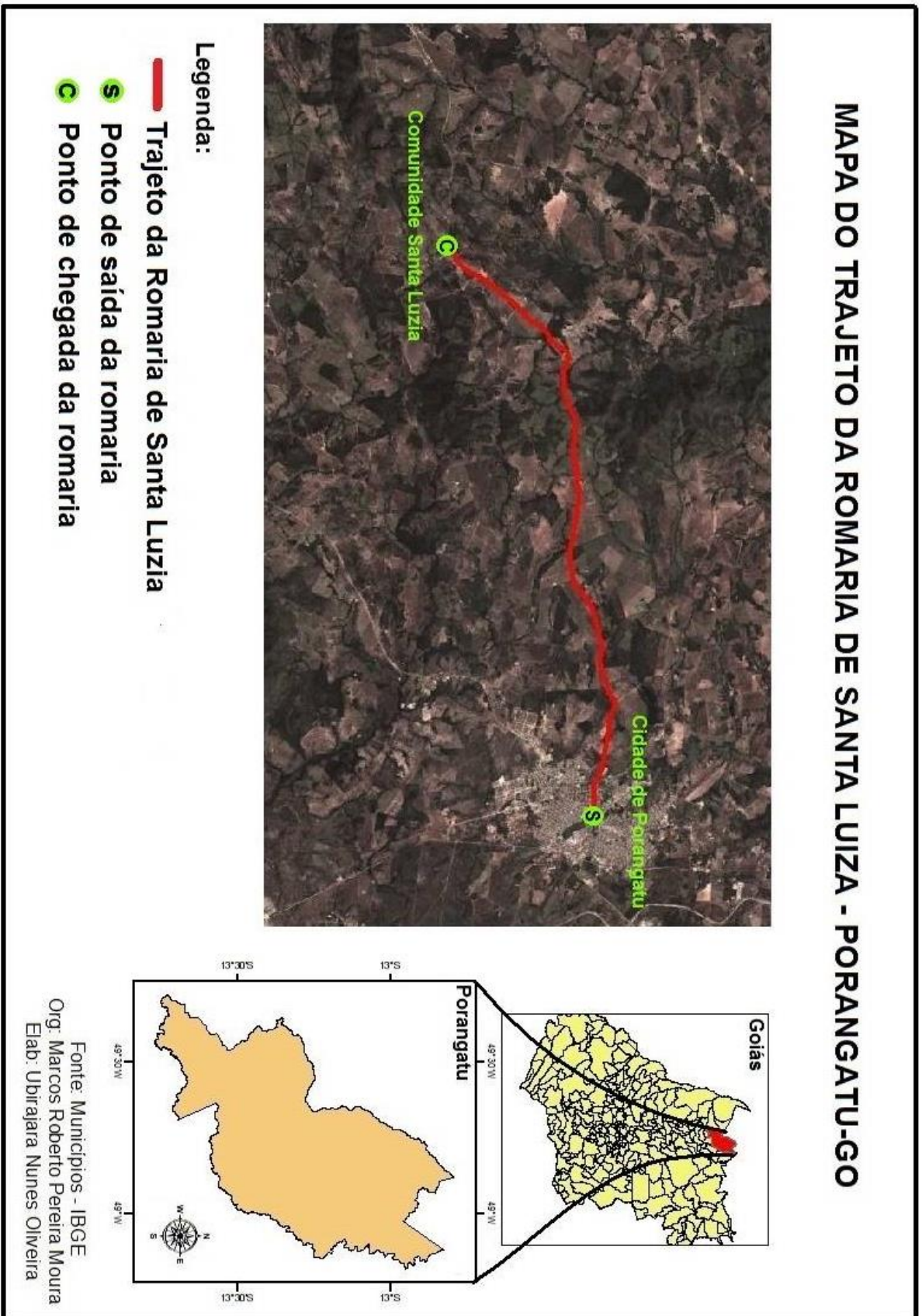


Figura 49: Mapa do trajeto da romaria de Santa Luzia.

Fonte: Ubirajara Oliveira. Organização dos dados: Marcos Roberto P. Moura, 2014

A velha Matriz, lugar de encontro para o início da romaria, é o “lugar de memória”, como descrito por Nora (1993, p. 7), pois “o sentimento de continuidade torna-se residual aos locais”, e neles “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Ali é um lugar de memória para aquela comunidade, é um lugar “onde ancora a memória” (NORA, 1993, p. 9).

A Romaria de Santa Luzia, segundo Moura (2015, p. 87), não possui um mito fundador, mas os moradores da comunidade orgulham-se do evento e acreditam que essa seja a única romaria do Brasil em homenagem a essa santa. No entanto, de acordo com o autor, festas em homenagem a Santa Luzia são realizadas, sobretudo, no Norte, no Nordeste e no Sudeste. Para Moura (2015, p. 88), no Centro-Oeste, o município de Porangatu é o único em que esse festejo toma a forma de romaria.

Na programação da Romaria de Santa Luzia constam três dias de missas e rezas em louvor à santa, celebradas na capela que leva o seu nome. No quarto dia, após as missas de preparação, acontece a romaria. Geralmente só participam das missas que antecedem o evento as pessoas da comunidade de Santa Luzia, apesar de elas serem divulgadas a todos. A maior parte dos participantes do evento, no entanto, só comparece no dia da romaria.

Quando teve início, em 2002, a romaria era chamada de Caminhada de Santa Luzia e contava com poucos participantes. Porém, de acordo com a ata da primeira caminhada, pesquisada por Moura (2015, p. 90), existia o desejo de repetir a experiência, dando-lhe continuidade. O idealizador da primeira caminhada foi o então prefeito da cidade de Porangatu, José Osvaldo, que contou com a ajuda do comerciante João Milagre. Após as primeiras caminhadas, o evento tornou-se conhecido e ganhou vários devotos em Porangatu e nos municípios vizinhos.

Moura (2015, p. 91) relata que da primeira peregrinação participaram 126 fiéis, de acordo com a ata organizada pelo grupo. Entretanto, relatos orais mostram que apenas 70 pessoas percorreram os 20 quilômetros do percurso entre Porangatu até capela de Santa Luzia. Como ocorre em outras manifestações religiosas, os devotos de Santa Luzia têm ali momentos de fé e entrega, colocando seus pedidos, pagando suas promessas, agradecendo as bênçãos recebidas, fazendo seus pedidos, rezando por sua família. Há todo um ritual, no qual se mostra a devoção e a fé na santa.

É intrigante identificar, na gama de maneiras de se envolver e participar dos festejos, as diferentes formas de estar na festa. Por isso o ponto de partida foi centrado em determinados rituais da festa, [...] de modo que as ações ritualísticas tenham as dimensões sociais e simbólicas articuladas para

atribuir sentido à realidade e à compreensão do mundo circundante, bem como à vida e aos festejos. (LOBO; MAIA, 2011, p. 150).

A Romaria de Santa Luzia, assim como muitos outros eventos religiosos ou não, são “tradições inventadas”, conforme expressão utilizada por Hobsbawm (1997). De uma peregrinação iniciada com poucos fiéis, surge, após alguns anos, uma romaria que ganha novos adeptos a cada ano e se tornou um evento de grande importância para a comunidade católica do município de Porangatu.

O termo “tradições inventadas” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBBSAWM, 1997, p. 9).

Há várias maneiras de se estar na festa: por curiosidade, para conhecer os detalhes daquele acontecimento ou, o mais comum, para pagar uma promessa feita no ano anterior, cujo resultado tenha sido alcançado por meio de uma graça da santa. Há, ainda, os que demonstram sua fé e devoção participando dos preparativos do evento e das missas que antecedem a romaria. Enfim, cada pessoa que vai à romaria tem um motivo para estar ali, tem uma razão para estar na festa.

Moura (2015, p. 93) afirma que a estrada que liga as comunidades e propriedades rurais à cidade de Porangatu torna-se, nessa época, um caminho sagrado. Ou seja, aquele caminho tão comum para aquela comunidade uma vez ao ano adquire um novo sentido, ganha um novo simbolismo.

Entretanto os significados só podem ser “armazenados” através de símbolos: uma cruz, um crescente ou uma serpente de plumas. Tais símbolos religiosos, dramatizados em rituais e relatados em mitos, parecem resumir, de alguma maneira, pelo menos para aqueles que vibram com eles, tudo que se conhece sobre a forma como é o mundo, a qualidade de vida emocional que ele suporta, a maneira como deve comportar-se quem está nele. (GEERTZ, 2008, p. 93).

Um dos símbolos mais usados pelos católicos para a demonstração da sua fé é a cruz, presente nas imagens de Cristo localizadas no interior das igrejas, nos materiais ligados às liturgias e na fachada do próprio prédio. A exemplo do que ocorre em outras romarias, Moura (2015) conta que no município de Porangatu há um senhor, conhecido por João Milagre, que carrega uma cruz pelo trajeto da matriz Nossa Senhora da Piedade até a capela de Santa Luzia, onde culminam os festejos da romaria. Segundo o autor, a cruz carregada por ele não é

tão grande nem tão pesada, mas, de toda forma, transportá-la por 20 quilômetros é algo que demanda esforço, além de pesar “sobre o objeto de madeira forte carga simbólica”. (p. 126). A cruz de João Milagre torna-se símbolo de sua devoção, fé e respeito, demonstrando ele essas características ao carregá-la pelo trajeto.

Há devotos que demonstram sua fé de forma diferente e participam do evento dando suporte aos romeiros, oferecendo-lhes água ou comida, um modo que acreditam também agradar a santa, assim como os que cuidam da decoração da capela e da recepção dos romeiros na chegada à comunidade. Na caminhada de fé, cada pessoa busca, à sua maneira, estar perto simbolicamente do sagrado ou mesmo fazer parte dele ao demonstrar sua forma de adorar, quer seja carregando uma cruz e caminhando descalço, quer seja só participando da romaria, sem nenhum sacrifício a mais. Ao seu jeito, o fiel demonstra sua fé na ritualidade dos festejos da romaria.

As festas de romaria configuram momentos de integração e interação de caráter político, religioso e simbólico, nos quais diferentes segmentos sociais podem reafirmar seus laços de solidariedade ou não, gerando tensões. Cada participante traz consigo internalizado os motivos de sua participação, amplamente variáveis e correlacionados com fatores diversos, produzindo as ações e realizações próprias das atuações e inter-relações, costurando o tecido que compõe o evento. (LÔBO; MAIA, 2011, p. 15).

Ao chegarem à capela de Santa Luzia, no final da caminhada, os romeiros são recebidos por outros devotos, que cuidam de preparar o espaço sagrado para o dia da festa. Há, ainda, muitos que fazem o percurso de automóvel e só participam da missa e das orações na capela. Perto da capela, os romeiros são recebidos com a imagem da santa, segurada por uma moça da comunidade. Para Moura (2015, p. 106), esse gesto confere mais uma conotação à dinâmica do encontro com o sagrado, pois, sob essa ótica, a santa não espera passivamente pelo encontro, pois também “caminha” nas mãos de uma devota, indo ao encontro dos romeiros. Nesse contexto cheio de rituais, os devotos sentem que seu dever foi cumprido e muitos levam para a sala dos milagres alguns objetos que representam o motivo do seu agradecimento: são os denominados ex-votos.

Na comunidade de Santa Luzia localiza-se uma pequena sala, ligada ao prédio construído para dar apoio médico aos romeiros. Nesta sala, ao lado de todas as cruzes que João Milagre deixara, estão os ex-votos, imagens de Santa Luzia, fotografias, peças de roupas, bandeiras, entre outros objetos. (MOURA, 2015, p. 108).

As características da sala dos milagres da capela da comunidade de Santa Luzia são bem parecidas com a de outros locais de romaria, por exemplo, com a de Trindade. Segundo

Carvalho (2009, p. 33), existe no Santuário do Divino Pai Eterno um espaço em que são expostos diversos objetos que remetem aos milagres alcançados, entre os quais estão fotos, aparelhos ortopédicos, cadeiras de roda, dentre outros.

Ao término dos rituais na capela de Santa Luzia, após fazerem suas orações, seus pedidos e agradecimentos, é hora de os devotos retornarem. De acordo com Moura (2015), muitos não ficam para a missa, pois boa parte deles saem em romaria antes que o padre dê a benção, e retornam antes do início da missa pois, para esses romeiros, a benção da santa é o mais importante que a do padre e eles já a receberam. Isso mostra que a romaria e os atos dos romeiros não estão ligados à liturgia da Igreja, e sim à forma de devoção estabelecida por eles próprios.

É comum, nessas festas religiosas com grande aglomeração de pessoas, a movimentação do comércio tradicional e das barraquinhas instaladas ao longo do trajeto da romaria. Em Trindade, por exemplo, o comércio é bem intenso e acaba por misturar os interesses econômicos e religiosos no mesmo espaço. Carvalho (2009, p. 76) afirma que já em 1970 era possível constatar que os primeiros a chegar à Trindade foram os exploradores comerciais. Segundo o autor, o comércio acabou se intensificando de tal forma em Trindade que até os banhos passaram a ser cobrados. O intenso fluxo de romeiros que chegavam à cidade todos os anos fez com que o local se tornasse um foco comercial nesse período. Ali se misturam devoção, diversão e comércio no mesmo lugar. Pessoa (2005 *apud* CARVALHO, 2009, p. 80) vai mais longe ao dizer que,

mesmo diante dos problemas relacionados, não é possível conhecer uma festa popular em Goiás sem barraquinhas coloridas, onde são comercializadas diversas mercadorias, como roupas, brinquedos, comida, bebidas etc. São comuns também os jogos de azar.

Para Carvalho (2009, p. 80), “os fiéis percorrem as barraquinhas com a mesma fidelidade em que cumprem a obrigação religiosa. Há também a presença de ‘artistas’ anônimos, prostitutas e pedintes”. Segundo Berger (1973 *apud* JURKEVICS, 2005, p. 74), “no campo religioso, pela festa, tanto no sagrado quanto no profano, todas as coisas se reconciliam”. A festa faz romper a rotina do dia a dia, e o participante vive momentos de diversão, alegria e celebração da vida. Há momentos de sociabilidade, confraternização e fé. Há, na festa, respeito à tradição, uma vez que o evento religioso acaba se tornando também um evento cultural de grande significado para quem dele participa.

Assim se configuram as festas brasileiras desde os primeiros séculos de colonização. O espaço de sociabilidade, para a maior parte da população, se realiza fora do âmbito domiciliar, uma vez que os grandes momentos de interação social eram as festas religiosas. As práticas católicas eram marcadas por efusivas manifestações de fé visíveis nas missas com coreis, nas procissões – caminho do devoto à casa do pai com músicas, danças, comidas, bebidas e fogos de artifício. (JURKEVICS, 2005, p. 74).

No que se refere à Romaria de Santa Luzia, de Porangatu, existem alguns aspectos diferentes. Conforme pesquisa feita por Moura (2015, p. 115), nessa romaria não há comercialização de bebidas alcoólicas, proibida até mesmo nas proximidades de seu trajeto. É permitida a venda apenas de refeições, sucos e lanches, em barraquinhas que ficam ao longo da estrada até a capela de Santa Luzia e que são dirigidas por voluntários, membros da comunidade urbana da paróquia. O dinheiro arrecadado com as vendas é revertido para a própria comunidade de Santa Luzia.

Muitos encontram, nas doações de alimentos aos romeiros, uma forma de participar da festa e agradar a santa, ação praticada por alguns agropecuaristas da região e por membros da comunidade. Na romaria de 2014, conta Moura (2005, p. 202), um senhor da região cumpriu promessa feita à santa de doar pastéis aos romeiros. O autor conta também que, “nos primeiros anos da romaria, um almoço era servido gratuitamente aos romeiros, realizado com recursos da comunidade de Santa Luzia” (p. 115). Por ter crescido muito o número de romeiros, o fornecimento da refeição foi suspenso, tanto por conta das despesas, que ficaram altas, como pelo fato de o trabalho de quem a preparava e servia ter-se tornado muito intenso, impedindo, muitas vezes, que essas pessoas participassem da celebração da missa.

A Romaria de Santa Luzia, no município de Porangatu, ainda não atraiu um grande fluxo de romeiros, como outras grandes romarias do país. Preserva bem seu ritual religioso, e o comércio e a diversão ainda não são fatores de grande destaque. Há as barraquinhas que vendem artesanato, roupas e outros artigos, mas é um comércio pequeno e simples.

Os fiéis que ali vão, em sua grande maioria, preservam o espírito de devoção e respeito religioso à festa. Demonstram concentração e fé no ato da peregrinação, nas rezas e nos cantos que fazem durante todo o caminho. Na Romaria de Santa Luzia, desde seu início até os dias atuais, preserva-se o verdadeiro sentido da devoção e da tradição religiosa.

Dessa forma, os símbolos sagrados relacionam uma ontologia e uma cosmologia com uma estética e uma moralidade: seu poder peculiar provém de sua suposta capacidade de identificar o fato com o valor no seu nível mais fundamental, de dar um sentido normativo abrangente àquilo que, de outra forma seria apenas real. (GEERTZ, 2008, p. 93-94).

Em Porangatu, a Romaria de Santa Luzia tem grande significado para a comunidade que leva o nome da santa e para as comunidades urbanas que também dela participam. A experiência de fé vivida pelos romeiros traz-lhes a alegria de cumprir seu dever com a santa de que são devotos. A fé fortalece o devoto para suas lutas, pois ele acredita poder contar com o poder divino nas horas difíceis. A devoção na romaria significa participação nessa relação de fé, como forma de agradecimento e cumprimento de suas promessas.

Porangatu atualmente continua com suas tradicionais festas religiosas, vividas de maneira um pouco diferente, mas que ainda preservam algumas lembranças do passado. “Segundo alguns moradores de Porangatu, a fé católica foi um dos motivos que influenciou o surgimento do município. Isso vem dos tempos mais remotos, e as atividades folclóricas marcaram o início das devoções ao templo da Piedade” (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/5/2002, p. 3).

A “Praça Velha”, como é chamada o antigo Descoberto, é ponto de referência para duas festas importantes para a comunidade porangatuense: a Romaria de Santa Luzia, que ocorre há 13 anos, tendo como ponto de partida a velha Matriz do antigo Descoberto, e que percorre o trajeto de 20 quilômetros até a comunidade rural de Santa Luzia. Outra festa de destaque, que é realizada há 36 anos, é o Arraiá do Descoberto, uma festa profana, mas que marca a cultura do povo da cidade.

3.2 A quadrilha como momento de encontro social: as primeiras manifestações

Para se compreender melhor a importância da cultura imaterial para uma pessoa ou um grupo, conforme Santos (2004), é preciso vivenciá-la no meio em que ela é apresentada, estar no meio desse grupo, participar junto, para sentir de perto a valorização dada a essa manifestação cultural e o porquê de ela ser importante para essa comunidade. Conforme o autor, relembrar vivências, situações e ambientes ajudam a entender o significado das coisas ao redor. Ele cita seu próprio exemplo e afirma que, ao lembrar-se de sua infância, adolescência, das profissões que desenvolveu no decorrer dos anos e de seus questionamentos filosóficos, com as leituras de Sócrates e da mitologia grega, percebeu que todas essas questões já alimentavam seu diálogo com a filosofia e passaram a ter uma dimensão um pouco mais concreta.

Para Santos (2004), portanto, existem questões cujos significados só são entendidos se vivenciados de perto, pois muitos fatores que os determinam, bem como os valores das coisas ou dos lugares, não são visíveis, permanecem de forma subjetiva.

Por vezes procuramos fatores, explicações determinantes das coisas vividas, das coisas tangíveis, e, em verdade, tudo aquilo que organiza, que regra, aquilo que nos possibilita as evidências, por sua vez, não é tangível, não é visível e, apesar disto, reina sobre tudo. (SANTOS, 2004, p. 140).

As festas, as comemorações e as formas de confraternizar de uma comunidade têm seu simbolismo, seu significado para as pessoas que delas participam. Para entender essa importância, é preciso mergulhar nesse mundo e absorver os sentimentos de pertencimento que eles têm com sua cultura imaterial. “Como posso ter acesso a esse universo de sentimentos senão através das pessoas, senão através daqueles que, de uma certa forma, herdaram ainda essa produção simbólica de sentidos?” (SANTOS, 2004, p. 140).

A festa junina não é originalmente brasileira. De acordo com Campos (2007, p. 590), “os estudiosos situam as origens das comemorações juninas entre os povos arianos e os romanos, na Europa, na Idade Antiga desde priscas eras”. Segundo ele, essas festas eram consideradas como parte dos rituais de celebração da passagem para o verão. A população rural promovia as festas para afastar os espíritos maus que provocavam a esterilidade da terra, as pestes nos cereais e as estiagens.

Abreu e Soihet (2003, n.p.) afirmam que a história das festas juninas no Brasil ainda está por ser escrita, mas que se caracterizam, desde sua origem, por ser uma mistura de tradições e mitos cristãos com tradições pagãs. A tradição popular, segundo Chianca (2009) conta que o fogo foi a forma que Isabel encontrou para comunicar seu parto a Maria, sua prima, que na época estava grávida de Jesus. Ainda conforme a autora a Igreja Católica vinha se esforçando, desde o século XIV, para doutrinar a população da Europa Ocidental, que permanecia ligada aos rituais pagãos, como os cultos solares e lunares, associados à vida agrícola. Uma forma de fazer os eventos pagãos passarem a ser cristãos foi dar novo significado a eles. Assim se justificava o uso das fogueiras nas festas juninas.

As festas juninas sempre foram rodeadas de muitos mitos fundadores, e no Brasil tornou-se uma manifestação cultural de grande repercussão, que ocorrem em pequenas e grandes cidades, nos bairros e nas escolas. Atualmente, essas festividades realizadas no mês de junho não mostram mais religiosidade. Trata-se, tradicionalmente, de uma festa com música, dança de quadrilhas, comidas típicas, leilões, bebidas e muita diversão. Não há momentos de rezas ou orações ou qualquer coisa que se relacione com a religiosidade e com a devoção aos santos, como ocorre com o Arraiá do Descoberto, na cidade de Porangatu (GO).

É uma festividade que já se tornou um importante elemento da cultura imaterial do Brasil. Conforme Santos (2004, p. 141), “o patrimônio cultural imaterial de uma nação

engloba todas as formas tradicionais e populares de cultura transmitida oralmente ou por gestos, que como passar do tempo são modificadas pelo processo de recriação coletiva”. A cultura imaterial, segundo o autor, envolve as relações humanas, as festas, os cultos religiosos e os saberes desenvolvidos nessa produção simbólica.

A cultura imaterial de um povo possui significados e é preservada de geração para geração, mesmo quando se trata de uma “tradição inventada”, como descrito por Hobsbawm (1997). Esse é o caso da festa junina Arraiá do Descoberto, que se constitui como uma cultura imaterial da cidade de Porangatu e marca parte da história de muitas famílias que ainda vivem na “Praça Velha”.

Muitas pessoas vêm a festa como uma grande tradição popular da cidade, como se ela tivesse surgido juntamente com o Arraial do Descoberto no período do ouro. Mas, na realidade, trata-se de uma festa que surgiu há 36 anos, com um pequeno número de moradores do bairro Nossa Senhora da Piedade, onde surgiu o antigo Descoberto. De acordo com Hobsbawm (1997, p. 12), “a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”.

Entre exemplos de tradições inventadas, Hobsbawm (1997), destaca a tradição das Terras Altas da Escócia, cujos moradores usam adereços para reafirmar sua identidade nacional. “Usam o saiote (kilt), feito de um tecido de lã axadrezado (tartan), cuja cor e padrão indicam o ‘clã’ a que pertencem, e quando se entregam ao prazer da música, o instrumento utilizado é a gaita de foles” (HOBBSAWM, 1997, p. 25). O autor destaca que o povo da Escócia tem “tal parafernália” como objetos muito antigos, mas que, na realidade, eles são bem modernos e que, na tradição específica das Terras Altas, não passa de uma invenção. Várias questões envolveram a criação dessa tradição escocesa, mas o que o autor destaca é a crença que o povo escocês tem de que todas essas características foram desde sempre assim, ou seja, tradições que surgiram juntamente com o povo.

No que diz respeito aos rituais da nobreza britânica, Hobsbawm (1997) afirma que a questão da tradição é vista de forma bem parecida com a dos escoceses. Para os britânicos, segundo o autor, a ideia de que toda ritualidade que envolve as cerimônias reais sempre ocorreu de forma perfeita, com toda pompa e luxo possível, e sempre apreciada e aplaudida pelos súditos da coroa.

“Todo o fausto e magnificência de uma tradição milenar”; “um espetáculo que perdura há séculos”; “a precisão que é o resultado de séculos de transição”; “os ingleses são verdadeiros especialistas em matéria de

cerimonial” são frases usadas por locutores e jornalistas contemporâneos para descrever os grandes cerimoniais da monarquia. (HOBSBAWM, 1997, p. 112).

Assim como os escoceses, os britânicos acreditam que a tradição que envolve a realeza é milenar, ou que praticamente sempre existiu.

Já a festa junina do Arraiá do Descoberto é uma tradição inventada, um evento que tomou novas formas com o tempo. De atividade idealizada por um pequeno grupo de moradores do lugar e que envolvia de início sobretudo crianças, tornou-se com o passar dos anos uma festa muito importante para todos os moradores da cidade. Ao discorrer sobre cultura imaterial, Santos (2004, p. 141) afirma que “ela somente continua – e eu somente tenho acesso a ela – enquanto ela se produz, ou ainda, através de algumas outras formas de registros de como ela se produz, em seu próprio processo”.

O Arraiá do Descoberto tornou-se parte da história das famílias da “Praça Velha”, um evento significativo para o lugar. A quadrilha, dançada por jovens e idosos, é um momento de alegria e descontração, de encontro de gerações em torno de um objetivo, dançar.

Dançar implica muito além do ato mecânico da execução do movimento corporal, pois traduz linguagens que emanam significados. Em se tratando das danças de grupos e comunidades tradicionais, há diversas nuances no decorrer histórico, pois as danças constituem-se como parâmetros fundamentais na construção e manutenção das relações sociais e culturais, pois essas se concretizam no cotidiano, enfim nas práticas sociais. As festas são compostas de danças, e nelas encontramos teatralizações e encenações [...]. (ANJOS, 2013, p. 13-16).

Para Abreu e Soihet (2003, n.p.), “sem dúvida, as festas, sejam religiosas, sociais ou carnavalescas, ocupam um lugar especial na nossa sociedade e nas diversas formulações sobre a identidade dos brasileiros”. A importância das festas tradicionais de um lugar vem do sentimento de pertencimento, de uma ligação emocional com ele, da memória que remete a outros tempos e momentos que marcaram a história da gente que ali vive e convive com a festa.

A festa pode parecer insignificante, quando se observa de um modo superficial ou generalizado, porém veremos que é geradora de contextos históricos e permite, pelo simbolismo nela contidos, dar continuidade às diversas tradições e significados culturais de um povo. (ANJOS, 2013, p. 16).

As quadrilhas do Arraiá do Descoberto eram totalmente organizadas pelos moradores da “Praça Velha” e realizadas na praça da Matriz Velha. De acordo com os moradores do

lugar, a festa junina do Descoberto começou com um senhor que queria ensinar os paços da quadrilha para as crianças. Ali mesmo na praça ensaiavam, tudo parecia uma brincadeira, até que foi se tornando rotineiro, e no mês de junho no período das festas juninas passaram a apresentar essa quadrilha, a cada ano ela ficava maior. Todos os anos se faziam as fogueiras em homenagem a São Pedro e São João nas portas das casas, e ali ornamentavam, dançavam a quadrilha, montavam barraquinhas em baixo do pé de manga, levavam comidas típicas, e muita alegria. (Ver Figuras 50, 51 e 52).



Figuras 50, 51 e 52 - Quadrilha dos idosos no Arraiá do Descoberto.
Fonte: Ivan Vieira - acervo pessoal.

Mas a festa cresceu muito e a praça tornou-se pequena para a quantidade de pessoas que dela participavam, haja vista que, depois de um tempo, não só os moradores daquele bairro se envolviam, mas também gente de todos os bairros e até de outras cidades.

Com o crescimento da festa, a Prefeitura acabou assumindo sua organização e a transferiu para a “Praça do Milagre”, que também fica no bairro Nossa Senhora da Piedade, mas possui um espaço maior.

Ora, o bairro é quase uma definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo,

de todo mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço. (MAYOL, 2013 p. 40).

O Arraiá do Descoberto, com suas tradicionais quadrilhas de idosos, jovens e crianças, conta com várias barracas de comidas típicas, leilões e shows nos dois dias de festa. Não só o local da festa fica ornamentado, mas também o centro da cidade ganha cara nova, com muitas bandeirolas coloridas e faixas que anunciam a festa com muitos dias de antecedência.

A quadrilha dançada nos velhos arraiais era uma forma de confraternização entre os moradores, as famílias. Para muitos, atualmente já não há mais esse sentido na festa, mas que nem por isso perde seu brilho e tradição. No entanto, alguns ainda sentem saudade da festa quando era na outra praça e da forma como ela ocorria.

Mesmo o Arraiá do Descoberto ainda sendo uma festa importante para os moradores do lugar, muitos deles sentiram falta de muitas das características que se perderam quando ela passou a ser organizada pela prefeitura e mudou para a “Praça do Milagre”. Muitas mudanças ocorreram no decorrer do tempo e, para os velhos moradores do Descoberto, a festa já não era mais a mesma.

Há 19 anos os moradores da “Praça Velha” organizaram uma nova festa junina, no mesmo local onde era realizada antes, no largo da Matriz. Para manter as raízes da velha festa junina, ensaiam-se as crianças com os paços da quadrilha que era dançada antigamente. Todos os moradores da praça participam, com a ornamentação, organização das barracas, com os alimentos que levam. Há momentos de oração, da reza do terço e é claro, a apresentação da quadrilha e os momentos de confraternização, onde sentam para conversar relembrando os velhos tempos. Nessa festa só participam os moradores de parte do bairro Nossa Senhora da Piedade, mais especificamente aqueles que se concentram ali no núcleo fundacional, no entanto a festa tem ficado cada ano mais movimentada, com a vinda de parentes de outros bairros e até de outras cidades. No final da festa todos colaboram com a limpeza e organização, já planejando a do próximo ano, com o sorteio da família que ficará encarregada de está à frente dos preparativos, mas contando com a ajuda de todos os participantes.

Hobsbawm (1997, p. 12) enfatiza a questão das transformações em relação às tradições:

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas” tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as

velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostra de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.

Descontes com as mudanças nas características do Arraiá, moradores do Descoberto criaram uma nova festa, seguindo os velhos padrões e destinada à nova geração. Os moradores se reúnem e eles mesmos organizam a festa junina na porta das casas que ficam ao redor da Praça da Matriz, como era antigamente. Fazendo isso, conservam as características que marcavam as primeiras festas juninas do lugar. Essa iniciativa remete ao que diz Hobsbawm (1997, p. 14), de que o mais interessante é a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais.

O Descoberto é, para aquele povo, um lugar de saudade, de boas lembranças, onde eles desejam manter vivas suas manifestações culturais, a proximidade entre os vizinhos, os parentes e os amigos. Por isso, em relação ao Arraiá do Descoberto, não se trata apenas de mais uma festa, como também não é só uma praça; é uma parte de sua vida, é sua história contada naquelas ruas, naquelas casas, naquela festa. Para essas pessoas, as festas representam muito, simbolizam tanto o passado como o presente de valorização do bairro e dos moradores, além de sinalizarem para o futuro do lugar.

A festa junina do Arraiá do Descoberto marca não só um evento cultural de importante representatividade para a cidade; é também o lugar como símbolo da festa e a festa como símbolo do lugar. “Portanto, aquele espaço, o lugar onde se produzem essas práticas simbólicas e onde as trocas simbólicas ocorrem; as festas, os mercados, os santuários etc. Nesse caso a intenção é de preservar esses locais” (SANTOS, 2004, p. 141). A festa do Descoberto é um patrimônio cultural imaterial da cidade de Porangatu. Certeau (2014, p. 184) afirma que “o espaço é um lugar praticado”, e, por isso, a “Praça Velha” ou a “cidade velha” tornam-se os lugares praticados pela festa, pelas vivências, pelo dia a dia daquele povo.

O Arraiá do Descoberto não é o mesmo dos primeiros anos, haja vista que a sua organização e a sua composição foram acrescidas de novos elementos. Mas é a festa do Descoberto, é a festa junina da cidade de Porangatu, que, por mais que tenha passado por mudanças, ainda é referência para a população. Ela representa a cultura da cidade, passada de geração para geração, uma marca cultural daquela comunidade. Seja na “Praça da Matriz” ou na “Praça do Milagre”, é a festa do Descoberto, é a festa do povo de Porangatu, naquele lugar.

CONCLUSÃO

A partir da definição de lugar e sua relação com a memória, atribui-se o significado de lugar e das vivências e experiências que o indivíduo ou o grupo têm com o espaço ao longo do tempo. No lugar está a história individual de cada um, sua memória, mas também os momentos vividos coletivamente. São as pessoas, portanto, que dão ao espaço o sentido de lugar.

O entendimento sobre a formação do Arraial do Descoberto, o núcleo fundacional da cidade de Porangatu, implica a consideração de vários fatores que estão intimamente relacionados com a urbanização de Goiás. O desejo da Coroa portuguesa de expandir o território brasileiro trouxe para Goiás os bandeirantes paulistas, que com suas expedições traçaram a história deste sertão. No contexto da formação da capitania de Goiás é que surgem os arraiais como povoações para dar suporte a bandeirantes e a pessoas que também migravam para a capitania em busca de ouro.

Em meio a inúmeros outros arraiais surgidos no território goiano, funda-se o Arraial do Descoberto da Piedade, localizado no Sertão de Amaro Leite, entre os rios Santa Tereza, Rio do Ouro e Cana Brava. Um pequeno arraial que superou a crise da mineração, as dificuldades naturais do seu território, como a distância da capital Vila Boa, as estradas em condições precárias e a resistência dos índios Canoeiro em abandonar suas terras, dentre outros fatores. Mas sua localização no caminho entre Vila Boa e as terras do atual estado do Tocantins, e a instalação dos presídios militares tornaram-se fatores de extrema relevância para que um simples lugar construísse uma história e se formasse uma cidade.

O presente trabalho, intitulado *A História de um lugar: o núcleo fundacional de Porangatu*, constitui-se de uma investigação sobre o surgimento de um pequeno arraial que ficava em uma região muito citada pela historiografia goiana, o Sertão de Amaro Leite. Era um lugar percorrido por diversas expedições, onde existiam vários arraiais, com uma paisagem natural exuberante, a presença de rios como o Maranhão, Santa Tereza, Cana Brava, Rio do Ouro, e localizado no caminho para o extremo norte, para as terras onde se localizam os rios Araguaia e Tocantins. Um vasto território de grande importância para a Capitania de Goiás.

O Descoberto deve sua formação à corrida do ouro do século XVIII, como ocorrido com outros arraiais de Goiás, mas sua produção aurífera não se mostrou significativa para a capitania, pelo menos não a ponto de se destacar na historiografia goiana. Mas o pequeno arraial manteve-se de pé após a crise do ouro, graças à implantação dos presídios militares e,

mais tarde, com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região, que garantiram que esse núcleo urbano se constituísse como a cidade de Porangatu, que foi elevada a município em 1948.

No século XVIII, Anhanguera descobre as terras da Capitania de Goiás, iniciando o processo de expansão do território. O Sertão de Amaro Leite foi descoberto na década de 1740, e a partir daí as expedições rumo às margens do Araguaia e aos arraiais de Natividade, Arraias, entre outros, já haviam se tornado frequentes. Na década de 1760, é formada a fazenda Pindobeiras, entre outras compradas por padres jesuítas com o dinheiro das ofertas dos fiéis e que eram destinadas à construção do Recolhimento das Ursulinas, um convento no Maranhão. Ao que parece, foram nas terras da fazenda Pindobeira que surge o Arraial do Descoberto da Piedade, ainda no século XVIII. Deve sua origem à descoberta de uma mina de ouro, onde o metal era encontrado em abundância, e seu povoamento, às pessoas atraídas pela possibilidade de enriquecimento.

No Descoberto, a febre do ouro durou bem pouco tempo, pois logo suas jazidas se esgotaram. Nas descrições feitas por Cunha Mattos ([1874] 1979) sobre os arraiais da capitania em 1783, o Arraial do Descoberto nem é mencionado. Se realmente a produção aurífera do Descoberto foi grande, ela deve ter ocorrido por um período muito curto, pois são raríssimas as referências ao arraial, que não se destacava pela abundância de suas minas, senão pelas histórias dos próprios moradores.

No século XIX, o Descoberto caracterizava-se pela simplicidade, com poucas casas e uma população que diminuía por causa do abandono das minas e os ataques dos Canoeiro, tribo indígena que dominava a região. Por causa dos Canoeiro e dos problemas com o contrabando, era cada vez maior a necessidade de construção de presídios militares para incentivar o povoamento e o controle dessas terras, e dar segurança ao comércio e à navegação, principalmente no rio Araguaia. Os presídios, além de garantirem a segurança da região onde foram construídos, foram o núcleo de formação de novos povoamentos, cujos habitantes, em sua maioria praças, plantavam e criavam animais para seu sustento.

O presídio de Santa Cruz foi criado em 17 de fevereiro de 1855, entre o Descoberto da Piedade e a povoação do Peixe, às margens do rio Canabrava. A partir daí a economia no Descoberto ganhou novos rumos, não mais com base na extração do ouro, e sim com a criação de gado e a agricultura. A segurança proporcionada pelo presídio e o desenvolvimento da agropecuária deram ao Descoberto força para se firmar.

O arraial teve uma configuração bem semelhante à que apresentavam os arraiais e vilas de Goiás. Com base em um sistema bipolar, possuía o largo da Igreja Matriz e, a partir

dele, organizavam-se as ruas do arraial. O largo da Matriz, ao que parece, ligava-se à capelinha que existia na Rua Dunga, a principal entrada do Descoberto. Essa configuração perdurou durante todo século XIX. Na metade do século XIX, o Descoberto já formava o centro histórico da cidade de Porangatu. O lugar foi denominado bairro Nossa Senhora da Piedade, e durante a segunda metade do século XIX e início do século XX teve seu espaço ampliado, com a abertura de novas ruas e praças.

Ainda nos dias atuais, esse núcleo histórico apresenta características da sua formação original. No século XXI o Descoberto da Piedade, ou “Praça Velha”, mantém a configuração de suas ruas e, na arquitetura das residências e edifícios que ainda resistem ao tempo, as características de quando ainda era um arraial. É possível ver o antigo Descoberto naquele lugar de hoje, diferente, mas ainda com as marcas que contam sua história e trazem à lembrança o tempo que já se foi, mas que ainda permanece na memória dos seus velhos moradores.

Essas marcas estão no traçado das ruas, na arquitetura das casas, na Igreja Matriz no centro da praça, no velho casarão, atualmente abrigando o museu municipal, e em outros prédios conservados pela prefeitura, tal como o de uma antiga pensão. As características gerais do lugar fazem lembrar o passado em cada detalhe, nos aspectos físicos e até mesmo no dia a dia do bairro, com sua calma, a intimidade que os moradores têm entre si tão diferentes do resto da cidade, mesmo nas festas religiosas ou profanas que ocorrem no bairro.

Na atualidade, o Descoberto tem o status de centro histórico de Porangatu e é nele que ainda se realizam as festas religiosas da velha Matriz, que se tornou o ponto de partida da Romaria de Santa Luzia, uma das manifestações culturais e religiosas mais marcantes da cidade. No Descoberto é realizada há décadas a festa junina que leva seu nome, Arraiá do Descoberto. São festas que marcam a importância desse lugar para a comunidade que nele vive e que continua a usar esses momentos para se socializar. São esses elementos dos antigos traçados urbanos, das características arquitetônicas que manteve nesses séculos de história, assim como as práticas sociais, que fazem lembrar do lugar que foi e que hoje está ameaçado.

Ao andarmos pelas ruas do bairro, temos a sensação de estarmos em outro tempo. As características antigas, ainda presentes, dão o ar de passado ao lugar de hoje. O Poço do Milagre permanece sempre cheio, nunca seca, mas atualmente fica só como uma lembrança dos dias em que abastecia a população do Descoberto. Hoje sua água não é mais utilizada para o consumo da população, pois o poço tornou-se apenas um símbolo da história da cidade, pois sempre que ela for contada, vai-se ouvir falar do Poço do Milagre, da sua água doce, que contrastava com as encontradas nas demais fontes de água salobra que havia no Descoberto.

Infelizmente o Descoberto da Piedade, ou “Praça Velha”, não está sendo preservado como deveria. Os edifícios que foram comprados pela prefeitura passaram por reforma ou restauração, mas as propriedades particulares não têm o mesmo destino. Algumas estão abandonadas, outras já foram demolidas ou estão caindo aos poucos, e há também aquelas que passaram por reformas que lhes retiraram as características de construções antigas.

Para os moradores, não é fácil enfrentar essa questão da preservação, pois não há verbas destinadas a esse fim e muitas casas não têm mais condições de moradia, pois estão em estado bem degradado. A maioria dos antigos donos das residências do Descoberto já faleceu, e seus descendentes não têm interesse ou condições de fazer a preservação dessas construções. Pouco a pouco, o Descoberto vai-se perdendo diante das novas construções do bairro, que alteram sua imagem.

A memória do Descoberto deve ser preservada para que não morra, e para isso é necessário que haja meios para que a história desse lugar possa ser passada para as próximas gerações. E o meio para isso são as pesquisas sobre o lugar, a busca pela preservação das características do centro histórico, mediante parceria entre comunidade, universidades e escolas locais com o poder público municipal.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de história, conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. <http://www.museucasadopontal.com.br/sites/default/files/artigos/pdf/Artigo%203%20%20Martha%20Abreu.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

ALMEIDA, Maria Julina de Freitas. **O Sertão de Amaro Leite no século XIX**. 149f. 2016. Dissertação (Mestrado em Território e Expressões Culturais no Cerrado) – Universidade Estadual de Goiás, Campus de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis.

ANJOS, José Luiz dos. Festa, danças e representações: continuidade de tradições e plasticidades culturais. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 11-30, jul./set. 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/36533/26015>. Acesso em: 18 nov. 2016.

ANTONIL, Andre João. **Cultura e opulência no Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1963.

ALENCASTRE, J. M. P. de. **Anais da Província de Goiás**. Brasília: Sudeco/Governo de Goiás, 1978.

ATAÍDES, Jésus Marcos de. **Documenta indígena do Brasil Central**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papius, 1994. (Coleção Travessia do Século).

_____. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Tradução de Maria Lucia Pereira. 9. ed. Campinas, SP: Papius, 2012.

AZEVEDO, Francisco F. dos Santos. **Anuário histórico, geographico e descritivo do Estado de Goyaz**. Brasília: SPHAN, 1987.

BARBOSA, Altair Sales; TEIXEIRA NETO, Antônio. GOMES, Horieste. **Geografia: Goiás-Tocantins**. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: UFG, 2005.

BERGSON, Henri. **Materia y Memoria**. 1. ed. Buenos Aires: Cactus, 2006.

BERTRAN, Paulo. **Notícias Geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Universidade Federal de Goiás, Brasília: Solo Editores, 1996.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. 2007. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A urbanização de Goiás no século XVIII. In: **Arquiteses: Cidades território e ambientes**, v. 5, p. 29-48, 2015.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Ana. Primórdios históricos, educacionais e culturais de Porangatu. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, Goiânia: Asa Editora, n. 20, p. 169-186, 2009. Org. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. Disponível em: <http://www.ihgg.org/Arquivos/Upload/1/file/Revista%20do%20IHGG%20N%202020.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De tão longe eu venho vindo:** símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

CAMPOS, Judas Tadeu de. Festas juninas nas escolas: lições de preconceitos. **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 99, p. 589-606, maio./ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a15v2899.pdf> Acesso em: 10 out. 2016.

CANESIN, Maria Teresa; SILVA, Telma Camargo da. (Org.). **A folia de reis de Jaraguá.** Goiânia: Centro de Estudos da Cultura Popular, 1983.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf Acesso em: 05 jun. 2016.

CARVALHO, Márcia Aalves F. de. **A Romaria do Divino Pai Eterno em Trindade de Goiás:** permanências da tradição na modernidade (1970-200). Goiânia: Kelps, 2009.

CASTELLO, Lineu. O lugar geneticamente modificado. Arq texto 9, p. 77-91. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_9/9_Lineu%20Castello.pdf Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. **A percepção de lugar:** repensando o conceito de lugar e arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

CASTELNAU, F. **Expedição às regiões centrais da América do Sul.** Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Tradução de Embraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano.** Tradução de Ephraim Ferreira Gomes. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. 4. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2015.

_____. Goiânia: a capital do sertão. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Goiânia em mosaico:** visões sobre a capital do cerrado. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015. p. 7-10.

CHIANCA, Luciana. Pula a fogueira, João! **Revista de História.com.br**, 9 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/pula-a-fogueira-joao>. Acesso

em: 10 fev. 2016.

COMISSÃO RECENSEADORA. **26º pacote.** Caixa única de Amaro Leite. Sala das sessões da comissão censitária da Paróquia de Amaro Leite 15 de julho de 1873. Arquivos do Estado de Goiás, 1873.

CORREIO PORANGATUENSE. **Histórias Sangrentas:** a ferocidade dos índios Canoeiros. 9 a 22 de setembro de 1979.

_____. **Sem maiores manifestações Porangatu comemora seus 31 anos de existência.** Editorial, 25 de agosto a 1º de setembro de 1979.

_____. **Um povoado “Descoberto” pela saga paulistana.** 25 de agosto a 1º de setembro de 1979.

CRISTINO, E. D.; SILVA, J. B. S.; NASCIMENTO, A. M. A memória humana e seus principais déficits. **Psicopedagogia On Line**, v. 16, p. 1-10, 2016. Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1921#.V-qavSHhDIU. Acesso em: fev. 2016.

CUNHA MATTOS, Raimundo José da. **Chorographia histórica da província de Goyaz.** Goiânia: Convênio Sudeco/Governo de Goiás, 1979.

DELEGACIA DE POLÍCIA. **23º pacote 1890-1898.** Caixa Única de Amaro Leite, Proposta para construção de um presídio, 1890-1898.

DIÁRIO DA MANHÃ. **Os sinais da fé católica.** Goiânia, 26 de maio de 2002.

DIEHL, A. A. **Cultura historiográfica:** memória, identidade e representação. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DOLES, D. E. M. **As comunidades pelo Tocantins e Araguaia no século XIX, prefácio de Nícia Vilela Luz.** Goiânia: Editora Oriente, 1973.

_____. **Uma visão de Goiás através de Moraes Anta.** 1977. Disponível em: www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/62245/65072. Acesso em: 02 out. 2015.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. In: **Durkheim - Os pensadores.** São Paulo: Abril cultural, 1978.

ESTEVAM, Luís. **O tempo da transformação:** estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás. 2. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Os significados Urbanos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2000.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do Primeiro Reinado visto pelo botânico William John Burchell, 1825/1829.** (Org.) Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Sales, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

FUZZI, L. P. Lugar antropológico e não lugar – Marc Augé – uma discussão pertinente. **Café História, História feita com cliques**, 12 de setembro de 2014. Disponível em: <http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/lugar-antropol-gico-e-n-o-lugar-marc-aug-uma-discuss-o-pertinente>. Acesso em: fev. 2016.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES FILHO, Robson Rodrigues. Olhares estrangeiros sobre Goiás: do viajante ao missionário na produção da alteridade sobre o sertão goiano. **Caminhos**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 66-83, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.academia.edu/12463210/Olhares-estrangeiros-sobre-Goi%C3%A1s-do-viajante-ao-mission%C3%A1rio-na-produ%C3%A7%C3%A3o-da-alteridade-sobre-o-sert%C3%A3o-goiano> Acesso em: 11 dez. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: a época colonial**. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Goiás, Porangatu: Histórico**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=521800>. Acesso em: mar. 2016.

ITIBERÊ, Henrique. **Descoberto (Impressões de Viagem)**. 1926. Arquivo pessoal de Goiandira Ayres do Couto (o acervo deste arquivo ainda não se encontra organizado, a cópia digitalizada deste documento nos foi cedida por Milena Bastos Tavares e faz parte do acervo pessoal dessa pesquisadora).

JURKEVICS, Vera Irene. Festas religiosas: a materialidade da fé. **História: questões e debates**. Curitiba: Editora UFPR, n. 43, p. 73-86. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/historia/artigo/materialidadedafe.pdf Acesso em: 02 nov. 2016.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebron**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas).

LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 21, p. 9-20, 1998. Disponível em: http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20.pdf. Acesso em: 11 nov. 2015

LOBO, Tereza Caroline; MAIA, Carlos Eduardo Santos. Diferentes formas de estar na festa. **Textos escolhidos de cultura e arte populares** (Online), v. 8, p. 149-160, 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/viewFile/10459/8215> Acesso em: 15 out. 2016.

MAIA, Doralice Sátyro. A rua na cidade da Parahyba (Brasil) no século XIX: espaço de controle expressão do poder normativo sobre a morfologia e da vida urbana. **Geo Crítica**.

XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, El control del espacio y los espacios de control, Barcelona, 5-10 de mayo, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Doralice%20Satyro%20Maia.pdf> Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. Normativas urbanas no Brasil Imperial: A cidade e a vida urbana na Legislação Brasileira (1822-1950). **Geo**, UERJ, Rio de Janeiro, ano 16, n. 25, v. 2, 2º semestre de 2014, pp. 458-476. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/14407> Acesso em: 20 dez. 2016.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramento, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MEDRADO, Maria Aurea. **Porangtu Ontem e Hoje**. Porangatu, GO: 1990.

MELO, Laula Ludovico. **Ouro fino: um Arraial... uma Igreja... um Largo... e uma vaga lembrança na paisagem**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

MEMÓRIAS GOIANAS 5. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1996.

MEMÓRIAS GOIANAS 6. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1997.

MEMÓRIAS GOIANAS 7. **Relatórios políticos, administrativos, econômicos, sociais, etc. dos governos da província de Goiás**. Goiânia: UCG, 1997.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. 17º pacote. Serviço de Economia Rural. Cooperativa Agrícola de Porangatu S/A. **Registro 1946 – Descoberto**. Caixa Única de Porangatu. Ata da Assembleia Geral da Constituição Agrícola e Industrial de Porangatu, realizada em 28 de maio de 1946. Manuscrito, 1946.

MOCELLIM, Alan. Lugares, não-lugares e lugares virtuais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 6, n. 3, p. 77-101, jan.-jul. 2009. ISSN 1806-5023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2009v6n3p77/13239> Acesso: 15 jun. 2016.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **História e memória: algumas observações**. Disponível em: <http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

MOURA, Marcos Roberto Pereira. **A Romaria de Santa Luzia: contribuições da fé para a construção de uma identidade territorial na comunidade de Santa Luzia – município de Porangatu/GO**. 2015. 205 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, (10), dez. 1993. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763> Acesso em: 30 nov. 2016.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz. de. **Uma ponte para o mundo goiano do século: um estudo da casa meia-pontense**. Goiânia: Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2001.

PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas**. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PALACÍN, Luís; MORAIS, Maria Augusta de San'Anna. **História de Goiás (1722-1972)**. 7. ed. Goiânia: Editora da UCG/Editora Vieira, 2008.

PALLASMAA, Juhmi. **A imagem corporificada: imaginação e imaginária na arquitetura**. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PERINI, G. O norte de Goiás. In: CHAUL, N. N. F.; BERTRAN, P. **Goiás: 1722-2002**. Goiânia: AGEPEL/Governo do Goiás, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Nuevo mundo, mundos nuevos**, v. 7, p. 15, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/3212>. Acesso em: 01 mar. 2016. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/3212> Acesso em: 20 out. 2016.

PINHEIRO, Gilmar Ferreira Oliveira. Memórias e fotografias: entre lembranças e reminiscências do passado vivido. In: **ANPUH – XXV Seminário Nacional de História**, Fortaleza, p. 1-11, 2009. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0620.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amad. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento Silência**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1998, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf Acesso em: 30 nov. 2016

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SANDES, Noé Freire; ARRAIS, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 29, n. 51, p. 847-861, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a10.pdf> Acesso em: 17 fev. 2017.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da “problemática dos Lugares”. **Projeto Histórico**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan.-abr., 2015. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/21370/18609> Acesso em: 02. Dez. 2016.

SANTOS, Marcos Ferreira. Cultura Imaterial e processos simbólicos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 14, p. 139-151, 2004. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89663/92484> Acesso em: 10 out. 2016.

SILVA, Antônio Moreira da. **Dossiê de Goiás**: Enciclopédia. Brasília: Ministério da Cultura, 2001.

SOARES, Walquiria dos Santos. **Configuração sócio-espacial de Porangatu-GO**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SOUZA, Euclides de. **Memórias e Tradições**. Porangatu, GO: Gráfica e Editora Valadares, 1999.

SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.) **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. O sertão de Goiás na Literatura de viagem. **Revista Mosaico**, v. 6, n. 1, p. 95-105, jan./jul., 2013. <file:///C:/Users/Windows%208/Downloads/2749-8169-1-PB.pdf> Acesso em: 03 dez. 2016.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Goiás-Tocantins: as populações ilhadas e o estigma da decadência. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, n. 19. Goiânia: Kelps, 2007.

TELES, Jose Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

TUAN, Y-F. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, v. 1, n. 1, p. 4-15, inverno de 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/1>. Acesso em: jun. 2016.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina, PR: Eduel, 2013.

VAZ, Maria Diva Araujo Coelho; ZÁRATE, Maria Heloísa Veloso e. **A Casa Goiana**: Documentos Arquitetura. Ed. da UCG, 2003.